

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Filosofia, Sociologia e Política
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política



Dissertação de Mestrado

Declínio da Confiança Nas Instituições Políticas
O Desafio da Democracia Brasileira (1995 – 2017)

Fábio Hoffman Maciel Silva

Pelotas, 2019.

FÁBIO HOFFMAN MACIEL SILVA

DECLÍNIO DA CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES POLÍTICAS
O DESAFIO DA DEMOCRACIA BRASILEIRA (1995 – 2017)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia, Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientadora: Dra. Bianca de Freitas Linhares

Pelotas, 2019.

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

S111d Silva, Fabio Hoffman Maciel

Declínio da confiança nas instituições políticas : o desafio da democracia brasileira / Fabio Hoffman Maciel Silva ; Bianca de Freitas Linhares, orientadora. — Pelotas, 2019.

156 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, 2019.

1. Apoio político. 2. Confiança política. 3. Capacidade de estado. 4. Valores pós-materialistas. I. Linhares, Bianca de Freitas, orient. II. Título.

CDD : 320.1

Elaborada por Simone Godinho Maisonave CRB: 10/1733

Fábio Hoffman Maciel Silva

**DECLÍNIO DA CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES POLÍTICAS: O DESAFIO DA
DEMOCRACIA BRASILEIRA (1995 – 2017)**

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em
Ciência Política, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de
Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas.

Data da defesa: 29/04/2019.

Banca examinadora:

.....
Prof. Dra. Bianca de Freitas Linhares (Orientadora)

.....
Prof. Dr. Pedro Robertt

.....
Prof. Dr. Bruno Mello Souza

Dedico este trabalho a minha família.

Agradecimentos

As universidades são instituições capazes de provocar profundas transformações naquilo que entendemos como realidade. A formação acadêmica e a busca pelo conhecimento envolve um ambiente que, segundo Max Weber, prepare o espírito para absorção de problemas científicos e os desenvolvam a partir de uma metodologia bem delineada e raciocínio originais. A única premissa jamais questionada é de que esta jornada pela busca do conhecimento científico jamais ocorre de forma isolada. Eis os meus agradecimentos às pessoas e instituições que iluminaram esta jornada e a tornaram uma realidade possível para mim.

Aos meus pais, José e Jucemari pelo contínuo apoio de permanecer no meio acadêmico.

À minha orientadora, professora Dra. Bianca de Freitas Linhares, pela renovada paciência, agudo senso crítico e rigor metodológico, qualidade e competências sem as quais este trabalho certamente não teria sido possível.

Ao professor Dr. Everton Rodrigo Santos, pela motivação da escolha do campo acadêmico para desenvolvimento profissional.

Aos professores e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas, pela dedicação na formação acadêmica de futuros pesquisadores, um desafio substancial em tempos de obscurantismo crescente.

Aos colegas do mestrado pelas problematizações, questionamentos, premissas, e debates, sem dúvida, fatores sem os quais não é possível o compartilhamento do conhecimento e o amadurecimento científico.

Por fim, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelos recursos a mim destinados, sem os quais certamente muitos projetos desenvolvidos durante este período não teriam acontecido.

A todos, sou muito grato.

*A democracia se degrada quando a
suspeita progride, quando a
confiança declina e dá lugar ao
descrédito ou à indiferença diante
daqueles que dela se encarregam.*

Balandier *in* A Democracia Abalada

O Dédalo

Resumo

HOFFMANN, Fábio. **Declínio da confiança nas instituições políticas**: o desafio da democracia brasileira (1995 – 2017). 2019. 156 fl. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.

O fenômeno da queda da confiança nas instituições políticas, presente tanto em regimes democráticos consolidados quanto em democracias jovens, tem chamado a atenção dos pesquisadores há pelo menos duas décadas. Explicações tradicionais transitaram entre justificar o fenômeno pela frustração e desilusão com o regime após uma breve “lua de mel” ou chamar a atenção para uma cidadania mais crítica, portanto mais rigorosa na avaliação da política. Este trabalho tem o objetivo de investigar o declínio da confiança nas instituições políticas brasileiras centrais do modelo liberal de democracia: partidos políticos, congresso nacional, governo, Estado e Justiça. Para isso, não deixa de fazer a análise dentro da perspectiva de multidimensionalidade do apoio político, e argumenta que, para o caso do Brasil, este fenômeno pode ser mais bem compreendido se levado em consideração pelo menos três fatores: frustrações e desilusões com as promessas democráticas; baixa capacidade de Estado; e mudança nos valores. A metodologia empregada é tanto teórica, com uma revisão sobre as principais obras sobre o tema, quanto empírica, de análise longitudinal descritiva e crítica com dados do Latinobarômetro, Variedades de Democracia (V-Dem), World Values Survey (WVS), Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) e World Bank. Ao superar os modelos de explicação tradicionais, resultados apontam para a presença de uma baixa capacidade de Estado, onde traços deletérios permanecem na prática política e institucional, e uma transformação nos valores, acelerada com a revolução tecnológica nos meios de comunicação, principalmente com o advento das redes sociais. As consequências de tal confluência têm sido menores índices de confiança nas instituições políticas, além da erosão do apoio em muitas de suas dimensões.

Palavras-chave: apoio político; confiança política; capacidade de Estado; valores pós-materialistas.

Abstract

HOFFMANN, Fábio. **Decline of confidence in political institutions:** the challenge of brazilian democracy (1995 – 2017). 2019. 156 fl. Dissertation (Master in Political Science) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.

The phenomenon of falling confidence in political institutions, which is present in both consolidated democratic regimes and young democracies, has attracted the attention of researchers for at least two decades. Traditional explanations have transited between justifying the phenomenon through frustration and disillusionment with the regime after a brief "honeymoon" or calling attention to a more critical citizenship, and therefore more rigorous in the evaluation of politics. This work aims to investigate the decline of confidence in the central Brazilian political institutions of the liberal model of democracy: political parties, national congress, government, state and justice. In order to do so, it does not fail to analyze in the perspective of multidimensionality of political support, and argues that, in the case of Brazil, this phenomenon can be better understood if at least three factors are taken into account: frustrations and disappointments with promises democratic institutions; low state capacity; and change in values. The methodology used is both theoretical, with a review of the main works on the subject, as well as the empirical, longitudinal and descriptive analysis with data from the Latinobarómetro, Varieties of Democracy (V-Dem), World Values Survey (WVS) of Public Opinion and Statistics (IBOPE) and World Bank. By overcoming traditional explanatory models, results point to the presence of a low state capacity, where deleterious traces remain in political and institutional practice, and a transformation in values accelerated with the technological revolution in the media, especially with the advent of social networks. The consequences of this confluence have been lower levels of trust in political institutions, as well as the erosion of support in many of its dimensions.

Keywords: political support; political trust; state capacity; post-materialist values.

Lista de Ilustrações

Figura 1	Dimensões do apoio	36
Figura 2	Tipos de confiança	49
Figura 3	Modelos de explicação tradicionais	64
Figura 4	Modelo amplo	68
Figura 5	Dimensões de desempenho	91
Figura 6	Hierarquia de necessidades de Maslow	100

Lista de Tabelas

Tabela 1	Responsabilidade do governo	87
Tabela 2	Valores pós-materialistas no Brasil	112
Tabela 3	Índice de Gini: os dez países mais desiguais	114
Tabela 4	Índice de Gini: Estados brasileiros	116

Lista de Gráficos

Gráfico 1	Adesão à democracia	51
Gráfico 2	Apoio à democracia	53
Gráfico 3	Satisfação com a democracia	55
Gráfico 4	Confiança nas instituições políticas	57
Gráfico 5	Avaliação dos partidos políticos	58
Gráfico 6	Ter um líder forte que não precise se preocupar com o parlamento	63
Gráfico 7	Indicadores de patrimonialismo	76
Gráfico 8	Índice de clientelismo	78
Gráfico 9	Confiança interpessoal dos brasileiros	83
Gráfico 10	Instituições com maiores índices de confiança	85
Gráfico 11	Participação do Estado em alguns serviços	86
Gráfico 12	Dimensão objetiva da democracia	92
Gráfico 13	Desempenho da democracia brasileira (dimensão objetiva)	93
Gráfico 14	Aspectos da institucionalização da democracia brasileira	95
Gráfico 15	Insatisfação com os serviços públicos (dimensão subjetiva)	97
Gráfico 16	Redes sociais mais acessadas pelos brasileiros	109

Lista de Siglas e Abreviaturas

DNA	Deoxyribonucleic Acid
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBOPE	Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
ICS	Índice de Confiança Social
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSD	Partido Social Democrático
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
V-Dem	Projeto Variedade de Democracia
WVS	World Values Survey

Sumário

1. Introdução	14
2. Metodologia	22
3. Referencial teórico	31
3.1 Apoio Político	32
3.2 Capacidade do Estado	36
3.3 Pós-Materialismo	38
4 Confiança política	41
4.1 Modelos de confiança	42
4.2 Adesão, Insatisfação e Confiança Política no Brasil	49
4.3 Os Modelos de Explicação Tradicionais	59
4.4 Uma Abordagem Pluricausal	65
5 Capacidade do Estado	70
5.1 A Formação do Estado	72
5.2 Características da Sociedade	80
5.3 O Desempenho da Democracia Brasileira	90
6 Mudança de valores	99
6.1 Revolução Tecnológica e o Aumento da Percepção Crítica	101
6.2 O Brasil Diante da Mudança nos Valores	111
6.3 Desafios da Democracia Brasileira à Legitimidade	120
7 Considerações finais	125
Referências	130
Anexos	138
Indicadores de Patrimonialismo	138
Indicadores de Clientelismo	140
Dimensões Objetivas da Democracia	145
Dimensões Objetivas da Democracia – Componentes desagregados	149
Aspectos da Institucionalização da democracia brasileira	152

1 Introdução

Em 2017, dados do Consórcio Latinobarômetro revelaram que o índice de confiança nas instituições políticas brasileiras atingiu seu menor patamar observando a série temporal 1995 – 2017. Instituições centrais da engrenagem da arquitetura democrática liberal como os partidos políticos e o Congresso Nacional receberam percentagens de 6% e 10%, apenas, de confiança dos brasileiros. Apesar das instituições representativas deterem os menores índices, outras com igual grau de importância também apresentaram resultados preocupantes, como é o caso do Governo Federal (8%), do Estado (25%) e da Justiça (26%). Para uma comparação, o Uruguai, por exemplo, possuía em 2017 uma confiança partidária e congressional de 25% e 35%, respectivamente, seguido de Governo (39%) e Justiça (41%).

De maneira inversamente proporcional à confiança institucional, a insatisfação com o desempenho e o funcionamento da democracia no Brasil cresceu consideravelmente. Os brasileiros estão cada vez mais céticos sob o regime democrático, uma vez que se sentem menos representados pelas instituições e que seus interesses, aspirações e demandas não são levados em conta pelo regime. O caso brasileiro, no entanto, deve ser observado com atenção, pois o histórico de uma Ditadura Militar (1964 – 1985) e de respostas autoritárias a crises conjunturais e sistêmicas podem levar a uma ruptura democrática, uma vez que haja a degradação das bases mínimas do apoio ao regime.

Esta é uma realidade não apenas brasileira e muito menos circunstancial. O declínio da confiança institucional vem sendo analisado sistematicamente há pelo menos duas décadas por pesquisadores e especialistas que tomam como base dados de pesquisas de organizações, como a World Values Survey (WVS), e Barômetros continentais, como o Latinobarômetro, o Latin American Public Opinion Project (LAPOP), Eurobarômeter e Asianbarometer. Constam ainda dessa lista institutos centrados em pesquisas nacionais como a Pew Research Center, com foco nos sentimentos e opiniões dos estadunidenses e, no caso do Brasil, o Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE).

Pesquisadores como Pharr, Putnam e Dalton (2000) usaram como recorte empírico países incluído no relatório da Comissão Trilateral¹ e encontraram padrões sistemáticos de queda da confiança nas lideranças e nas instituições políticas. Para explicar esse declínio eles apontaram uma piora no desempenho da democracia, principalmente em relação às instituições representativas, uma mudança nos critérios e padrões de avaliação e um “excesso” de informação que estaria provocando um aumento das expectativas em relação ao próprio desempenho da democracia.

Explicações para o declínio da confiança institucional e insatisfações com a democracia e que levam em conta mudanças valorativas também apareceram. Norris (1999), por exemplo, pesquisou o aumento da capacidade de acumular informação e seus impactos nas percepções, atitudes e comportamentos dos cidadãos. Ancorada na tese do pós-materialismo de Inglehart (1971), elaborou o conceito de *cidadãos críticos*, onde apontou evidências para uma mudança no comportamento do cidadão em relação ao sistema político em geral. Essa mudança estava provocando um aumento na capacidade cognitiva dos cidadãos sobre o campo da política, onde uma maior exposição ao noticiário, principalmente em matérias de cunho negativo sobre o campo da política e, ao mesmo tempo em que reforçava as aspirações democráticas, também levava o cidadão a se comportar de maneira mais crítica na hora de avaliar a política, suas instituições e o desempenho do regime.

A capacidade de Estado foi outro fator que apareceu em análises e pesquisas comparadas para explicar o desempenho da democracia e conseqüentemente a insatisfação com seu funcionamento e a queda da confiança nas instituições políticas. Tilly (2013), enfatizou que nenhuma democracia moderna pode funcionar se o Estado não possuir a capacidade de programar e supervisionar as decisões realizadas através dos processos políticos públicos. Para Fukuyama (2015) é exatamente esta “capacidade” que falta a muitas democracias contemporâneas, uma vez que não conseguem programar, supervisionar e muito menos implementar decisões políticas através de Leis e políticas públicas em consonância com as

¹ A Comissão Trilateral de 1973 foi um fórum de discussão fundado por David Rockefeller, e formado por representantes do Japão, Europa Ocidental e América do Norte. Seu objetivo era estimular diálogos políticos e econômicos para gerar diagnósticos que ajudassem na cooperação destes países. O livro resultante do relatório pode ser acessado em: <https://archive.org/details/TheCrisisOfDemocracy-TrilateralCommission-1975/page/n0>.

aspirações e demandas de sua população. Esta situação leva a um fraco desempenho da democracia, afetando diretamente a crença no funcionamento das instituições políticas enquanto aumenta a percepção negativa geral em relação ao regime.

As análises que se debruçaram sobre a América Latina e o Brasil não deixaram de considerar as especificidades regionais e nacionais. A tese da “pós-lua de mel” elaborada por Catterberg e Moreno (2006) argumenta que, para os cidadãos da América Latina, uma forte expectativa fora gerada de que com a transição dos regimes autoritários para regimes democráticos muitas das soluções para os problemas das pessoas seriam encontradas. Uma vez que isso não ocorreu, o resultado prático e imediato seria a frustração e desilusão, onde a desconfiança nas instituições e uma avaliação negativa do desempenho do regime seriam seus reflexos imediatos. Argumentos similares à tese do “pós-lua de mel” podem ser encontrados nos estudos de Ribeiro (2011) e em estudo anterior de Moisés (1995) sobre o Brasil.

É preciso salientar que o declínio da confiança institucional e o aumento da insatisfação com o funcionamento e desempenho do regime democrático fazem parte de uma onda maior. Castells (2018) argumenta que a crise da democracia é a do modelo liberal, no qual instituições centrais desse modelo como partidos políticos e parlamentos não estão mais conseguindo justificar seu desempenho diante de uma realidade muito diferente do contexto no qual elas surgiram. A perda do apoio da população representada pelo declínio da confiança institucional, insatisfação crescente e avaliações negativas em relação ao desempenho da democracia são fatores que têm contribuído para o ressurgimento do discurso nacionalista e populista, como argumentam Nodia (2017) e Galston (2017), cada vez mais presente na retórica de lideranças em ascensão em todo o mundo.

O presente estudo traz o conceito de *confiança política* como recurso importante de coesão diante do complexo funcionamento das sociedades democráticas contemporâneas, politicamente organizadas pelo Estado a partir de suas instituições. A premissa é baseada nos conceitos de *apoio difuso* e *específico* de David Easton (1968), considerados como fundamentos importantes para a compreensão do apoio de massas a um regime, bem como para sua legitimidade. De acordo com Easton (1957), para que um sistema político tenha vida longa é

necessário manter níveis suficientes de apoio, que por sua vez serão gerados pela crença compartilhada no seu funcionamento observando as esferas da comunidade, do regime e do governo. Sendo assim, o problema que orienta esta investigação é delimitado pelo seguinte questionamento: *quais são os elementos contributivos para o declínio da confiança nas instituições políticas brasileiras (1995 – 2017)?*

A hipótese seguida é a de que o declínio da confiança nas instituições políticas brasileiras é resultado de uma confluência de pelo menos três fatores centrais: ilusões e frustrações com a democracia; baixa capacidade do Estado; e a mudança nos valores. A hipótese, portanto, parte do pressuposto de que estes três elementos coadunam-se para fundamentar o declínio da confiança dos brasileiros em suas instituições políticas.

Assim, no primeiro elemento apresentado há o argumento de que um aumento nas expectativas em relação ao regime democrático e sua capacidade de resposta aos principais dilemas sociais, econômicos e políticos do país seguiu-se — ao longo do tempo proposto neste estudo — uma frustração e desilusão com os resultados práticos apresentados por esse regime, considerados insuficientes, o que resultou numa queda da confiança dos brasileiros em relação às Instituições centrais da democracia, como partidos políticos e congresso nacional. Esta é a principal tese das explicações tradicionais presente nos primeiros estudos sobre a confiança política do brasileiro.

O segundo elemento é o da baixa capacidade do Estado em prover bens e serviços públicos de qualidade. Essa tese tem ganhado força nos últimos anos e pode ser encontrada em estudos como o de Tilly (1996), que pesquisou o processo de formação dos Estados europeus, e recentemente em Fukuyama (2015). Esses estudos argumentam que países que conseguiram concentrar capital e coerção, a partir de um Estado com legitimidade para o uso exclusivo da força, no sentido weberiano, conseguiram também mapear e atender as demandas e ofertas de serviços públicos de sua população. Esses Estados hoje, na argumentação destes autores, possuem maior capacidade de oferecer bens e serviços de qualidade para seus cidadãos. No caso do Brasil o processo de formação do Estado ocorre de forma diversa ao dos países analisados pelos autores, mas ainda assim, e também por essa razão, é importante trazer a questão de como a herança ibérica ajudou a marcar o “DNA” brasileiro com traços histórico-estruturais de patrimonialismo,

clientelismo, personalismo, resignação social, apatia para a participação política e baixa confiança social.

O terceiro elemento é o da teoria do pós-materialismo. O argumento é o de as pessoas em países desenvolvidos estarem direcionando suas atenções e preocupações para temas que estão além da questão meramente material. Nesse sentido, temas como meio ambiente, direitos humanos e outros estariam tornando as pessoas mais críticas quanto às cobranças das instituições do regime democrático (INGLEHART, 1993; NORRIS, 1999, 2011). Este trabalho argumenta que essa é uma característica também presente em nações subdesenvolvidas como o Brasil, em grande medida pela revolução tecnológica e acentuação do fenômeno da integração que a globalização promove. Portanto, os cidadãos brasileiros, mesmo não apresentando uma condição material resolvida, também se tornaram mais expostos aos noticiários negativos e críticos, passando a cobrar uma melhor resposta de suas instituições democráticas.

Os três elementos listados acima tem refletido em uma configuração onde podemos encontrar ampla adesão normativa ao regime (MOISÉS, 1995; FUKS et al., 2016), ou seja, o sentimento do brasileiro de que o regime democrático é o melhor dentre todos os outros (apoio difuso). No entanto, ao lado da ampla adesão, como argumentam Moisés e Carneiro (2008), há uma crescente insatisfação quanto ao desempenho do regime, além de afirmar um contínuo declínio da confiança institucional (apoio específico). Tal configuração tem impactado no apoio e impedido que a coordenação social ocorra de forma mais harmoniosa, o que está refletido na crescente incapacidade deste regime de dar respostas satisfatórias aos dilemas sociais dos brasileiros. Na medida em que o apoio diminui, ou que a confiança nas instituições declina, o regime perde sua capacidade de coordenar a sociedade.

Quanto mais baixa for a confiança institucional, portanto, menor será o envolvimento, cooperação e aceitação às normas. Em um ambiente de baixa confiança nas instituições, participação política, solidariedade e cooperação diminuem. O declínio da confiança, por fim, acaba prejudicando os resultados institucionais, que serão percebidos pelos cidadãos como “não atendidos” ou apenas “atendidos insuficientemente” em suas demandas, gerando um ambiente de apatia e desilusão para com estas instituições. Portanto, o apoio dos cidadãos, e em uma dimensão mais específica, a confiança, além de ser um instrumento de análise da

estabilidade do sistema político, também é ela própria uma correlação para a consolidação e qualidade do regime.

A importância para o desenvolvimento desse tema de estudo, portanto, se encontra no fato de que pesquisas e análises comparativas dos processos de democratização, consolidação e qualidade do regime têm revelado que o fenômeno dos baixos índices de confiança em instituições políticas se agravou nos últimos anos. E para o recorte proposto do caso brasileiro, têm denunciado um forte contraste entre a adesão normativa ao regime democrático e a satisfação com o seu funcionamento. Originalidade e contribuições principais estão em entender o fenômeno da confiança política como complexo, superando modelos de explicação tradicionais e procurar uma primeira tentativa de conjunção de agendas: a da cultura política e a institucional.

O objetivo geral deste estudo consistiu em propor uma primeira aproximação de análise descritiva e explicativa daquilo que pode ser caracterizado como uma abordagem mais ampla e que melhor compreenda o declínio da confiança nas instituições políticas brasileiras, no período de 1995 a 2017. Como objetivos específicos encontram-se: (1) abordar a questão da confiança política no Brasil e os modelos tradicionais de explicação; (2) verificar os níveis da confiança nos partidos políticos, congresso nacional, governo, Estado e justiça; (3) propor uma abordagem pluricausal; (4) apontar elementos que historicamente tem restringido a capacidade do Estado brasileiro, tais como os traços histórico-estruturais do Estado e da sociedade; (5) analisar indicadores que verifiquem a capacidade do Estado entre os anos 1995 e 2017; (6) trazer a questão do pós-materialismo e da mudança de valores para o debate em um contexto brasileiro; (7) verificar a evolução do acesso às principais redes sociais entre os brasileiros; (8) analisar os valores de autoexpressão e emancipação dos brasileiros ao longo do tempo proposto pela pesquisa; (9) relacionar a questão da desigualdade na sociedade brasileira com a evolução dos valores; (10) fazer uma reflexão sobre os desafios da democracia brasileira na busca por uma legitimidade mais ampla.

A democracia brasileira tem convivido com o paradoxo crescente de conseguir manter índices substanciais de apoio normativo ao regime, ao mesmo tempo em que despencam os índices de confiança em suas principais instituições políticas e cresce a insatisfação com os seus resultados. A consequência principal

resultante de um cenário como este é a presença de um sistema político em permanente desequilíbrio, causando fraco desempenho do regime como consequência de um desempenho institucional insuficiente. Este estudo entende que o apoio de massas ao regime, dado principalmente através da confiança política, tem um impacto positivo no (re)equilíbrio do sistema político, pois melhora a coordenação social, tornando-o mais receptivo às respostas institucionais por meio de Leis e políticas públicas mais responsivas. Como argumenta Inglehart (2002), o apoio é importante para qualquer regime, mas é imprescindível para as democracias. Para uma com um histórico autoritário e de rupturas, como a brasileira, no entanto, o apoio pode ser encarado como inabdicável. A seguir, é apresentada a estrutura deste trabalho.

Esta dissertação traz sete capítulos. Além desta introdução, o capítulo 2 apresenta a metodologia, as pesquisas utilizadas e como foram tratados os dados que acompanham o desenvolvimento teórico. O capítulo 3 traz o referencial teórico que dá sustentação ao trabalho. A abordagem dada a conceitos e teorias referentes ao apoio político, capacidade de Estado e pós-materialismo pretende ser, portanto, nesta parte geral, tendo em vista que há o aprofundamento de alguns de seus pontos ao longo do texto.

A partir do capítulo 4 é apresentado o estudo sobre o declínio da confiança nas instituições políticas brasileiras. Dessa forma, a Confiança Política traz os principais modelos explicativos de confiança, apresenta a adesão, insatisfação e a confiança institucional no Brasil no período de 1995 a 2017 ou utilizando as séries temporais disponíveis para cada medida. Aborda os modelos tradicionais de explicação sobre o declínio da confiança política trazidos pelas principais pesquisas e, por fim, propõe uma abordagem pluricausal, ou seja, que o fenômeno deva ser compreendido não somente pela ótica da cultura política, mas também envolvendo aspectos estruturais e sócio-históricos de formação do Brasil.

O capítulo 5, Capacidade do Estado, procura entender aspectos de formação do Estado e da sociedade, investigando, portanto, as origens de formação do Estado no Brasil desde Portugal, passando pelo estabelecimento da colônia até os dias atuais. A formação da sociedade e suas características são compreendidas a partir do Estado, uma vez que seu aparecimento se dá quando empresas e a Coroa portuguesa já se encontram estabelecidas neste território. E, ao final deste capítulo,

procura verificar o desempenho da democracia brasileira inserida nas dinâmicas objetivas e subjetivas.

O capítulo 6 traz a mudança nos valores com a tese pós-materialista e, mais recentemente, do *backlash* cultural. Uma vez que uma das teses mais difundidas é a de que a queda na confiança política pode ser explicada pela revolução cognitiva e pelo aprimoramento dos meios de comunicação e maior exposição aos noticiários negativos, aborda-se brevemente a revolução tecnológica e o possível aumento da percepção crítica. Em seguida se procura localizar o Brasil diante desse contexto de mudança nos valores e ascensão das novas mídias, não deixando de fazer uma reflexão sobre os desafios que a democracia brasileira enfrenta para manter e aumentar a legitimidade diante de sucessivas quedas no apoio em muitas dimensões, como a da satisfação com o regime e a do declínio da confiança institucional.

O capítulo 7 traz as considerações finais, procura apontar para as dificuldades encontradas no desenvolvimento da abordagem proposta, a que resultados chegou o trabalho, os alcances e limites explicativos, além de apontar para novas implicações, tanto teóricas quanto empíricas para o avanço do estudo desse fenômeno no Brasil e no mundo.

2 Metodologia

É utilizado o método quantitativo longitudinal descritivo e explicativo a partir de dados de séries temporais do Consórcio Latinobarômetro, período entre 1995 e 2017, e de dados da Pesquisa Mundial de Valores (World Values Survey - WVS), a partir das três ondas de pesquisas disponíveis cobrindo os períodos 1989 – 1993, 2005 – 2009 e 2010 – 2014. Também é feito uso dos dados do Variedades de Democracia (V-Dem), cobrindo o período de 1989 a 1995 e de 1995 a 2017, do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), cobrindo o período de 2009 a 2017 e do World Bank.

O Consórcio Latinobarômetro é uma instituição com sede em Santiago no Chile, sem fins lucrativos, que investiga, através de pesquisas anuais, o desenvolvimento da democracia, da economia e da sociedade em países latino-americanos em relação a atitudes, comportamentos e opinião da população. O site pode ser acessado no endereço: <http://www.latinobarometro.org/lat.jsp>.

Já a Pesquisa Mundial de Valores (WVS) é uma investigação feita através de pesquisas *surveys*, representantes de amostras elaboradas para cada país pesquisado. É realizada por uma rede global de cientistas sociais que estudam a mudança nos valores e seus impactos na vida social, política e econômica dos países. Foi iniciada na década de 1980 e hoje cobre mais de 90% da população mundial. O site pode ser acessado no endereço: <http://www.worldvaluessurvey.org/wvs.jsp>.

O Variedades de Democracia (V-Dem) é uma abordagem nova realizada com a colaboração de mais de 50 estudiosos em todo o mundo, e que possui ferramentas que propõem avaliar a democracia em suas dimensões eleitoral, liberal, participativa, deliberativa e igualitária. É co-organizado pelos departamentos de Ciência Política da universidade de Gotemburgo (Suécia) e o Instituto Kellogg da Universidade de Notre Dame (EUA). O site pode ser acessado no endereço: <https://www.v-dem.net/en/>.

O Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) é o principal instituto privado de pesquisas de mercado, de opinião e de demografia brasileiro e um dos maiores da América Latina. Foi fundado em 1942 por Auricélio Penteado e retém sempre papel central em pesquisas de cunho eleitoral e de opinião. O site pode ser acessado no endereço: <http://www.ibopeinteligencia.com/>. E o World Bank

(Banco Mundial) é uma das principais instituições de fomento, desenvolvimento e financeiras do mundo. Tem atuação intensiva em projetos de governos nacionais e estaduais em todo o mundo. O site pode ser acessado no endereço: <https://www.worldbank.org/>.

Ao lado da revisão bibliográfica o reforço empírico se vale de dados longitudinais do Latinobarômetro (I), V-Dem (II), WVS (III), IBOPE (IV) e World Bank (V) cobrindo os anos proposto pela pesquisa, ou quando assim foi possível, observando a disponibilidade de dados. A seguir é apresentado, separado por instituto, cada gráfico, o objetivo de cada um deles, perguntas de construção (algumas no anexo), e os *surveys* com seus respectivos números de entrevistas (n).

Latinobarômetro I

Gráfico 1	Gráfico 2	Gráfico 3
• Objetivo: medir a adesão. • A democracia pode ter problemas, mas é o melhor sistema de governo. • Medida: %. • <i>Surveys</i> • 2002 (n 1.000), • 2005 (n 1.204), • 2011 (n 1.204), • 2015 (n 1.250), • 2017 (n 1.200).	• Objetivo: medir o apoio sem considerar alternativas autoritárias. • (a) a democracia é a melhor forma de governo; • (b) em algumas circunstâncias um governo autoritário pode ser preferível a um governo democrático; • (c) para pessoas como eu tanto faz um regime democrático ou autoritário. • Medida: %. • <i>Surveys</i> • 1995 (n 1.200), • 2000 (n 1.000), • 2005 (n 1.204), • 2011 (n 1.204), • 2015 (n 1.250), • 2016 (n 1.200).	• Objetivo: medir a satisfação com a democracia. • <i>em geral, você diria que está:</i> • (a) muito satisfeito; • (b) um pouco satisfeito; • (c) não muito satisfeito; • (d) nada satisfeito, com o funcionamento da democracia no seu país. • Medida: %. • <i>Surveys</i> • 1995 (n 1.200), • 2000 (n 1.000), • 2005 (n 1.204), • 2011 (n 1.204), • 2015 (n 1.250), • 2017 (n 1.200).

Gráfico 4

- Objetivo: medir a confiança nas instituições políticas.
- Instituições:
 - Partidos políticos,
 - Congresso Nacional,
 - Estado,
 - Governo,
 - Justiça.
- Medida: %.
- *Surveys*
 - 1995 (n 1.200),
 - 2000 (n 1.000),
 - 2005 (n 1.204),
 - 2011 (n 1.204),
 - 2015 (n 1.250),
 - 2017 (n 1.200).

Gráfico 5

- Objetivo: medir avaliação dos partidos políticos.
- *Questão: como você avalia o trabalho que estão fazendo os partidos políticos?*
- Medida: %.
- *Surveys*
 - 1995 (n 1.200),
 - 2000 (n 1.000),
 - 2005 (n 1.204),
 - 2011 (n 1.204),
 - 2015 (n 1.250),
 - 2016 (n 1.200).

Gráfico 11

- Objetivo: medir a percepção de participação que o Estado deve ter.
- Construção de hospitais,
- Construção de portos,
- Combate à violência,
- Escolas,
- Universidades,
- Administração de fundos e pensões.
- Medida: %.
- *Surveys*
 - 2017 (n 1.200).

Gráfico 15

- Objetivo: medir a insatisfação com serviços públicos.
- Instituições analisadas:
 - Hospitais,
 - Educação pública,
 - Transporte público,
 - Justiça,
 - Polícia.
- *Surveys*
 - 2009 (n 1.204),
 - 2010 (n 1.204),
 - 2011 (n 1.204),
 - 2015 (n 1.250).

Gráfico 16

- Objetivo: verificar a evolução das redes sociais mais acessadas pelos brasileiros.
- Redes Sociais:
 - WhatsApp,
 - Facebook,
 - Youtube,
 - Instagram,
 - Twitter,
 - LinkedIn.
- *Surveys*
 - 2013 (n 1.204),
 - 2015 (n 1.250),
 - 2016 (n 1.204),
 - 2017 (n 1.200)

Variedades de Democracia – V-Dem II

Gráfico 7	Gráfico 8	Gráfico 12
• Objetivo: verificar indicadores de patrimonialismo. • Indicadores analisados: • execução pecuniária e roubos de executivos; • corrupção judicial; • roubo do setor público. • Período analisado 1995 - 2017. • Medida: escala 0 a 4. • Quanto mais próximo de 4 melhor posicionado o país está frente aos indicadores e, ao contrário, quanto mais as linhas se inclinarem em direção ao 0 pior é a situação do país.	• Objetivo: verificar indicadores de clientelismo. • Indicadores analisados: • corrupção em atividades legislativas; • trocas corruptas no setor público; • suborno envolvendo o executivo e trocas corruptas; • e corrupção da mídia. • Período analisado 1995 - 2017. • Medida: escala 0 a 4. • Quanto mais próximo de 4 melhor posicionado o país está frente aos indicadores e, ao contrário, quanto mais as linhas se inclinarem em direção ao 0 pior é a situação do país.	• Objetivo: medir dimensões objetivas da democracia. • Dimensões analisadas: • Eleitoral; • Liberal; • Participativa; • Deliberativa; • Igualitária • Período analisado 1995 a 2017. • Medida: escala 0 a 1. • Quanto mais próximo de 1 melhor posicionado o país está frente aos indicadores e, ao contrário, quanto mais as linhas se inclinarem em direção ao 0 pior é a situação do país.

Gráfico 13

- Objetivo: medir desempenho da democracia brasileira.
- Componentes desegregados analisados:
 - Índice de liberdades civis;
 - Índice de participação da sociedade civil;
 - Índice de eleições limpas;
 - Índice de proteção por parte do Estado aos direitos e liberdades de todos os grupos sociais;
 - Índice de liberdade de expressão e fontes alternativas de informação;
 - Índice de liberdades políticas.
- Período analisado 1995 a 2017.
- Medida: escala 0 a 1.
- Quanto mais próximo de 1 melhor posicionado o país está frente aos indicadores e, ao contrário, quanto mais as linhas se inclinarem em direção ao 0 pior é a situação do país.

Gráfico 14

- Objetivo: medir componentes da institucionalização da democracia brasileira.
- Componentes analisados:
 - suborno e trocas corruptas envolvendo o executivo;
 - perdedores aceitam os resultados das urnas;
 - boicotes eleitorais;
 - movimentos antissistemas;
 - corrupção do legislativo;
 - corrupção da mídia.
- Período analisado 1989 a 2017.
- Medida: escala 0 a 4.
- Quanto mais próximo de 4 melhor posicionado o país está frente aos indicadores e, ao contrário, quanto mais as linhas se inclinarem em direção ao 0 pior é a situação do país.

World Values Survey – WVS III

Gráfico 6	Tabela 1	Tabela 2
• Objetivo: medir o grau de autoritarismo. • Ter um líder forte que não precise se preocupar com o parlamento e eleições. • Medida: %. • <i>Surveys ondas</i> • 1994 - 1998, • 2005 - 2009, • 2010 - 2014.	• Objetivo: medir a percepção do brasileiro sobre a responsabilidade do governo em prover. • Medida: 1 a 10. • Quanto mais próximo de 1, mais responsabilidade o brasileiro acredita que o governo deva ter de prover seus cidadãos, e quanto mais próximo de 10 menos responsabilidade. • <i>Survey onda</i> • 2010 - 2014.	• Objetivo: medir valores pós-materialistas. • Medida: %. • <i>Surveys ondas</i> • 1989 - 1993, • 2005 - 2009, • 2010 - 2014.

IBOPE IV

Gráfico 9

- Objetivo: medir a confiança interpessoal.
- O quanto você confia?:
 - família,
 - amigos,
 - vizinhos,
 - brasileiros me geral
- Medida: %.
- *Surveys*
 - 2009,
 - 2010,
 - 2011,
 - 2012,
 - 2013,
 - 2014,
 - 2015,
 - 2016,
 - 2017,
 - 2018.

Gráfico 10

- Objetivo: medir instituições com maior índice de confiança.
- Instituições:
 - bombeiros,
 - igrejas,
 - polícia federal,
 - forças armadas.
- Medida: %.
- *Surveys*
 - 2009,
 - 2010,
 - 2011,
 - 2012,
 - 2013,
 - 2014,
 - 2015,
 - 2016,
 - 2017,
 - 2018.

World Bank V

Tabela 3

- Objetivo: verificar os dez países mais desiguais.
- Medida: índice de 0 a 1.
- Quanto mais próximo de 1, mais desigual e mais concentrada é a renda, e quanto mais próximo de 0, menos concentrada é a renda e menos desigualdade há no país.

Tabela 4

- Objetivo: analisar a concentração de renda entre os Estados brasileiros.
- Medida: índice 0 a 1.
- Quanto mais próximo de 1, mais desigual e mais concentrada é a renda, e quanto mais próximo de 0 menos concentrada e menos desigual é o Estado.

3. Referencial Teórico

A democracia brasileira alcança seus trinta anos, significando isso na prática, que um número razoável de eleições livres, amplas e relativamente idôneas já foram realizadas. Há um amplo leque de partidos políticos que supostamente devem representar as clivagens sociais e os grupos de interesse. Também a oposição política tem seu lugar institucionalizado para a prática da contestação e existe liberdade de expressão e fontes alternativas de informação para o cidadão tomar suas decisões. Como afirmam Dahl (2012, 2016), Bobbio (1986), Sartori (2017) e Diamond (2015, 2017), pode-se dizer que já foram institucionalizados os procedimentos necessários para o funcionamento da poliarquia, democracia liberal, ou ainda, da democracia eleitoral.

Todavia, ao mesmo tempo em que houve importantes avanços nas dimensões procedimentais da democracia sua dimensão social patina, e os reflexos disso podem ser encontrados na crescente insatisfação com o regime e no declínio da confiança dos brasileiros em instituições representativas, como partidos políticos, congresso nacional e o governo, por exemplo. Enquanto a adesão ao regime gira em torno de 70%, apenas 30% estão satisfeitos com o funcionamento da democracia no Brasil (HOFFMANN; SANTOS, 2016). O declínio do apoio por parte dos brasileiros ao sistema político também é reflexo da instabilidade decisória e dos resultados práticos das políticas públicas implementadas pelos governos ao longo dos mandatos no período democrático.

Este trabalho entende que a cultura política tem importância central para a consolidação e o aprimoramento da democracia procedimental. Nesse sentido, portanto, elementos como adesão a valores democráticos, satisfação com a democracia, avaliação de desempenho, confiança institucional e interpessoal, respondem conjuntamente para uma melhor capacidade de coordenação da sociedade por parte do Estado e, conseqüentemente, também por parte do regime. A busca por maior apoio e legitimidade, além de contribuir para uma melhor coordenação, também promove o desenvolvimento daquilo que Sen (2000) denomina de liberdades substantivas humanas, ou seja, liberdade real para tomadas de decisões pelos cidadãos sobre “escolhas de vida”. A seguir se detalha o eixo teórico, ou instrumentos conceituais que norteiam este trabalho: apoio político; capacidade de Estado; e pós-materialismo.

3.1 Apoio Político

Para uma melhor compreensão ao analisar em que medida se encontra institucionalizada a democracia brasileira, lança-se mão da importante contribuição de David Easton (1957, 1968, 1982) que, com base em seus conceitos de *apoio difuso* e *específico*, ampliou o horizonte teórico sobre as bases da legitimidade de um sistema político. De acordo com Easton, “onde tal apoio ameaça cair abaixo de um índice mínimo, independentemente da causa, o regime precisa providenciar mecanismos para reestabelecer o apoio vacilante ou seus dias estarão contados” (EASTON, 1968, p.168). Na sequência os conceitos de apoio difuso e específico serão abordados de forma separada e para uma melhor compreensão dos seus potenciais e limites chama-se a atenção para sua característica multidimensional (EASTON, 1975; NORRIS, 2011).

O apoio difuso

De acordo com David Easton (op. cit.), podemos definir um sistema político a partir das condições de existência de um sentido de legitimidade proporcionado por uma base moral sólida pela qual se aceita os procedimentos de processamento de demandas coletivas que serão feitas por um governo. Nenhum sistema pode ter uma vida longa se não for capaz de gerar essa crença, que é compartilhada na relação entre as três esferas: “the community, the regime, and the government” (EASTON, 1957, p.391).

O apoio difuso, portanto, diz respeito à crença na legitimidade de que aquele regime é o melhor para se processar as demandas coletivas dentre outros possíveis. Essa legitimidade é um produto da cultura dos sistemas políticos, e pode ser obtida através dos chamados “mecanismos legitimadores” (EASTON, 1982, p. 104 - 105). Estes mecanismos podem ser encontrados nas respostas práticas e simbólicas dadas pelo sistema político como a interiorização de normas constitucionais e institucionais, como também por elementos simbólicos como cerimônias de posse, exibição de símbolos materiais de autoridade. O sucesso de tais mecanismos está na aplicação desses elementos nas fases iniciais de socialização de um indivíduo (op. cit).

Como exemplos de esforços para ampliar mecanismos legitimadores de um sistema ou regime pode-se trazer o caso da Alemanha Nazista, a Revolução Russa, ou ainda a difusão dos valores democráticos ao longo do século XX. Em todos os casos há rituais, cerimônias, hinos, uma verdadeira propaganda para difundir a crença na validade de que aqueles seriam ou são os melhores regimes ou sistemas políticos. Regimes totalitários melhor se especializam nessa tarefa, pois sua existência depende exclusivamente de dominar todos os aspectos da vida social, desde a família, escola, até a vida em comunidade política.

O Estado tem um papel central na busca pela legitimidade do sistema político através da ampliação do apoio difuso. Como argumenta Bourdieu (2014), o Estado tem o monopólio da violência física e simbólica, sendo, portanto, o responsável pela estruturação das diferentes fontes de autoridade dentro de um regime e sua consequente legitimidade. Mas o apoio difuso pode coexistir com baixos índices de apoio específico, ou seja, em autoridades e instituições, como será tratado a seguir.

O apoio específico

Segundo David Easton (op. cit.), devemos examinar os três tipos de legitimidade presente em um sistema político: ideológica; estrutural; e pessoal. A primeira diz respeito às convicções morais a respeito da validade do regime. A segunda apresenta uma crença na validade da estrutura e das normas do sistema. Já a terceira é representada pela crença na validade das pessoas que desempenham funções de autoridade, de exercer essas tarefas. Enquanto que nas duas primeiras estamos frente ao apoio difuso, na legitimidade de tipo pessoal é o apoio específico que aparece.

Isso significa que os cidadãos podem – em tese – perder a confiança nas autoridades e no governo, mas não no regime, e sem que este sofra consequências mais graves. Essa parece ser o caso de algumas democracias que hoje apresentam índices cada vez mais baixos de confiança nas lideranças políticas ou no funcionamento de instituições específicas e de governo, mas que mantém índices altos de apoio ao regime democrático. Comparando dados da sexta onda (2010 – 2014) do WVS para o Brasil, Estados Unidos e Japão, por exemplo, índices de confiança no governo não passam dos 42%, enquanto que nos mesmos países aqueles que acreditam que ter um sistema político democrático é algo positivo

ultrapassam os 70%. A comparação com países da América Latina e com dados do Latinobarômetro mostra uma situação ainda mais crítica, índices de confiança no governo não chegam a 25%, embora a adesão à democracia alcance os 70% na região.

Todavia, se níveis confortáveis de confiança não alcancem as autoridades, o governo e as instituições, tal fato pode ser encarado como um sinal de que há uma disfuncionalidade do sistema, ou seja, de que as respostas por ele dadas às demandas sociais não estão sendo atendidas, ou pelo menos não estão sendo percebidas pelos cidadãos com a atenção que julgam merecer. Um cenário como este envolve questões que não podem ser encaradas por este trabalho, mas cabe aqui destacar a principal delas: de que forma e em que medida pode um sistema político democrático conviver com níveis confortáveis de adesão, enquanto apresenta quedas preocupantes de confiança e de crença no funcionamento de certas instituições, lideranças e governos?

Cabe ressaltar que, assim como destacou Easton, o apoio específico é direcionado para a percepção “decisions, policies, actions, utterances or the general style of these authorities” (EASTON, 1975, p. 437). Portanto, ele envolve sentimentos muito mais amplos que a confiança, enquanto se desloca para o campo da percepção, os mecanismos legitimadores podem vir de comportamentos das autoridades, de decisões sobre políticas públicas, ações públicas, posicionamentos ideológicos, dentre outros.

Ainda segundo Easton (1982), as combinações e os esforços para induzir tanto o apoio ao regime (apoio difuso) quanto o apoio às autoridades (apoio específico) são percebidos como muito importantes pelos membros do sistema político. Portanto, sentimentos de legitimidade, de bem-estar comum e sentimento de comunidade política são continuamente inseridos e reinseridos no sistema político pelas sucessivas gerações através de processos habituais de socialização política. O apoio ao regime, confiança em lideranças e em instituições constituem bons preditores para a estabilidade de um regime, no entanto, como já destacado, é importante compreender o apoio a partir de sua característica multidimensional, uma vez que a complexidade do sistema é cada vez maior.

O caráter multidimensional do apoio político

Como destacou Easton (1975) não se pode deixar de lado o caráter multidimensional do apoio. Norris (2011) aponta a existência de pelo menos cinco níveis de apoio: sentimento de identidade e orgulho nacional; adesão ao regime enquanto princípios e valores; avaliação e satisfação com seu desempenho; confiança em suas instituições; e confiança em lideranças políticas. Quanto maior é o apoio em cada uma dessas dimensões, maior será a legitimidade do sistema político. Esse apoio, no entanto, de acordo com alguns autores das correntes de estudos da cultura política pode ser preenchido por meio de virtudes sociais, como capital social (FUKUYAMA, 1996; PUTNAM, 2000, 2007), valores e crenças em formas específicas de convivência em comunidade que ajudam a consolidar a crença no sistema e a adesão à democracia como regime político (INGLEHART, 1993; NORRIS, 1999; INGLEHART; WELZEL, 2009).

Nesse sentido, tomando como base e ampliando os conceitos de apoio político difuso e específico, este trabalho argumenta que a compreensão do caráter multidimensional do fenômeno do apoio contribui para uma melhor investigação e aprimoramento da agenda de pesquisas sobre esse tema. Norris (2011) propõe que o apoio deve ser entendido a partir de pelo menos cinco dimensões, conforme ilustra a figura abaixo:

Figura 1
Dimensões do Apoio

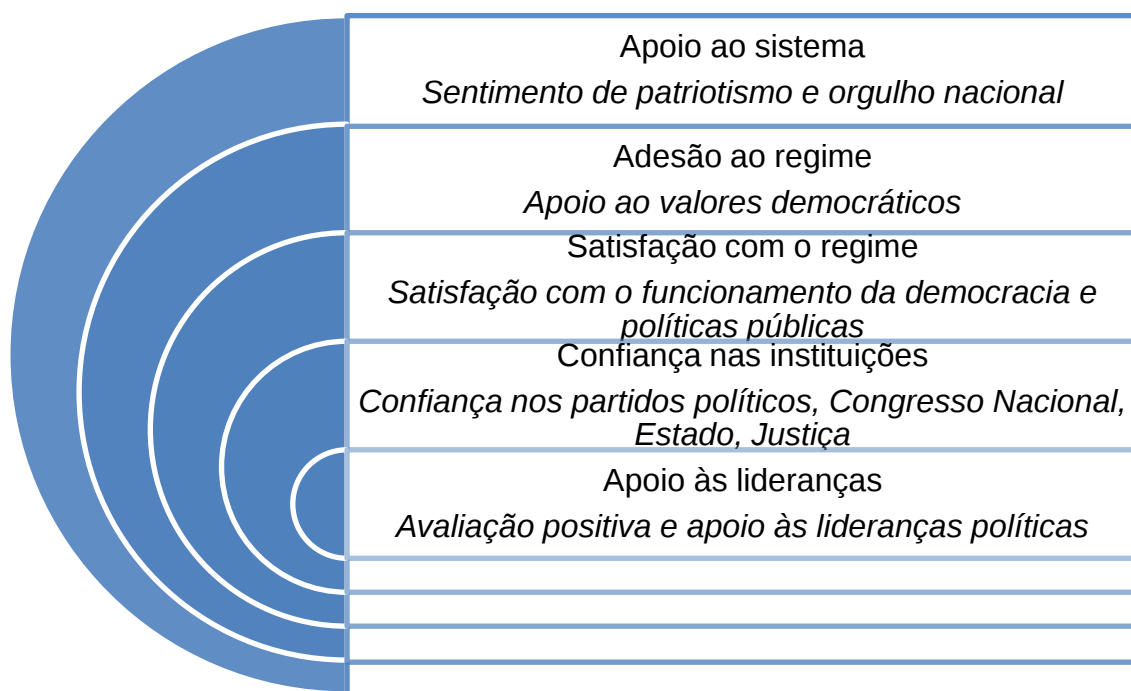


Figura 1: Detalha as cinco dimensões do apoio político, do mais difuso ao mais específico. Baseado em Norris (2011).

Para avaliação mais robusta de um regime democrático, as cinco dimensões apontadas na figura 1 devem ser problematizadas e equacionadas de forma a compreender como o cidadão percebe e se percebe inserido no sistema político. A metodologia de análise para compreender o apoio é realizada através de pesquisas *surveys*, que buscam então mensurar a percepção, os valores e as atitudes dos cidadãos partindo da dimensão mais específica, como apoio aos seus representantes, confiança nas instituições e satisfação com o regime, chegando à dimensão mais difusa como adesão ao regime como valor e o sentimento de patriotismo e orgulho nacional, ou seja, sentimento de identidade e pertencimento.

3.2 Capacidade de Estado

A capacidade de Estado é um conceito baseado inicialmente na obra de Charles Tilly, *Coerção, Capital e Estados Europeus* (1996), na qual trouxe a tese de que os Estados Europeus por ele analisados foram capazes de acumular recursos

como a coerção, que hoje pode ser traduzida como Estado de direito e a garantia do monopólio legítimo da força física, e o capital, uma vez que estes Estados acumularam riqueza suficiente para formar uma burocracia, organizar a sociedade através do recenseamento e poder provê-la com serviços públicos.

O mesmo autor argumenta que, nos dias de hoje, nenhuma democracia pode funcionar se o Estado não possua capacidade de programar, implementar e supervisionar as decisões políticas. Para ele, tanto um Estado fraco quanto um forte podem causar riscos aos seus cidadãos: o primeiro por não poder proteger seus cidadãos das arbitrariedades dos agentes públicos e o segundo por sobrepor-se às escolhas coletivas e mutuamente vinculantes. A democracia pode aparecer em Estados com diferentes graus de capacidade, mas o seu funcionamento e efetividade variaria entre eles (TILLY, 2013).

Norris (2012) destacou que a capacidade do Estado está diretamente ligada à qualidade da democracia, e a distinguiu baseada em duas dimensões de cunho weberiano: a primeira é o Estado como detentor do monopólio legítimo da violência e sua competência para garantir a segurança e Estado de direito (rule of law), garantindo o império da lei (enforcement of law); a segunda diz respeito ao corpo burocrático e sua capacidade para entregar bons serviços, a partir de características como meritocracia, plano de carreira avançado, independência das pressões que a conjuntura política fomenta, e controle da corrupção.

Huntington (1968) e Fukuyama (2016) destacam a importância da ordem e organização do Estado que precede o curso da democratização. Na visão destes autores a democracia é bem recebida quando democratizada de cima, aos poucos, e com uma boa base de solidez institucional, caso contrário o que se tem são instituições fracas e governos vacilantes, ou seja, um regime em permanente instabilidade. Para Fukuyama (2015), o cenário de instabilidade permanente é o que acompanha muitas das democracias da terceira onda, tendo em vista a incapacidade de institucionalização em razão da presença de Estados fracos.

Democracias jovens em Estado fracos não têm conseguido atender as crescentes aspirações e demandas populares por políticas públicas e por *accountability*² democrática. No caso brasileiro, as análises dessas dimensões não

² O conceito de *accountability* usado neste trabalho é o delimitado por Schedler (2017) que, segundo o autor, possui três características principais: informação, justificação e punição/compensação.

podem ser dissociadas da questão cultural, onde as características de um passado colonial escravocrata e uma religião católica centralizadora tiveram papéis centrais na configuração do tipo de cultura política presente no país. Inglehart e Welzel afirmam que “a cultura de uma sociedade reflete toda a sua herança histórica” (2009, p. 92). Portanto, faz toda a diferença para o futuro de uma sociedade a maneira como ela se organizou econômica, social e politicamente no passado, e como ela o faz no presente.

Esta linha de análise entende que a resiliência de características sociopolíticas como personalismo, clientelismo e (neo)patrimonialismo, ainda muito presentes na cultura política nacional, contribuem para uma baixa capacidade de Estado no Brasil. Características essas que, uma vez associadas às contínuas tentativas de modernização econômica, política e social, configuram um tipo híbrido de cultura política (BAQUERO, 2008), na medida em que mistura avanços nas dimensões formais procedimentais sem que, no entanto, se avance na dimensão social, o que prejudica a consolidação e a qualidade do regime.

Para mensurar a dimensão capacidade do Estado, pretende-se, a partir de dados do V-Dem (1995 - 2017), do IBOPE (2009 - 2018), do Latinobarômetro (2017) e da sexta onda disponível do WVS (2010 - 2014), trazer elementos que traduzam as dimensões objetiva e subjetiva. Por dimensão objetiva toma-se o grau de institucionalização do Estado, e elementos que traduzam características patrimonialistas e clientelistas, além de fatores desagregados resultantes do caráter eleitoral, liberal, participativo, deliberativo e igualitário da democracia. Por dimensão subjetiva busca-se captar a percepção do brasileiro em relação aos principais serviços públicos e atuação do Estado, como educação, saúde, transporte público e sentimento de igualdade perante a lei, além de verificar o grau de confiança social e institucional, e a avaliação do grau de envolvimento que o Estado deva ter para melhorar a vida do indivíduo.

3.3 Pós-Materialismo

Primeiramente deve se receber a informação sobre o ato ou ação política, a partir disso é gerada uma reflexão sobre essa informação, finalizando com uma compensação de apoio ou punição com o não apoio.

O pós-materialismo foi uma tese lançada originalmente no início da década de setenta por Ronald Inglehart que, ao publicar *The Silent Revolution in Europe* (1971), argumentou estar ocorrendo uma mudança nos valores das populações de países da Europa Ocidental do pós-Segunda Guerra Mundial. De acordo com o autor, estes valores estavam transitando entre o que ele denominou de valores aquisitivos (materialistas) para valores pós-burgueses (pós-materialistas), ou seja, valores que buscavam em primeiro lugar uma segurança material substancial estavam cedendo espaço para valores que, por sua vez, buscavam a emancipação e a autoexpressão humana como manifestações de vida.

Baseado na pirâmide de necessidades de Maslow, as hipóteses de Inglehart sugeriam uma reformulação da teoria da modernização. De acordo com a teoria da modernização de Lipset (1967), o regime democrático seria alcançado uma vez que as nações atingissem um grau de crescimento e desenvolvimento econômico que garantisse uma renda mínima per capita. Inglehart, por sua vez, acrescentou que não apenas o crescimento econômico levaria à democracia, mas também desencadearia uma acumulação e segurança material que, por sua vez, permitiriam maiores demandas por participação e expressão, esses sim, valores que reclamavam e seriam compatíveis com a democracia como regime político.

Norris (2011), tendo como base a tese pós-materialista, destacou que uma presença forte destes valores orienta os cidadãos a posturas mais críticas no apoio ao regime. Sua teoria dos *cidadãos críticos* (1999) chamou a atenção para a presença de um cidadão cada vez mais crítico na hora de avaliar o regime democrático. Este cidadão ao mesmo tempo em que adere à democracia e seus respectivos valores, avalia de forma mais crítica seu desempenho e deposita baixa confiança em suas instituições e lideranças.

Em relação ao Brasil, há um controverso debate sobre a validade da presença ou não de valores pós-materialistas. Ribeiro (2007) argumenta que sua presença é crescente e segue o mesmo curso de países pós-industriais analisados por Inglehart. Castro *et al.* (2018), partem de uma interpretação diferente, na qual há, sim, valores burgueses que podem ser entendidos como pós-materialistas e que são compartilhados por todas as clivagens sociais, não estando restrita, portanto, aos materialmente resolvidos. Meneguello, todavia, ressaltou que para a realidade brasileira haveria o que denominou de *combinações incompletas* (MENEGUELLO,

2010), ou seja, um cenário de paradoxos, onde uma crescente e consistente adesão a valores da democracia, vem acompanhado, concomitantemente, de baixos índices de satisfação e avaliação de seu funcionamento, além da baixa confiança nas instituições e lideranças políticas.

Longe de expressar um contexto de condição material resolvida, parcela expressiva da sociedade brasileira apresenta níveis preocupantes de desenvolvimento humano. Assim, chama a atenção o baixo grau de escolaridade³, com a presença de taxas preocupantes de analfabetismo funcional⁴, acentuada concentração de renda⁵ e a presença de um Estado que oferta serviços públicos de baixa qualidade, o que é insuficiente para garantir a existência de um Estado de direito íntegro, com leis isonômicas aplicadas de forma igual a todos os seus cidadãos.

Apesar da condição materialmente não resolvida dos brasileiros, se entende que é cada vez mais difícil não analisá-la dentro de um quadro mais amplo de globalização e de revolução tecnológica, como o que se presencia atualmente. Nesse sentido, mesmo que a carência do brasileiro seja alta e demande prioridades de aquisições materiais de sobrevivência, não se pode deixar de analisar esta realidade levando em consideração a transversalidade cultural e de valores. Isso decorre do fato de que a informação e diferentes modos de vida podem ser compartilhados hoje em todo o mundo numa velocidade de propagação impensável há duas ou três décadas.

³ Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – Pnad (2014) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apesar de decrescente, taxa de analfabetismo entre os que têm 15 anos ou mais, está em 8,3% de analfabetos, o que representa 13,2 milhões de pessoas.

⁴ A taxa de analfabetismo funcional (pessoas com 15 anos ou mais, com menos de 4 anos de estudo), segundo a Pnad (2014) é de 17,6%.

⁵ O coeficiente de Gini possui variação entre 0 e 1, quanto mais próximo de 1 mais concentrada é a renda do país ou região. Segundo dados do Banco Mundial de 2013, o índice de Gini para o Brasil é de 52,9%.

4. Confiança Política

A partir de agora é feito um esforço no sentido de avançar em questões teóricas e práticas para compreender, de forma mais aprofundada, os fatores envolvidos na queda do apoio e, mais especificamente, da confiança nas instituições políticas no Brasil. Eles gravitam sobre três eixos que representam a hipótese: frustrações e desilusões com o regime; capacidade de Estado; e mudança nos valores.

Este capítulo aborda os modelos psicológico, econômico, cultural e institucional que procuram explicar a confiança social e política. Para uma melhor compreensão do fenômeno, é feito um destaque para a conjunção do modelo cultural e institucional de confiança. Em seguida são trazidas questões relacionadas ao apoio, à adesão, à satisfação e à confiança nas instituições. Com gráficos temporais do Latinobarômetro procura-se investigar, tanto dimensões difusas, quanto específicas de apoio. As instituições analisadas são: partidos políticos, congresso nacional, governo, Estado e justiça.

Após são abordados os primeiros esforços teóricos e práticos de estudos que procuraram entender o fenômeno da queda de confiança nas instituições políticas, tanto em outros países, quanto nas brasileiras. No caso do Brasil, estas interpretações relacionaram a causa da queda de confiança nas instituições políticas brasileiras à insatisfação e desilusão com o regime. Estes modelos de explicação que se passa a referir como “tradicionais”, verificaram que a queda de confiança estava estreitamente relacionada ao aumento da insatisfação com os resultados práticos da democracia, o que provocava uma desilusão com a política de forma geral e atingia a crença nas suas instituições.

As interpretações tradicionais ficaram conhecidas como “pós-lua de mel”, e partem da premissa de que a democratização teria gerado grandes expectativas em relação ao novo regime, de que ele resolveria grande parte dos problemas do país, e uma vez que tais expectativas não foram atendidas, retirar a confiança de suas instituições seria uma consequência quase que inevitável (CATTERBERG; MORENO, 2005; MOISÉS; CARNEIRO, 2008; RIBEIRO, 2011). Dados longitudinais do Latinobarômetro são apresentados como evidência do fenômeno da queda na confiança institucional, no aumento da insatisfação e no apoio ao regime. Em seguida se apresenta uma abordagem pluricausal, que leva em consideração outros

elementos que as explicações anteriores não ponderaram, como a capacidade de Estado e a mudança nos valores.

4.1 Modelos de Confiança

A globalização, processo pelo qual têm passado grande parte dos países na contemporaneidade, tem se caracterizado por impor transformações às estruturas dos Estados nacionais contemporâneos. Essas mudanças trazem implicações importantes, principalmente no reposicionamento da importância destes na elaboração de uma agenda de desenvolvimento para a nação que, segundo Sassen (2003), não é nem totalmente privada nem totalmente pública, nem totalmente nacional nem totalmente global.

Offe (1999), argumenta que frente ao quadro de um mundo cada vez mais globalizado e de sua crescente perda de soberania, o Estado contemporâneo tem sido forçado a buscar uma ativa cooperação de seus cidadãos para poder programar e legitimar suas políticas públicas. Diante de uma realidade cada vez mais complexa, portanto, parte-se da premissa de que a confiança política contribui positivamente para o funcionamento do sistema político em geral, sendo decisiva no mapa para a formulação de políticas públicas e no alcance de resultados efetivos.

Não obstante, tem crescido o sentimento negativo dos cidadãos em relação ao funcionamento democrático e a queda da confiança aparece como um fenômeno recorrente e sistemático em análises comparadas como uma variável comum. Confiar, conforme o Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, é “entregar (alguma coisa) a alguém sem receio de a perder ou de sofrer dano” (PRIBERAM, online). Na política, no entanto, a confiança envolve uma complexidade maior. Ela envolve transferir a outra pessoa ou instituição nossas expectativas, receios e sonhos, portanto, envolve outorgar a outrem parte de nosso futuro. De acordo com Moisés (2010), a confiança pode ser explicada a partir das matrizes teóricas psicológica, econômica, cultural e institucional, como se aborda a seguir.

Psicológica

Este modelo procura defender que a confiança é adquirida a partir dos primeiros estágios do desenvolvimento humano. É na família, na escola e na

comunidade os lugares de onde se originam uma maior propensão à confiança social ou não. Sendo assim, os estágios iniciais de desenvolvimento psicológico de uma criança e a formação da personalidade são cruciais para o modo como ela encara a vida e se relaciona com as pessoas em comunidades e instituições. Reflexos de uma infância feliz e segura, sem nenhuma conturbação e próximos de pessoas em que pudessem confiar seria um contexto muito propício a gerar maiores estoques de confiança e sua consequente capacidade de estendê-la à esfera pública, portanto, às instituições políticas.

O argumento não é novo e formou parte da base da revolução comportamentalista dos anos trinta nas ciências sociais. Le Bon (1956) trouxe a necessidade de a crença ser distinguida do conhecimento, saber e crença eram, para ele, coisas muito diferentes e não partiam da mesma gênese. Lazarsfeld et al. (1944) em seu estudo pioneiro sobre o comportamento eleitoral em Ohio procurou encontrar diferentes tipos de personalidades entre os eleitores e como o meio social agiria sobre a decisão do voto. Em suma, a ideia central encontrada em tais autores é a de que o desenvolvimento psicossocial estabelece tanto questões ligadas à crença, à fé, portanto, à confiança, como também influenciariam posicionamentos não somente na hora de destinar o voto, mas também no comportamento geral em relação à política e suas instituições.

Smith (1969) estudou a relação entre o desenvolvimento psicológico da personalidade com diferentes graus de confiança, participação e a presença de traços autoritários nos indivíduos. Para o autor, a existência de grupos sociais de referência é determinante para o desenvolvimento psicológico no próprio grupo de pertencimento. Padrões adquiridos desde os primeiros grupos (família, escola) até grupos sociais mais abrangentes (comunidade étnicas, de trabalho) são importantes, não somente para o desenvolvimento da personalidade, mas também da maior ou menor propensão à confiança, à cooperação, à solidariedade e à reciprocidade, bem como do maior ou menor grau de autoritarismo.

Como se percebe, no modelo psicológico o grau de confiança está condicionado aos estágios iniciais de crescimento de uma pessoa. Dessa forma, pessoas nascidas em famílias que estudassem em escolas e morassem em comunidades onde estes traços fossem fomentados, apresentariam grandes chances de reter maior confiança que outras oriundas de um contexto adverso. Uma

vez estruturada a personalidade a confiança não dependeria de fatores conjunturais ou da racionalidade entre ganhos e perdas. Fatores pelos quais o modelo econômico se propõe a explicar a confiança.

Econômica

Esta proposta gira em torno da racionalidade dos cidadãos, entendidos como atores, que confiariam mais ou menos de acordo com o desempenho econômico, ou de acordo com a percepção pragmática de ganhos e perdas envolvendo regime, instituições e a prática direta de suas ações na vida das pessoas. A filosofia de fundo desse modelo explicativo se encontra no utilitarismo. Para Jeremy Bentham e John Stuart Mill a maximização da felicidade além de promover a prosperidade causaria maior cooperação e, portanto, confiança social.

Contemporaneamente, a assimilação da filosofia utilitarista para explicar a confiança decorre do desempenho governamental. Onde o cidadão perceber que está tendo ganhos práticos com a política governamental ou numa perspectiva mais difusa, com o regime, ele tende a depositar maior confiança em tais ações ou governos. O modelo de explicação econômico encontrou uma limitação de alcance ao se verificar que a confiança institucional esteve em declínio em países considerados de alta capacidade como o Japão e Estados Unidos e mesmo em períodos de crescimento econômico, como foi destacado no relatório da Comissão Trilateral (PHARR; PUTNAM; DALTON, 2000).

O ponto fraco desse modelo explicativo decorre do fato de que a relação entre confiança e economia não parece ser tão forte quando comparada com a relação entre confiança e fatores políticos. Por exemplo, evidências empíricas mostradas neste trabalho mostram que a confiança institucional tende a cair consideravelmente quando analisada em contextos de graves crises de corrupção. É verdade que a economia indo mal, as pessoas se sentem menos felizes com as lideranças, governos e até com o regime, mas fatores exclusivamente políticos também devem ser encarados como variáveis intermitentes do declínio da confiança. Cabe ainda destacar que, assim como trouxeram Inglehart e Welzel (2009), fatores culturais também impactam no grau de confiança que uma sociedade apresenta.

Cultural

Esse modelo explicativo tem origem nas contribuições de Almond e Verba (1966), onde houve o argumento de que a confiança pode ser buscada na matriz cultural de compartilhamento de valores que uma sociedade apresenta. Na verdade, para além do pioneirismo metodológico de Almond e Verba, este argumento já havia sido tangenciado por Banfield (1958).

Banfield (op. cit.), estudando uma cidade italiana levantou a tese de que sociedades com um desenvolvimento centrado no núcleo familiar se mostram incapazes de trabalhar para o bem comum, manifestando-se preocupadas apenas com o interesse imediato material familiar. Sociedades assim, como demonstrara, apresentavam sinais de desconfiança, suspeitas e inveja de que elementos que não fossem do núcleo familiar alcançassem certo sucesso. Esse “ethos”, presente nessa sociedade, Banfield denominou de “familismo amoral”.

A confiança tanto em Banfield quanto em Almond e Verba, é resultado do desenvolvimento cultural apresentado pelas sociedades. Inglehart (1993) incorporou o ingrediente religioso nessa argumentação. Seu mapa cultural procurou trazer evidências empíricas que atestassem que matrizes protestantes possuíam um maior grau de confiança social quando comparada com matrizes católicas, islâmicas e confucionistas (INGLEHART, 1993; INGLEHART; WELZEL, 2009)

Esse modelo vem sendo muito criticado por levar ao entendimento de que apenas determinadas culturas que possuem níveis altos de confiança são mais predispostas à democracia e ao desenvolvimento que outras (e curiosamente estas culturas só podem ser encontradas nas sociedades protestantes, Estados Unidos, Inglaterra e alguns países europeus) com menor grau de confiança, como católicas, islâmicas, confucionistas dentre outras (SHWEDER, 2002; EDGERTON, 2002).

Institucional

O modelo institucional diz que a questão da confiança está ligada à segurança de procedimento ou ao prévio conhecimento às respostas dadas pelos atores com os quais se interage. No entanto, diferentemente da confiança interpessoal ou social onde se “pode esperar reciprocidade, indiferença ou hostilidade” (MOISÉS, 2010, p.53), a confiança política diz respeito ao

funcionamento de regras, normas e estruturas que condicionam o funcionamento das instituições e cujos efeitos recaem sobre o cidadão, “em outras palavras, a confiança política dos cidadãos em instituições dependeria da coerência delas com a sua autojustificação normativa” (MOISÉS, 2013, p. 44).

Na perspectiva institucional, a confiança política possui características que fomentam a capacidade de cooperação, recurso importante do qual o Estado moderno não pode deixar de lançar mão para realizar, com eficácia, a sua tarefa central que consiste em coordenar as complexas sociedades contemporâneas. Dessa forma, como afirma Offe (1999), diante da acentuação do processo de globalização, o Estado já não mais como o agente exclusivo e articulador dos processos políticos públicos, fragilizado com a perda relativa de sua soberania, necessita cada vez mais se apoiar na coordenação e cooperação social, e para isso precisa engendrar a confiança de que suas instituições são os meios mais eficazes para programar e implantar suas políticas públicas.

A confiança política na abordagem institucional, portanto, é gerada a partir da capacidade das instituições e os atores operadores do campo da política de atuarem de forma a justificar suas ações nas premissas normativas para as quais estão instituídas. Essa confiança de forma alguma é cega ou automática, mas deriva das condições de naturalização e percepção que os indivíduos comuns possuem das regras e comportamentos que legitimam partidos políticos, Congresso Nacional, os cargos de representação e demais instituições políticas.

A confiança política, na premissa normativa, adquire um importante relevo por causa das condições modernas na qual o indivíduo se encontra inserido em uma sociedade cada vez mais complexa e por isso precisa confiar e cooperar. Por outro lado, o Estado moderno necessita cada vez mais se apoiar em tal confiança e cooperação para executar, da melhor maneira possível, a programação, implementação e coordenação de políticas públicas para a sociedade. Como destaca Claus Offe,

the intuition that I wish to refer to is the notion of insufficiencies of social coordination that remain even after money-driven market mechanisms, democratically legitimated law and law enforcement, and theoretically validated, systematized and formalized knowledge are combined and deployed. This is so because successful coordination depends upon cooperation, and the latter upon the presence of perceptions, dispositions, and expectations that induce agents to cooperate (OFFE, 1999 p. 2).

Dessa forma, o Estado através de suas instituições necessitaria cada vez mais se justificar normativamente para conseguir a confiança de seus cidadãos. Onde as instituições forem capazes de sinalizar universalismo, imparcialidade, justiça e a probidade de procedimentos, elas acabam ganhando a confiança de seus cidadãos. Mas onde isso não ocorrer, onde prevalecer à ineficiência, indiferença, discriminação, práticas generalizadas de corrupção e desrespeito, o cidadão tende a se afastar e a retirar a sua confiança das instituições políticas.

Acontece que, como Offe (op. cit.) mesmo argumenta, há alto custo para que os cidadãos se envolvam no monitoramento sobre as premissas normativas institucionais. E além do mais, nem todos possuem a mesma capacidade cognitiva de avaliação, pois tais conhecimentos das premissas que orientam os papéis institucionais requerem uma capacidade de conhecimento, reconhecimento e apuração das práticas institucionais. Por exemplo, cidadãos que estejam alinhados com lideranças governistas podem encarar os partidos de oposição como contrários ao bem do país, simplesmente por estes terem uma atuação fiscalizadora mais intensa. Portanto, é necessário reconhecer os limites de tal abordagem e caminhar para uma proposta mais abrangente, que conjugue tanto a matriz cultural, quanto a institucional, como será exposto em seguida.

Cultural / Institucional

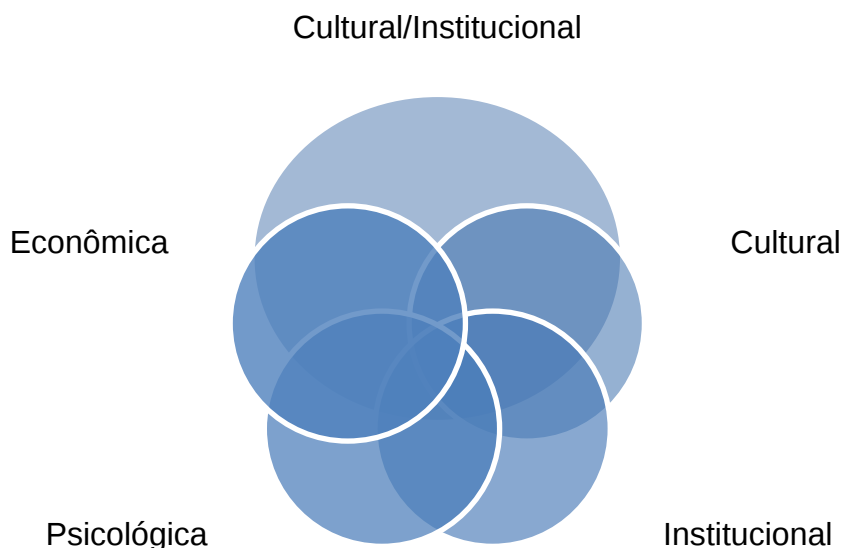
Traços como maior ou menor confiança social estão ligados aos primeiros estágios de desenvolvimento da personalidade e a capacidade cognitiva de avaliar ganhos e perdas, mas não explica por si só o fenômeno da confiança. Pessoas nascidas em meios sociais de desconfiança podem vir a inclinar-se a reter maior confiança social quando estabelecidas em meios sociais fomentadores de confiança e solidariedade. Pessoas podem vir a confiar mesmo sabendo dos riscos de curto e médio prazo, e é o que ocorre com investidores em geral. O desenvolvimento das cooperativas pode ser assim apresentado, ou seja, onde há maior confiança social seu florescimento se dá de forma natural, contribuindo para o desenvolvimento em geral, onde não há esta confiança dificilmente relações de crédito a taxas baixas podem ser estabelecidas (FUKUYAMA, 1996).

Por outro lado, esperar que todo cidadão seja capaz de discernir a natureza das premissas normativas institucionais e avaliar se elas estão ou não respondendo

a sua missão é uma tarefa demasiada abstrata, para não dizer, ilusória. Parcela significativa da população brasileira não sabe o *modus operandis* de funcionamento das casas legislativas federais, estaduais e, em muitos casos, nem municipais. Para além da atribuição de legislar, poucos sabem do papel de fiscalização que exercem seus representantes legislativos. O mesmo ocorre com o executivo e o judiciário, onde para muitos o primeiro não deveria se preocupar com o Congresso Nacional enquanto que para o segundo, as muitas de suas práticas deveriam refletir o calor social e não simplesmente seguir o texto constitucional (MOISÉS; CARNEIRO, 2008).

É necessário entender que a confiança social e política do cidadão reflete tanto a bagagem de sua matriz cultural quanto a avaliação que faz do funcionamento das instituições. Compreender que ele leva em conta o papel que possui em mente das atribuições de tais instituições, mas que também o histórico familiar e o meio social são importantes para configurar o grau de confiança, contribuindo para o entendimento da necessidade de uma abordagem mais ampla, portanto menos engessada as premissas normativas. É por essa razão que a confiança política deve ser entendida dentro dessa estrutura lógica, oriunda tanto da trajetória cultural, quanto das experiências práticas institucionais em cruzamento com as premissas normativas.

Figura 2
Abrangência dos modelos de explicação da confiança



Fonte: elaborada pelo autor.

4.2 Adesão, Insatisfação e Confiança Política no Brasil

Inglehart (1993) argumenta que a adesão ao regime, satisfação com funcionamento do sistema político e confiança institucional constituem bons preditores para avaliação de uma democracia estável. O autor destaca ainda que se a confiança em instituições e a satisfação com seu funcionamento permanecer por um bom período, isso pode reforçar a crença no regime, e que o sistema político como um todo é fundamentalmente bom para a vida das pessoas. A estruturação das preferências políticas dos cidadãos em relação às instituições e suas práticas é, portanto, um ponto importante para o caminho da consolidação de um regime democrático.

A adesão ao regime tem sido medida pela chamada “hipótese de Churchill”, onde a premissa gira em torno da democracia ser o “mal menor” e é feita através da seguinte afirmativa: “a democracia pode ter problemas, mas é o melhor sistema de governo”. No Latinobarômetro, as respostas a este questionamento são “concordam muito”, “concordam”, “discordam” e “discordam muito”. Esta pergunta leva em consideração medidas associada à preferência ao regime democrático pelos

cidadãos que, ao formularem suas respostas, levam em conta às estruturas internas e suas percepções particulares sobre o sistema político. A adesão se encontra, portanto, “associada tanto a escolha pela democracia como a algumas formas de intermediação institucional sobre as quais o sistema se estrutura e possibilita a participação dos cidadãos” (MENEGUELLO, 2010, p. 127).

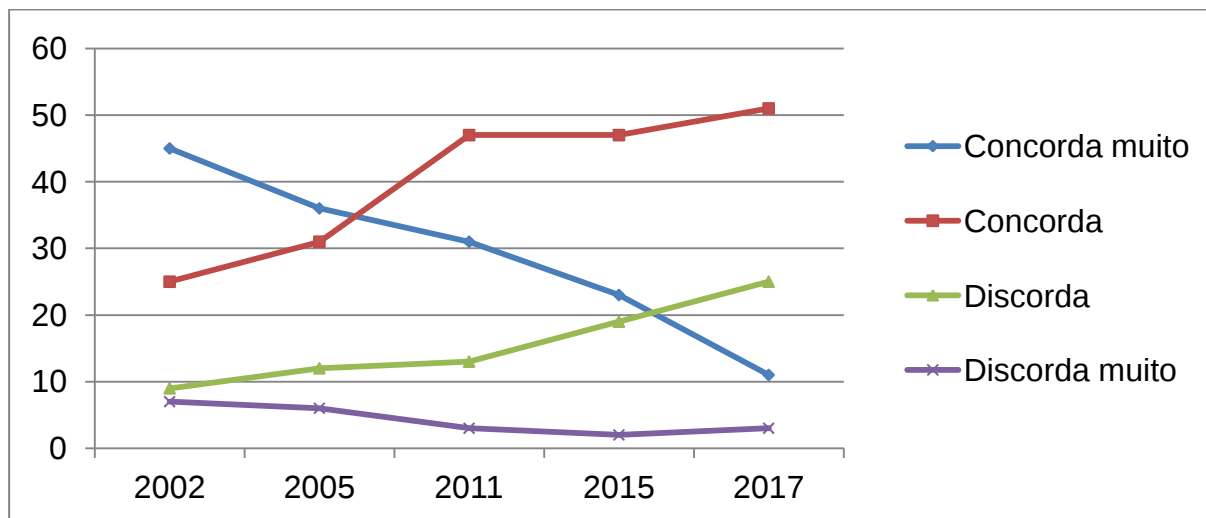
Um avanço na tentativa de qualificar a adesão à democracia foi feito por Fuks et al. (2016), onde os autores propuseram medidas de aderência à democracia como *adesão aos procedimentos de escolha*, *adesão normativa ao voto*, *adesão ao princípio da participação* e a *adesão ao princípio da representação política*. Dentre os destaques dos resultados obtidos estão aqueles que têm relativa adesão normativa ao voto, estando inclinados a considerar procedimentos de outras natureza, por exemplo, um golpe militar. Dentre os muitos paradoxos, Fuks et al. ressaltam a ambivalência:

isso significa que não seria um evento raro encontrar um democrata brasileiro que seja um defensor fervoroso da participação política e, ao mesmo tempo, acredite que crises econômicas, sociais e políticas justifiquem golpes militares. Da mesma forma, há uma chance razoável de que o mesmo indivíduo defenda a importância dos partidos políticos para a democracia e não valorize a participação política fora do contexto eleitoral (FUKS et al., 2016, p. 212).

Pesquisando o desempenho da democracia brasileira, Meneguello (2010), argumentou que o quadro do Brasil é mais complexo, pois há a presença do que denominou de *combinações incompletas*, uma incongruência onde o aumento da cognição sobre os significados da democracia e adesão caminham lado a lado com baixos índices de confiança institucional e insatisfação quanto ao funcionamento do regime. Para a autora a estruturação subjetiva da adesão à democracia entre os brasileiros se concentra nas dimensões satisfação com o regime e a avaliação de desempenho que eles fazem. O gráfico 1, com dados de séries temporais do Consórcio Latinobarômetro (2002 – 2017) diz respeito à dimensão mais difusa do apoio: adesão ao regime.

Gráfico 1

A democracia pode ter problemas, mas é o melhor sistema de governo 2002 – 2017 (%)



Fonte: Latinobarômetro (2002, 2005, 2011, 2015 e 2017).

O gráfico reporta as respostas dos brasileiros trazidas pelo questionamento da “hipótese de Churchill”. Desde 2002, o índice de 46% dos que “concordavam muito” que a democracia era o melhor sistema de governo vem declinando consistentemente, e chega a 2017 com apenas 11%. Por outro lado, houve um aumento nos moderados, ou seja, aqueles que “concordam” subiram de 25% em 2002 para 51% em 2017. A soma dos que “concordam muito” e “concordam” que a democracia, apesar de ter problemas, é o melhor sistema de governo representa 62%. O índice, dos que “discordam” subiu de 9% em 2002 para 25% em 2017, enquanto os que “discordam muito” declinou de 8% para 3%.

Em 2011 se registra a maior adesão ao regime entre os brasileiros, onde a soma dos que “concorda” e “concorda muito” chegou a 78% e, mesmo em 2002, quando a série foi iniciada por este instituto, este índice chegava a 70%. Uma explicação possível para a queda consistente da adesão ao regime desde 2011 de 16% (de 78% em 2011 para 70% em 2015, e depois para 62% em 2017), pode estar na chegada aos poucos ao Brasil dos reflexos da crise econômica mundial de 2008, que gerou crescente insatisfação com políticas públicas como a do transporte público, por exemplo, que resultou nas Jornadas de junho de 2013⁶. E pode estar

⁶ As jornadas de Junho de 2013 foram um conjunto de manifestações organizadas de forma espontânea, com chamadas feitas pelas redes sociais, que ocorreram em muitas cidades do Brasil. A

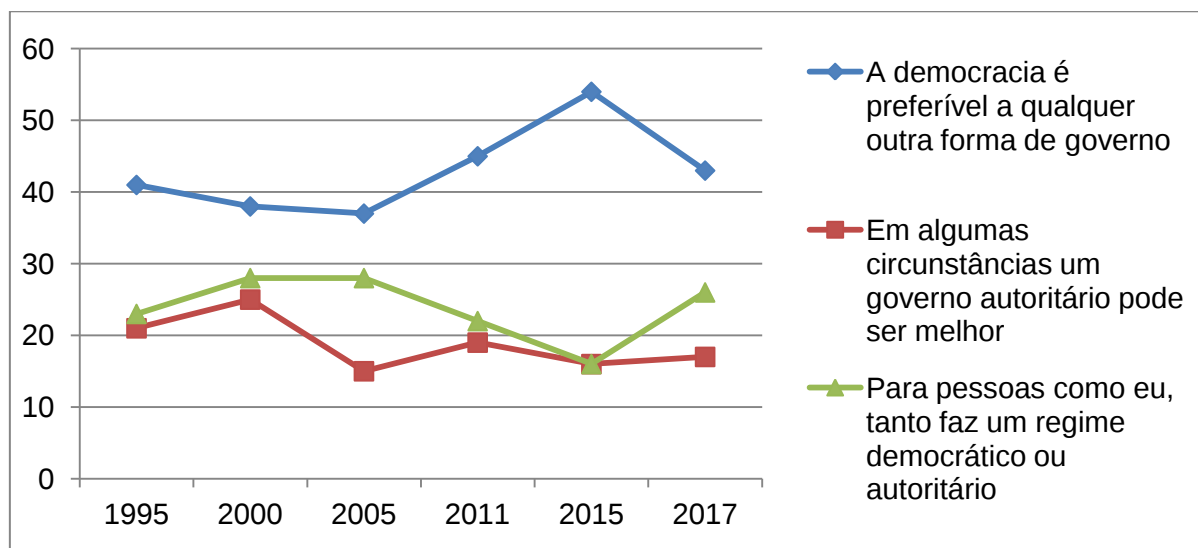
também na contínua degradação do ambiente político, com as circunstâncias que envolveram eventos de alto impacto no cenário político brasileiro como a denúncia e depois Impeachment da Presidente Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores (PT) em 2016 e as os escândalos de corrupção envolvendo o Vice-Presidente, Michel Temer, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) que assumiu em seu lugar.

Uma alternativa importante para a compreensão e avaliação da adesão em países que se democratizaram na terceira onda foi trazida por Rose e Mishler (1999). A abordagem leva em consideração tanto o grau de apoio ao novo regime, quanto a inclinação ao regime autoritário anterior, e isso permite que respostas sejam dadas levando em conta não somente a estruturação das preferências políticas subjetivas dos cidadãos, mas também os induzindo a fazer de forma comparativa, uma vez que a formulação da pergunta de pesquisa assim o permite.

O recorte diferenciado para regiões com um passado autoritário recente foi um importante avanço para a predição as atitudes dos cidadãos destes países. O questionário do Consórcio Latinobarômetro contempla esta dimensão a cada rodada de pesquisas aplicada à realidade latino-americana. São três as perguntas que procuram sondar a orientação dos cidadãos em relação ao regime atual, em relação ao regime passado e captura da ambivalência das respostas: “a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo”; “em algumas circunstâncias um governo autoritário pode ser melhor”, e; “para pessoas como eu, tanto faz um regime democrático ou autoritário”. Esse tipo de pergunta é importante na medida em que parcela significativa da população adulta experimentou o regime autoritário anterior e está nas condições de poder avaliar a democracia. O gráfico 2 aborda esta dimensão do apoio.

fagulha que acendeu e as motivaram se encontrava no aumento nas tarifas do transporte público, mas ao longo das manifestações ocorridas durante esse mês se observou que inúmeras outras insatisfações e demandas confluíam e faziam os movimentos aumentarem substancialmente. Era como se a democracia brasileira não estivesse entregando o que prometera.

Gráfico 2
Apoio à democracia 1995 – 2017 (%)



Fonte: Latinobarômetro (1995, 2000, 2005, 2011, 2015 e 2017).

Quando observamos o índice daqueles para os quais “a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo” percebemos que, apesar da queda de 40% em 1995 para 38% em 2005, ele obteve um crescimento de 13% entre o início da série (1995) e 2015, onde chegou ao seu maior percentual, 54%. A partir de 2015, todavia, ele declina e chega a 2017 com 43%, ainda assim, índice superior ao verificado no início da série. Para aqueles que acreditam que “em algumas circunstâncias um governo autoritário pode ser melhor”, em 1995 este índice era de 21%, chegou ao menor patamar em 2015 (15%), e subiu para 17% em 2017. O que voltou a crescer foi o índice dos ambivalentes, ou seja, aqueles que respondem que “para pessoas como eu, tanto faz um regime democrático ou autoritário”, que subiu de 16% em 2015 para 26% em 2017, o maior índice também quando comparado com 1995 quando este índice era de 23%.

Uma explicação plausível para a flutuação ocorrida entre os ambivalentes pode ser encontrada nos principais escândalos de corrupção envolvendo o governo federal, dessa forma, em 1997 há o escândalo da compra de votos para a Emenda da Reeleição⁷ de Fernando Henrique Cardoso, em 2005 vem à tona o escândalo do

⁷ O escândalo da Reeleição diz respeito a um esquema de compra de votos de parlamentares ocorrido em 1997, durante o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, para a aprovação da emenda que permitiria a reeleição para cargos do Executivo.

Mensalão⁸, e em 2015 há o aprofundamento das investigações da Lava Jato⁹, implicando diversas autoridades, empresários de empreiteiras, lobistas, dentre outros. Não há como negar que eventos assim minam a fé no regime, e hoje menos da metade dos brasileiros acreditam que a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo.

A pergunta colocada sobre o apoio à democracia é de extrema importância, pois visa capturar um traço presente em muitas sociedades que passaram por experiências autoritárias como a brasileira. No Brasil, conforme Moisés e Carneiro (2008) os cidadãos revelam-se mais dispostos a respostas autoritárias – como uma intervenção militar¹⁰ – para resolução de crises agudas, ou para apoiar um regime configurado com a ausência de instituições representativas como partidos políticos e congresso nacional. Esse é o fantasma da ditadura militar, presente de forma estrutural nas orientações subjetivas de muitas pessoas, como o que ocorreu nas respostas dadas a pesquisa feita durante a greve dos caminhoneiros em 2018¹¹, onde 43,1% das pessoas pesquisadas eram favoráveis à intervenção militar. Episódios de crise como este historicamente tem amplo apoio da população para a ação militar em detrimento da saída institucional pelo instrumento democrático.

A diminuição da satisfação em relação ao funcionamento da democracia talvez seja, ao lado do declínio da confiança institucional, um medidor do apoio de massas que liga a sirene de alerta no monitoramento brasileiro desde a redemocratização. Surveys realizados por Moisés (1995) em 1989, 1999, e 1993, trouxeram dados que mostram que a satisfação com a democracia ultrapassa os

⁸ O Mensalão foi um escândalo de corrupção que veio a público em 2005 e consistia num esquema de compra de votos de parlamentares para aprovações de projetos de interesse do poder Executivo.

⁹ A Lava Jato é complexo de investigações de desvios de recursos públicos, que têm implicado em condenações de importantes figuras públicas sobre os crimes de lavagem de dinheiro, corrupção passiva e ativa, operações fraudulentas de câmbio, apropriação indevida, formação de quadrilha, obstrução de justiça dentre outros. Teve início em 2014 e já apresenta mais de 60 fases operacionais.

¹⁰ Pesquisa realizada pela Paraná Pesquisas entre os dias 25 e 28 de setembro de 2017 mostrou que mais da metade dos brasileiros apoiariam uma intervenção militar provisória no Brasil. A pergunta realizada foi a seguinte: o Sr(a) seria a favor ou contra a uma intervenção militar provisória no Brasil?. 51,6% responderam serem contra, 43,1% a favor e 5,3% não souberam ou não opinaram. Disponível em: <http://www.paranapesquisas.com.br/wp-content/uploads/2017/09/Pesquisa-Online-Regime-Militar-Notas-Metodol%C3%B3gicas.pdf>. Acesso em: 24 de mar. 2019.

¹¹ A greve dos caminhoneiros de 2018 foi um movimento que paralisou o país durante 10 dias e a principal justificativa para sua realização, de acordo com os grevistas, estava no alto preço do diesel. Outras reivindicações buscavam a isenção de pedágio para eixos suspensos e um preço mínimo para o frete.

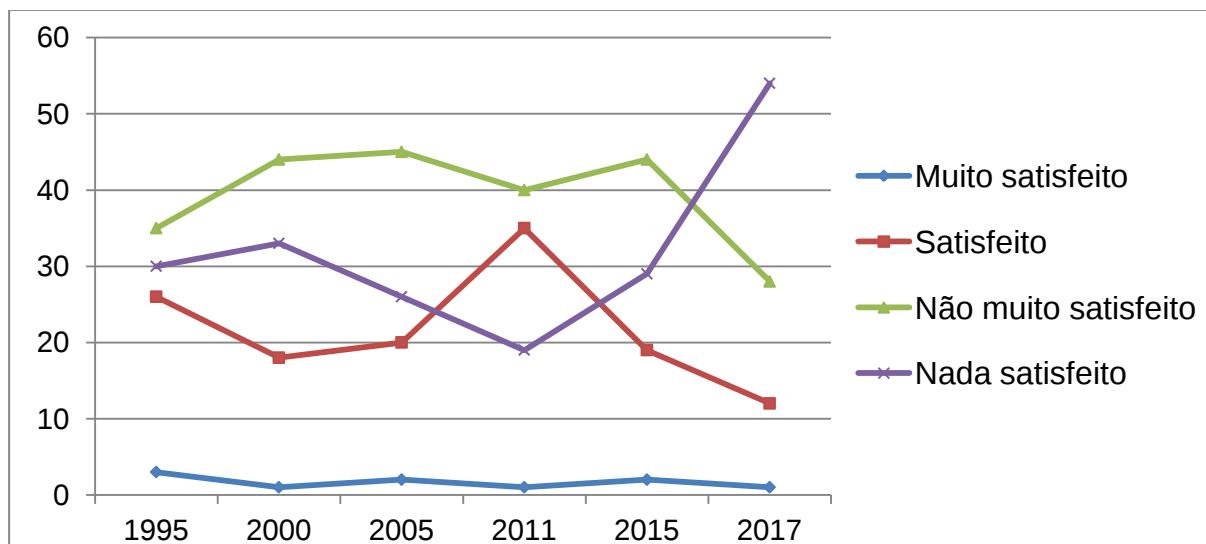
segmentos de sexo, idade, ocupação, renda e escolaridade. Em conjunto, afirma o autor,

os dados confirmam a hipótese de agravamento da crise institucional brasileira sob o impacto do precário padrão de funcionamento das estruturas políticas “mistas” e da reconhecida ineficácia dos recentes governos democráticos (MOISÉS, 1995, p. 206).

É como tem se estruturado, metodologicamente, a pesquisa que busca verificar a satisfação com a democracia. Ela parte da avaliação dos resultados desempenhados pelas instituições políticas nas áreas econômica e social, não deixando de observar o desempenho circunstancial de governos, ligando-os a imaginação que as pessoas possuem quanto à função normativa que tais instituições e governos devam desempenhar. É o caso da verificação da satisfação com o funcionamento da democracia realizado pelo Latinobarômetro e das questões envolvendo a avaliação de prestação de serviços específicos desempenhado pelas instituições. O gráfico 3 diz respeito a satisfação do brasileiro com a democracia.

Gráfico 3

Satisfação com o funcionamento da democracia 1995 – 2017 (%)



Fonte: Latinobarômetro (1995, 2000, 2005, 2011, 2015 e 2017).

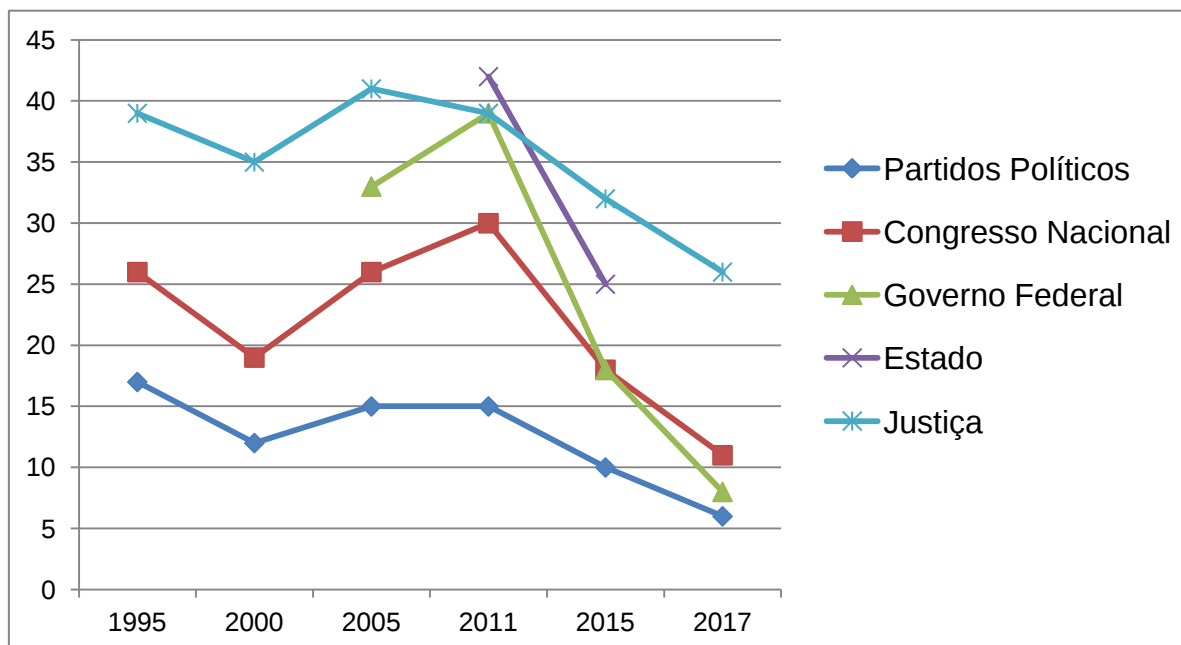
Os dados do Latinobarômetro, no gráfico 3, revelam que em 2017 apenas 1% e 12% estão “muito satisfeito” e “satisfeito” com o funcionamento da democracia no Brasil, enquanto que 28% e 54% se encontram “não muito satisfeito” ou “nada

satisfeito”, respectivamente. Portanto, apenas 13% das pessoas em 2017 apresentavam-se satisfeitas com a democracia no Brasil. Em 1995 esse índice era de 29% e em 2011, em seu maior patamar, chegou a 36%. O destaque é o crescimento daqueles que se dizem “nada satisfeito” com o funcionamento da democracia no Brasil, que vai de 30% em 1995, passa para 19% em 2011 e desde então sua curva é ascendente, chegando a 2017 a 54%, ou seja, mais da metade dos brasileiros estão profundamente insatisfeitos com o funcionamento da democracia no país. Quando se soma os “não muito satisfeito” com “nada satisfeito” obtém-se impressionantes 82% de insatisfação.

Outro fator que tem aparecido como bom preditor para o monitoramento democrático é a confiança política, aqui especificamente confiança em instituições políticas. Tilly (2013) argumentou que democracias trabalham necessariamente para realizar e coordenar as redes de confiança presentes na vida pública. Além de trabalhar para promover as redes de confiança presentes na sociedade, as próprias instituições políticas são depositárias ou não de confiança.

A baixa confiança em instituições brasileiras é um fenômeno que vem se agravando nas últimas duas décadas. No Brasil, a taxa relativamente estável de adesão normativa à democracia contrasta com os baixos índices de satisfação com o funcionamento democrático (MOISÉS; CARNEIRO, 2008), e a pouca confiança dos brasileiros em suas instituições políticas. Esta é uma situação que ajuda a denunciar a grave dissonância existente, porquanto instituições e governo constituem os principais mediadores entre Estado e sociedade para a resolução de conflitos, programação e implementação de políticas públicas. A confiança nas instituições políticas, apesar de algumas oscilações, tem declinado consistentemente ao longo da série histórica, como mostra o gráfico 4.

Gráfico 4
Confiança nas Instituições Políticas Brasileiras 1995 – 2017 (%)



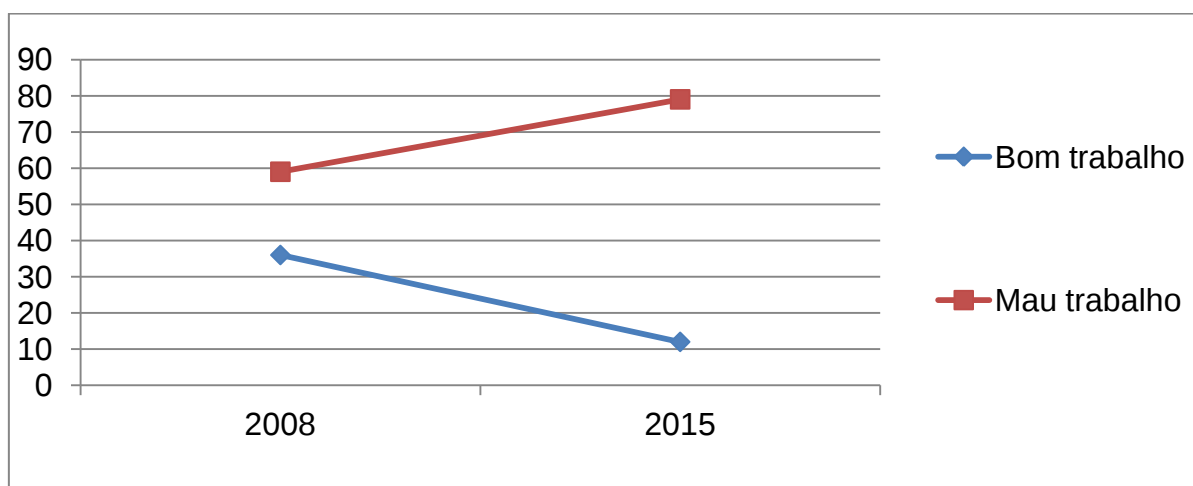
Fonte: Latinobarômetro (1995, 2000, 2005, 2011, 2015 e 2017).

Enquanto que em 1995 17% das pessoas confiavam em partidos políticos, em 2017 esse percentual caiu para um dígito, 6% apenas. Outra queda preocupante é a confiança no Congresso Nacional, pois se em 1995 o índice era 26%, hoje não ultrapassa os 11%. A confiança na Justiça, Estado e Governo Federal também declinaram consistentemente ao longo da série, apresentando 8%, 25% e 21%, respectivamente. Entre 2005 e 2011 Governo Federal e Congresso Nacional tiveram aumentos nos índices de confiança por parte dos cidadãos, onde o primeiro subiu de 33% para 39%, enquanto que o segundo de 26% para 30%. No entanto, desde então, estas são as instituições em que seus índices mais despencaram entre 2011 e 2017, de 39% para 8% e de 30% para 11%, respectivamente. O fato relevante a ser destacado é que duas instituições que são centrais para o funcionamento do modelo liberal de democracia, como partidos políticos e parlamento, são justamente as que estão mais desacreditadas pela população brasileira.

Baquero (2000) destaca que a relevância do papel desempenhado pelos partidos políticos nas democracias já ocupou boa parte da literatura em Ciência Política. Desde argumentações como a de Lefort (1987) que diziam que novos

espaços e a atuação dos movimentos sociais ofuscavam cada vez mais os partidos, até mesmo análises como a de Manin (1995), na qual a opinião pública suplantaria a lógica de recrutamento e ação da máquina partidária. No caso do Brasil, um componente que merece ser destacado é o que Baquero e Linhares (2011) denominam de antipartidarismo cultural, ou seja, a tradição de se buscar lideranças carismáticas ou grupos acaba fomentando o personalismo, em detrimento do desenvolvimento institucional partidário. Contemporaneamente, o surgimento das novas mídias tem acarretado num profícuo debate sobre a crise da representação, o que será tratado mais adiante. O gráfico 5 traz a avaliação que os brasileiros fazem dos partidos políticos.

Gráfico 5
Avaliação dos partidos políticos 2008 – 2015 (%)



Fonte: Latinobarômetro (2008 e 2015).

Os dados do gráfico 5 revelam que houve um aumento no índice entre aqueles que dizem que os partidos vem fazendo um mau trabalho, de 59% em 2008 para 79% em 2015. Inversamente houve uma diminuição no índice daqueles que, ao contrário, acreditam que os partidos políticos brasileiros vêm fazendo um bom trabalho, em 2008 36% das pessoas acreditavam que ele era positivo, enquanto que em 2015 esse índice caiu para 12%. Cada vez menos os brasileiros veem os partidos políticos como canais institucionais efetivos de representação e de demandas, um caminho inverso ao que Baquero e Linhares (op. cit.) destacaram como importantes para a consolidação da democracia, que é o de fortalecer tanto os

canais institucionais tradicionais de representação, como os partidos, mas também procurar fomentar o capital social via participação e cooperação por canais informais.

Ao mesmo tempo em que os brasileiros parecem ter cristalizado seu apoio à democracia e aos valores por ela nutridos, suas instituições, longe de se consolidarem, “são fontes de constantes crises, sendo apontadas como principais responsáveis pelas falhas do sistema político” (BAQUERO, 2001, pag. 101). O mapa do apoio ao sistema político brasileiro, bem como de muitos países da América Latina, têm revelado importantes avanços em sua dimensão procedimental, com eleições periódicas, relativa competição e a garantia de espaço institucional entre as lideranças políticas em busca do poder. Não obstante, menor têm sido os avanços em sua dimensão social, pois ainda perpetua sérios problemas de garantia dos direitos civis, políticos e sociais, fragilidade do Estado de direito, e uma cultura política paroquial e com baixo empoderamento.

4.3 Os Modelos de Explicação Tradicionais

Como argumentado, têm aumentado os desafios teóricos e metodológicos para entender o fenômeno do declínio da confiança política nas democracias contemporâneas. Nessa linha, um esforço importante foi feito por Pippa Norris (1999) que chamou a atenção para o fato de que os cidadãos de democracias consolidadas estariam se tornando mais críticos e rigorosos ao avaliarem o sistema político e, conseqüentemente a democracia e suas instituições representativas. Norris se ancorou na tese do pós-materialismo (INGLEHART, 1971) e partiu da compreensão de que os cidadãos de democracias consolidadas haviam experimentado níveis altos de uma segurança existencial substantiva, o que os reorientava na direção de uma maior atenção ao sistema político.

Observando o aumento da exposição aos meios de comunicação e a capacidade de acumular informação e os seus impactos provocados nas percepções, atitudes e comportamentos das pessoas levaram Norris (1999, 2011) a formular o conceito de *cidadãos críticos*, onde apontou evidências para uma mudança no comportamento do cidadão em relação ao sistema político em geral. Essa mudança estava provocando um aumento da capacidade cognitiva dos cidadãos sobre o campo da política, onde uma maior exposição ao noticiário,

principalmente em matérias de cunho negativo sobre o campo da política, ao mesmo tempo em que reforçava as aspirações democráticas, também levava o cidadão a se comportar de maneira mais crítica na hora de avaliar a política, suas instituições e o desempenho do regime.

A tese do pós-materialismo, basicamente, parte da premissa que os coortes geracionais que experimentam uma segurança existencial material robusta voltam suas atenções para questões mais amplas como direitos de liberdade, posicionamentos mais responsáveis em relação ao meio ambiente em detrimento de decisões de concentração de poder e hierarquia. Nesta tese a democracia aparece como o regime político no qual novas aspirações e demandas encontram uma vazão mais ampla. Inglehart e Welzel (2009), Welzel (2013) e Inglehart (2018) têm argumentado, através de sua “teoria emancipadora da democracia”, que o surgimento de valores que liberam o indivíduo do jugo da autoridade e promovem a possibilidade de escolha humana através da autoexpressão, constitui um fator central para entender não só o aparecimento da democracia, mas também a forma como as pessoas entendem e julgam o sistema político.

A chave explicativa desse modelo gira em torno da passagem – em alguns momentos os autores preferem chamar de evolução – da passagem dos chamados “valores de sobrevivência” para “valores de autoexpressão e emancipação humana”. Ao lado da mudança cultural, Norris (2011), trouxe para seu bojo explicativo a maior exposição às mídias, uma consequência da revolução tecnológica provocada nos meios de comunicação com o surgimento das mídias digitais e a propagação de notícias com tendência negativa, uma vez que elas teriam um maior poder de capturar audiência. A avaliação mais negativa, o aumento da insatisfação e a queda da confiança nas instituições fariam parte da estruturação das preferências dos chamados cidadãos críticos.

Argumento similar foi trazido por Pharr, Putnam e Dalton (2000). Usando como recorte os mesmos países do relatório da Comissão Trilateral, Pharr, Putnam e Dalton (2000) encontraram padrões sistemáticos de queda da confiança nas lideranças e nas instituições políticas. Para explicar a queda da confiança, os autores apontaram para um baixo crescimento econômico e uma piora no desempenho da democracia, principalmente em relação às instituições representativas e a falta da capacidade de resposta por parte delas às demandas

populares, uma mudança nos critérios e padrões de avaliação e um “excesso” de informação, elementos estes que frustravam as expectativas em relação ao próprio desempenho da democracia.

Na América Latina, os estudos exploraram o que se convencionou chamar de “pós-lua de mel”. Foi o que fizeram Catterberg e Moreno (2005), que analisaram a confiança em instituições políticas de regimes democráticos na América Latina. Os autores argumentaram que os países que fizeram transições recentes para a democracia (o caso de muitos países latino-americanos) geraram grandes expectativas de que a instauração do regime democrático solucionaria muitos dos problemas que os regimes autoritários não foram capazes de resolver. E uma vez que essas expectativas não foram atendidas os sintomas resultantes mais recorrentes seriam a frustração e a desilusão com a democracia. A baixa confiança em suas instituições políticas apareceria como reflexo desse sintoma de frustração e desilusão após o momento de esperança com a democracia, ou seja, o momento de “lua de mel”, como argumentam os autores:

our examination of trust in legislative bodies and bureaucracies in new and established democracies has brought two findings that need further elaboration. On one hand, political trust has declined sharply in most societies that adopted a democratic form of government in the last two decades, following a post-honeymoon period of political disaffection. It is not clear yet whether we will observe an increase in political trust in these societies once their democracies are well consolidated (CATTERBERG; MORENO, 2005, p. 45-46).

A análise de Ribeiro (2011) para a América Latina também seguiu esse caminho. Partindo da hipótese que os níveis de confiança política na América Latina estavam mais associados a quebras de expectativas fomentadas pelos processos de democratização que a um aprimoramento de cidadania crítica, pressupôs que havia indícios significativos de desencanto entre os latino-americanos. Embora o recorte metodológico seja limitado, pois apenas quatro países são investigados (Argentina, Brasil, Chile e Peru), os resultados confrontaram a tese da cidadania crítica, apontando que a crescente desconfiança [institucional] tem suas “raízes na frustração e quebra de expectativas em relação ao desempenho concreto das instituições que compõem o regime” (RIBEIRO, 2011, p. 180).

É importante ressaltar que a argumentação teórica do “pós-lua de mel” surgiu como alternativa à tese dos *cidadãos críticos* de Norris (1999), para nações que,

segundo os autores, ainda não possuíam os requisitos necessários para se gerar cidadãos dotados de valores de autoexpressão e emancipação humana. Em democracias consolidadas a baixa confiança institucional pode agir como um ativador natural potencial da capacidade de renovação e resiliência das instituições e lideranças políticas. Mas em jovens democracias, como é o caso do Brasil, ela agiria mais como um agente que desestabiliza e trava o processo decisório, além de minar a legitimidade institucional e prejudicar o desenvolvimento de um regime de maior qualidade.

Tentativas de explicar a queda de confiança do brasileiro em relação às suas instituições geralmente estiveram associadas à premissa da tese do “pós-lua de mel”. Um esforço importante foi feito por Moisés (1995), onde pretendeu não somente procurar explicações radicadas exclusivamente em componentes econômicos, e sim investigar as raízes políticas do fenômeno, levando em consideração tanto a premissa normativa da democracia, ou seja, a adesão, como a presença do desencanto e a insatisfação dos cidadãos com o desempenho das instituições. Os resultados, segundo o autor, trazem a severidade dos brasileiros na avaliação do sistema:

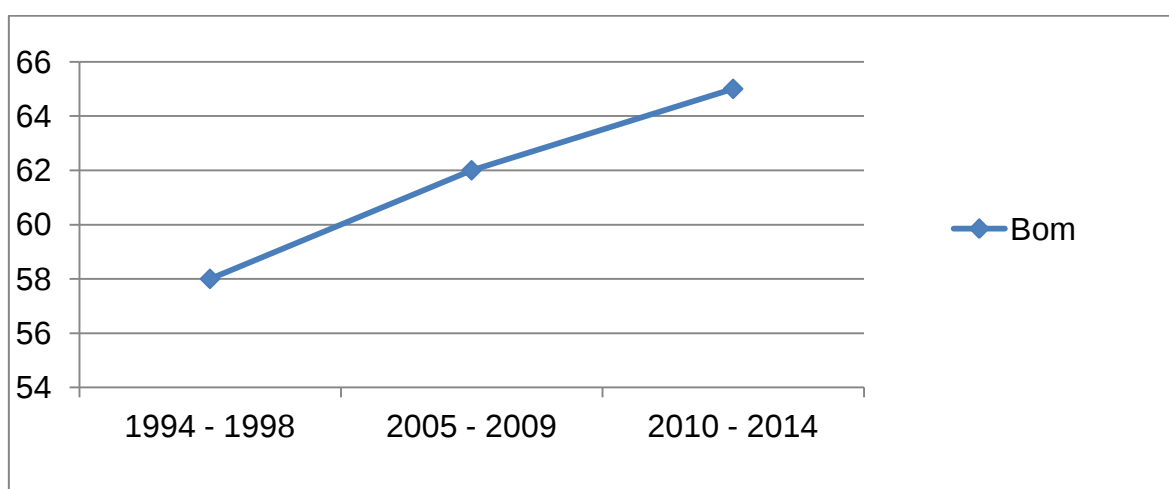
As taxas de censura aos políticos ultrapassam, em alguns casos, a 80%, e a insatisfação com o desempenho dos partidos políticos é majoritária, mesmo se isso não implica rechaço ao sistema pluripartidário; ao mesmo tempo, a insatisfação com o governo e o Congresso Nacional, se menos intensa, também é majoritária, significando que ela perpassa praticamente todos os segmentos do eleitorado. Isso sugere uma tendência nacional de rejeição aos políticos e, também, ao modo de funcionamento de algumas instituições (MOISÉS, 1995, p. 206).

Estudos e pesquisas recentes como a de Moisés (2013), Meneguello (2013) e Mesquita (2013) têm se centralizado na justificativa normativa de existência institucional e no subentendimento da capacidade de avaliação do cidadão brasileiro destas prerrogativas. Segundo Moisés e Carneiro (2008) e Moisés (op. cit.), a capacidade das instituições de mostrar universalismo, imparcialidade, justeza e probidade, ou seja, reflexos normativos, está diretamente relacionada ao ganho da confiança política. Esta capacidade, todavia, é limitada, pois nem todo cidadão tem suficiente conhecimento para entender sobre as prerrogativas do Senado, do Governo, partidos políticos e outras instituições, por exemplo.

Boa parcela dos brasileiros acredita que sua democracia poderia perfeitamente funcionar sem os partidos políticos e o Congresso Nacional (MOISÉS; CARNEIRO, 2008) e muitos acreditam que ter uma liderança forte que não precise se preocupar com estas duas instituições poderia trazer benefícios para o país. O gráfico 6, apresenta dados de três onda do WVS e retrata esse cenário.

Gráfico 6

Ter um líder forte que não precise se preocupar com o Parlamento e eleições 1994 – 2014 (%)



Fonte: World Values Survey (ondas 1994 - 1998, 2005 - 2009 e 2010 - 2014).

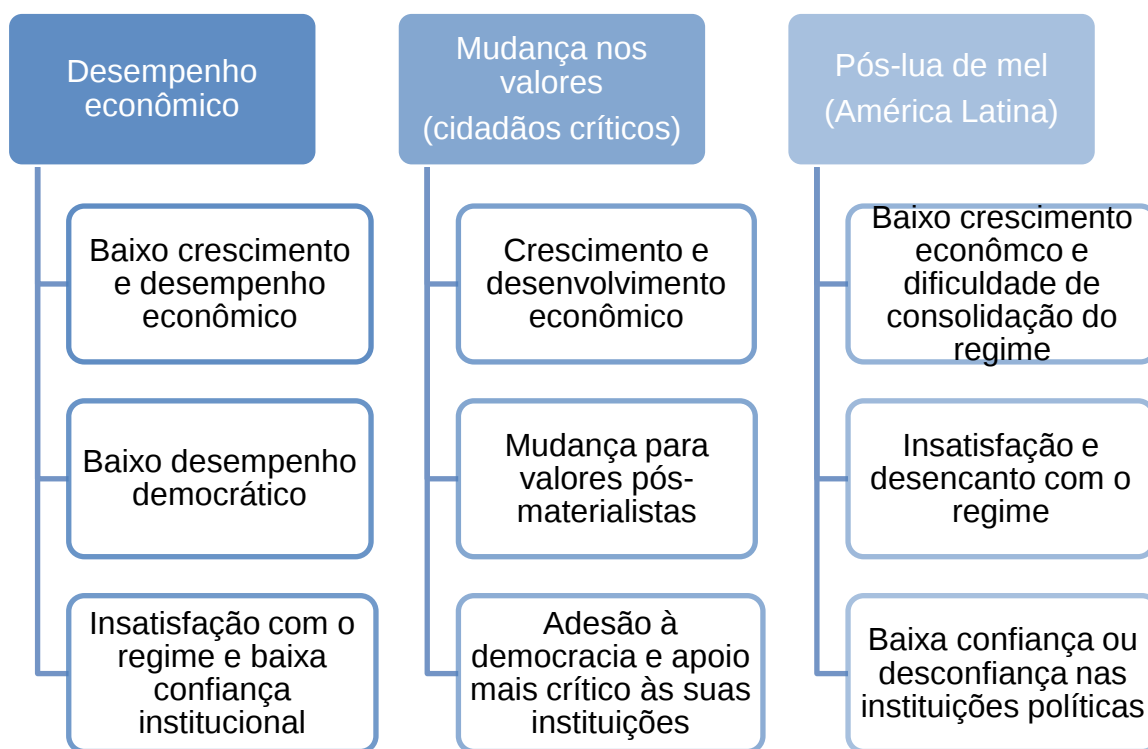
Na primeira onda de pesquisa do WVS (1994 – 1998) para o Brasil o percentual dos que acreditavam que ter um líder forte que não precise se preocupar com o Parlamento e eleições seria algo bom era de 58%. Na segunda onda (2005 – 2009) esse índice subiu para 62%, e na terceira onda (2010 – 2014) para 65%. O aumento da percepção entre os brasileiros de que respostas às crises passariam pela escolha de lideranças com “carta branca”, não deixa de revelar parte das dificuldades encontradas para se consolidar o regime democrático no Brasil.

Outras pesquisas têm chamado a atenção para o fato de que a queda de confiança nas instituições constitui parte de um movimento mais amplo de crise do modelo liberal de democracia. É o caso de Wike e Fetterolf (2018), que procuram chamar a atenção para o fato de que apoios “mornos” e desinteressados por parte dos cidadãos à democracia promovem a abertura para alternativas autoritárias de governo. Alternativas estas que uma vez no poder trabalham para enfraquecer as

liberdades civis, estimular o nativismo e depreciar lideranças e instituições representativas tradicionais do modelo liberal de democracia. Para Mainwaring e Bizzarro (2019), elementos como alto desenvolvimento econômico, maior capacidade do Estado, ter ou não países vizinhos democráticos e um próprio histórico preliminar democrático constituem fatores que contribuem para uma democracia bem consolidada e de qualidade.

Na figura 3 abaixo ilustra-se, de forma sintética, como se dá a abordagem tradicional. É preciso reconhecer os avanços e as limitações das investigações sobre este tema. Na maior parte das vezes campos de pesquisas não conversam entre si, como é o caso da agenda institucional e da cultura política. Formam “mesas separadas” (MORLINO, 2013), impedindo o avanço tanto teórico quanto metodológico nas investigações dos fenômenos políticos e sociais. Propõem-se, portanto, neste trabalho uma concatenação de premissas não limitada apenas a uma agenda, como será abordado a seguir.

Figura 3
Modelos explicativos tradicionais



Fonte: elaborada pelo autor.

4.4 Uma Abordagem Pluricausal

Como exposto, os modelos de explicação tradicionais para o declínio da confiança em instituições políticas focavam primeiramente no desempenho econômico, ou seja, o baixo crescimento econômico dos países afetaria diretamente o desempenho democrático, o que levaria a uma menor satisfação com o regime e consequentemente baixa confiança institucional. Esse é o caso dos estudos de Dalton e Norris (1999) e Pharr, Putnam e Dalton (1999). Outros estudos buscaram se concentrar na mudança dos valores, como é o caso dos cidadãos críticos de Norris (1999; 2011). Estudos com enfoque regional na América Latina, privilegiaram as frustrações e o desencanto dos cidadãos como chave explicativa no período pós-lua de mel (MOISÉS, 1995; CATTERBERG; MORENO, 2005; RIBEIRO, 2011).

A abordagem pluricausal proposta busca alertar que fatores como o baixo crescimento econômico e desempenho democrático não devem ser analisados separados da capacidade de Estado, e que uma mudança nos valores não deve ser negligenciada no caso brasileiro, principalmente com a celeridade da revolução tecnológica, que passa a estruturar as preferências e orientações dos cidadãos, bem como percebem e se imaginam inseridos no sistema política. Esta é uma realidade preocupante sobre a revolução tecnológica, o aparecimento e protagonismo das novas mídias impactando diretamente na (re)construção das percepções, atitudes e comportamentos dos cidadãos em relação ao mundo da política, passando a modificar radicalmente a forma como o avaliam.

A proposta traz o entendimento de que devemos considerar a existência de uma mudança nos valores ocorrendo no Brasil. Esta mudança, não obstante, não deve ser confundida com o tradicional caminho seguido pelos valores materialistas e pós-materialistas trazida pela tese de Inglehart (1971). Este trabalho chama a atenção para o fato de que deve-se evitar o equívoco de acreditar que exista apenas um caminho para uma mudança nos valores, ou a classificação – um tanto normativa – de hierarquizá-los como tradicionais ou modernos. A revolução tecnológica tem afetado tanto pessoas de democracias consolidadas como as da terceira onda e o impacto dela ainda se encontra longe de uma mensuração sistemática.

A crítica proposta encontra amparo na lacuna existente de que sociedades com um grau suficiente de valores pós-materialistas apoiariam [incondicionalmente]

a democracia, e práticas cada vez mais horizontais e descentralizadas de poder e decisões públicas. Paradoxalmente a esta tese, o que se tem observado é o ressurgimento do nacionalismo trazido a reboque de discursos inflamados de populistas autoritários em plena ascensão em todo mundo, principalmente em democracias consolidadas como os Estados Unidos, França, Reino Unido, Polônia, mas também no Brasil, Indonésia e Turquia.

O argumento de Norris e Inglehart (2018) é o de que a insegurança material e o sentimento de perda de identidade provocado pelo baixo crescimento econômico global dos países democráticos somado a desempenhos fracos em lidar com problemas cada vez mais crônicos como as ondas de imigração, tem trazido uma reação aos valores pós-materialistas – eles chamam de reação contra a revolução silenciosa – fazendo-os recuar e o apoio à democracia e suas instituições diminuir. O fator identitário também tem sido fortemente reforçado por Fukuyama (2018), que o entende como central para entender a crise atual das democracias.

Além do destaque de que não há um caminho apenas para uma mudança cultural nem um sentido ou classificação que escape à normatividade, a crítica mais importante recai sobre uma circularidade explicativa da teoria do pós-materialismo. A compreensão é a de que quando as economias prosperam o desempenho institucional melhora e a democracia tem amplo apoio das massas. Todavia, quando ocorre o inverso, ou seja, a economia se retrai ou apresenta baixo crescimento, as instituições apresentam déficits e não conseguem mais atender as demandas da população e isso impacta diretamente no apoio de massas à democracia. Com déficits crescentes e perda da capacidade de resposta por parte da democracia, o grau de confiança depositada em suas instituições declina.

A importância que a teoria da mudança cultural trouxe para a compreensão da transição de valores em contextos materialmente resolvidos e não resolvidos não está aqui sendo questionada. Mas, sim, seus alcances e limites, pois sua circularidade explicativa e sua pretensão à generalidade além de estimular análises e interpretações normativas, acaba deixando de considerar que as especificidades regionais e nacionais são muito importantes. Regiões e países apresentam idiosincrasias socioeconômicas e histórico-estruturais, esvaziando o sentido da aplicação de teorias elaboradas para explicar realidades de países da Europa em realidades latino-americanas, africanas ou asiáticas.

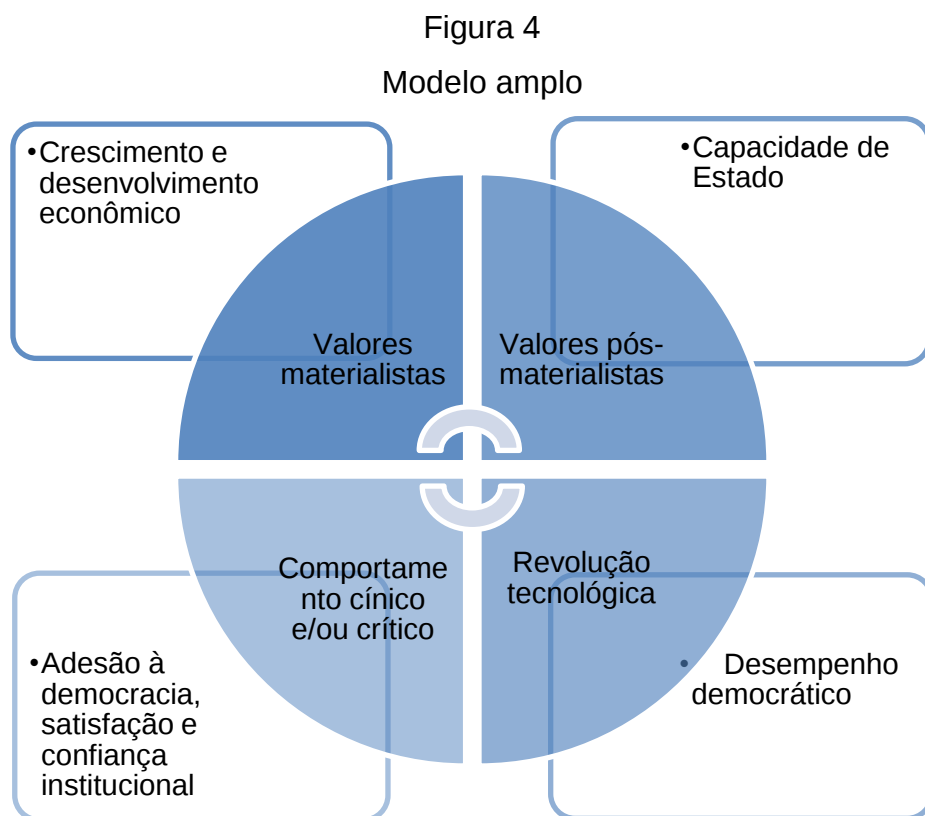
Como argumentado, a capacidade de Estado também deve ser levada em consideração para uma análise mais completa sobre o apoio à democracia. Baixo crescimento e desempenho econômicos baixos afetam diretamente o desenvolvimento e desempenho democrático. Nem todos os países que apresentam bom crescimento econômico conseguem responder com uma capacidade de Estado satisfatória para sua população em serviços e nem todos os países que possivelmente possam apresentar baixo crescimento necessariamente deixam de responder com serviços e atender as demandas de sua população.

Baseado na obra de Tilly (1996), este trabalho traz a premissa de que se deve observar o modo de formação do Estado para entender de que forma ele responde, através do regime democrático, às aspirações e demandas de sua população. Há diferenças importantes na formação dos Estados, aqueles que conseguiram acumular capital e concentrar poder acredita-se responderem melhor à tarefa moderna de implementar políticas públicas de maior qualidade para sua população. Enquanto que jovens Estados ou Estados resultantes de uma intensa ação de exploração, que transferiam para a Metrópole grande parte de seu capital, acredita-se que largaram em desvantagem na formação de sua burocracia e capacidade de concentrar riqueza e poder.

Como destacou Norris (2012) a capacidade do Estado está diretamente ligada à qualidade da democracia, e a sua análise deve ser feita levando em consideração pelo menos duas dimensões. A primeira dimensão é a do Estado como detentor do monopólio legítimo da violência física e simbólica, sua competência para garantir a segurança e o Estado de direito (rule of law), garantindo o império da lei (enforcement of law). Já a segunda diz respeito ao corpo burocrático e sua capacidade para entregar bons serviços. A partir de características como meritocracia para cargos técnicos, planos de carreira avançados e independência de oscilações políticas de governos, tal corpo burocrático se credenciaria como capaz de atender as demandas e acenar as aspirações populares através de políticas públicas com alto grau de responsividade.

O modelo mais amplo proposto leva em consideração o fato de que a capacidade de Estado e a mudança nos valores no Brasil devam estar presentes para uma melhor compreensão das razões do declínio da confiança institucional que ocorre sistematicamente. Isso não quer dizer que fatores trazidos pelos estudos

pioneiros não sejam importantes, mas que devem ser conjugados com estes dois conceitos, na medida em que este campo de pesquisa necessita de um avanço tanto teórico quanto metodológico de estudo para este tema. A figura 4 ilustra como se opera a abordagem proposta.



Fonte: elaborada pelo autor.

O modelo mais amplo, no qual este trabalho está ancorado, entende que é importante conjugar os fatores econômicos com a capacidade de Estado para entender o desempenho democrático e, conseqüentemente a adesão ao regime, satisfação e confiança nas instituições políticas ao mesmo tempo em que não se pode deixar de relacionar a mudança nos valores — não no caminho tradicional proposto por Inglehart de valores materialistas para pós-materialistas — trazida com a revolução tecnológica e informacional.

Estudos e insights preliminares como o de Deibert (2019) e Carr (2015) apontam que a tecnologia tem impactado diretamente no comportamento dos cidadãos em suas relações com o campo da política e na avaliação do funcionamento das instituições democráticas, tornando-os mais cínicos, críticos e

polarizados, portanto inclinados a depositar uma menor confiança em instituições que acreditem não estarem respondendo satisfatoriamente às suas aspirações e demandas. A seguir, no capítulo 4.2 é feito uma descrição e análise da capacidade do Estado brasileiro, considerando aspectos da formação do Estado e suas peculiaridades, e também da sociedade, com suas características e traços.

5 Capacidade do Estado

Neste capítulo é abordada a capacidade de Estado, entendendo que aspectos sócio-históricos sobre a formação do Estado e características da sociedade podem ajudar a compreender e, em certa medida explicar, o desempenho da democracia e o apoio de massas a ela. Além da breve introdução ao conceito, é descrito o processo de formação do Estado brasileiro, destacando que o modelo de colonização exploratório, com a concentração de grandes extensões de terra nas mãos de poucos e o uso intenso da mão de obra escrava, somados a uma matriz religiosa católica, portanto mais vertical, constituem elementos que ajudam a entender o porquê de alguns traços e características continuarem ainda muito fortes no Brasil, como o patrimonialismo, o clientelismo e o personalismo. Ao final do capítulo também é feita uma avaliação do desempenho da democracia brasileira, levando em consideração seu caráter bidimensional, ou seja, dimensão objetiva e subjetiva.

Capacidade de Estado é um conceito que vem ganhando espaço como variável explicativa, tanto na agenda institucional, quanto na cultura política. Baseado em duas dimensões, onde a primeira é originária da concepção weberiana a partir de um Estado com o monopólio legítimo da força física, ou seja, capacidade suficiente de manter o império da lei e mecanismos desenvolvidos de *accountability*, enquanto que a segunda se estende a um Estado com capacidade de entregar bons serviços para sua população.

Para entender melhor as raízes deste conceito é preciso compreender a obra de Tilly (1996), um estudo sobre a concentração da coerção e a acumulação de riqueza em torno dos Estados Europeus. Alguns Estados europeus, de acordo com o autor, foram capazes de acumular recursos como a coerção, que hoje pode ser traduzida como Estado de direito e a garantia do monopólio legítimo da força física, e o capital, uma vez que estes Estados acumularam riqueza suficiente para formar uma burocracia, organizar a sociedade através do recenseamento e poder provê-la com serviços públicos (TILLY, 2013).

Além da coerção e acumulação do capital, Bourdieu (2014) chamou a atenção para a dimensão simbólica de formação destes Estados. Para ele os Estados, além de monopolizar a violência física, também devem ser capazes de comandar a promover a violência simbólica, uma vez que ela é a própria condição para a

manutenção da violência física. De acordo com Bourdieu nada disso é tão antigo assim,

não é tão antigo o mundo em que esse tempo público é constituído, instituído, garantido simultaneamente por estruturas objetivas – calendários, os relógios –, mas também por estruturas mentais, por pessoas que querem ter um relógio e têm o hábito de consultá-lo, marcam compromissos e chegam na hora. Essa espécie de compatibilidade do tempo, que supõe tanto o tempo público como uma relação pública com o tempo, é uma invenção mais ou menos recente, que tem a ver com a construção de estruturas estatais (BOURDIEU, 2014, p. 37).

A capacidade de Estado reside tanto nas estruturas objetivas que compõe a burocracia, sua arquitetura e seu desempenho, como também na estruturação subjetiva que compõe e forma a ordem pública, ou seja, na tradição, no respeito e observância a regras e normas presentes nas leis escritas e, principalmente, nas convenções sociais. O exemplo de Luís XIV, rei da França no período absolutista ajuda na compreensão: seu reinado alterou violentamente regras de etiqueta para a nobreza, títulos, calendários além de concentrar imenso poder simbólico na figura do Rei, contribuindo para a crença da sua máxima “L’État c’est moi”¹² (BOURDIEU, 1996, 2014).

A separação da capacidade de Estado em duas dimensões vem de Norris (2012), onde destacou a relação desta com a qualidade de uma democracia. A primeira é o Estado como detentor do monopólio legítimo da violência física [e simbólica] e sua competência para manter a segurança e Estado de direito (rule of law), garantindo o império da lei (enforcement of law); a segunda diz respeito ao corpo burocrático e sua capacidade para entregar bons serviços, a partir de características como meritocracia, plano de carreira avançado, certa independência das pressões que a conjuntura política possa fomentar e autonomia para promover estudos e implementar políticas públicas.

Segundo Tilly (2013), nenhuma democracia pode funcionar se o Estado não possuir a capacidade de programar, implementar e supervisionar as decisões realizadas através dos processos políticos públicos. Uma democracia com uma

¹² “O Estado sou eu”. A violência simbólica, ou seja, a alteração radical nas regras de etiqueta e mudança comportamental promovida por Luís XIV pode ter origem na sua formação. Em Breviário dos políticos (MAZZARINO, 1997), o Cardeal Giulio Mazzarino, tutor de Luís em sua juventude, deixou um manual completo de comportamento para o Rei e a Corte. Os ensinamentos, como a história mostra, foram aplicados de forma aprimorada pelo denominado Rei Sol.

baixa capacidade, por exemplo, pode até tomar boas decisões, mas elas não conseguem ser traduzidas e implementadas em políticas públicas de forma efetiva. Muitas democracias contemporâneas possuem baixa capacidade.

Essa baixa capacidade, de acordo com Fukuyama (2015), decorre principalmente da incapacidade de institucionalização do Estado em democracias estabelecidas na terceira onda. Estes jovens regimes não têm conseguido atender as crescentes aspirações e demandas populares por políticas públicas e por *accountability*¹³ democrática. No caso do Brasil, essas análises devem estar associadas à questão cultural, onde os traços de um Estado formado a partir da Metrópole, com exploração extensiva de grandes lavouras subsidiadas com o uso intensivo da mão de obra escrava e a presença de uma religião católica, centralizadora e promotora da doutrina da predestinação tiveram papéis centrais na configuração do tipo de cultura política presente no país.

O resultado observado é o fato de que a persistência de traços de personalismo, clientelismo e (neo)patrimonialismo presentes na cultura política brasileira contribuem para uma baixa capacidade de Estado. É a realidade de uma cultura híbrida (BAQUERO, 2008), na medida em que uma vez associada às tentativas de modernização econômica, política e social, incorporou avanços nas dimensões formais procedimentais sem que, no entanto, eliminasse os traços de anomia social, baixo capital social, fraco empoderamento e ausência da percepção de separação do que é público daquilo que é privado. Algumas destas características serão abordadas a partir de agora com a descrição da formação do Estado brasileiro e suas peculiaridades.

5.1 A formação do Estado Brasileiro

A formação do Brasil, como se sabe hoje, foi obra da política de expansão marítima da coroa portuguesa que, com sua voraz política econômica mercantilista, buscava novas rotas comerciais, além de metais preciosos. Por esse motivo, “o descobridor, antes de ver a terra, antes de estudar as gentes, antes de sentir a

¹³ O conceito de *accountability* usado neste trabalho é o delimitado por Schedler (1999, p. 17 *apud* MORLINO, 2010) que, segundo o autor, possui três características principais: informação, justificação e punição/compensação. Primeiramente deve se receber a informação sobre o ato ou ação política, a partir disso é gerada uma reflexão sobre essa informação, finalizando com uma compensação de apoio ou punição com o não apoio.

presença da religião, queria saber de ouro e prata” (FAORO, 2012, p.117). Os portugueses estavam atrás de riqueza, mas não daquela que custa trabalho argumenta Holanda (1963) e sim daquela que custa ousadia, aquela derivada do espírito aventureiro que impulsionou e caracterizou o período chamado “grandes navegações”.

Para Prado Jr. (2011), o aparecimento e colonização da América derivam dos interesses das empresas comerciais levados a cabo por navegadores daqueles países igualmente aplicados nos ganhos que poderiam obter, e argumenta:

tudo que se passa são incidentes da imensa empresa comercial a que se dedicam os países da Europa a partir do século XV, e que lhes alargará o horizonte pelo oceano afora. Não têm outro caráter a exploração da costa africana e o descobrimento e colonização das ilhas pelos portugueses, o roteiro das Índias, o descobrimento da América, a exploração e ocupação de seus vários setores (PRADO JR., 2011).

Cabe observar que esta empresa comercial não constitui apenas interesses particulares, pois uma das características da política econômica mercantilista era a forte presença do Estado na promoção do desenvolvimento. Além do intervencionismo estatal essa política ainda se orientava pelo metalismo, manutenção de uma balança comercial favorável, forte protecionismo e uma política colonial agressiva (HUBERMAN, 1979).

Portugal, Espanha e Holanda eram metrópoles do topo, potências marítimas e colonizadoras. A colonização brasileira não deve ser confundida, no entanto com o estabelecimento de um povoamento, mas sim com a presença de feitorias comerciais, uma política aplicada com certo sucesso pelos portugueses nas ilhas de Açores e Madeira. Isso tanto é verdade que a ideia de povoamento só se tornou politicamente viável após a invasão e ameaça de perda de territórios estabelecida pela disputa entre franceses, holandeses, espanhóis e portugueses.

Diante do insucesso inicial de encontrar metais preciosos e da ameaça territorial causada pelas disputas entre metrópoles, e que as feitorias e entrepostos comerciais ao longo das rotas de navegação não foram capazes de evitar, optou-se, em relação ao Brasil, pela política das capitânias hereditárias¹⁴. Dessa forma, as

¹⁴ Na prática as capitânias hereditárias representavam a delegação da administração da Coroa para fins de exploração e colonização por particulares – geralmente membros da pequena nobreza portuguesa. Foram estabelecidas no Brasil em 1534, e eram 15 ao todo. Seus donatários as

distribuições de terras para grandes extensões de lavoura se tornou uma das primeiras políticas e logo a necessidade de uma mão de obra abundante se tornou necessária. Assim, a escravidão foi uma resposta rápida e economicamente mais viável, diante do comércio já praticado no transatlântico. E em algumas colônias tropicais, como foi o caso do Brasil “não se chegou nem a ensaiar o trabalhador branco” (PRADO JR., 2011).

Desta forma que o Brasil desponta, como o resultado de uma época marcada pelo espírito de aventura em busca de ganhos fáceis e que teve como mote a busca de novas rotas comerciais. O cenário de insucesso inicial de se achar metais preciosos foi orientado por uma política mercantilista que encontra no Estado português um interventor forte – marcas de uma centralização precoce – para o estabelecimento de uma colonização de exploração. O Brasil, a exemplo da Índia, “seria um negócio do rei, integrado a estrutura patrimonial, gerida pela realeza, versada nas armas e cobiçosamente atenta ao comércio” (FAORO, 2012, p. 127).

Não é de se espantar que o traço patrimonialista esteja fortemente marcado na genética do Estado brasileiro, pois os empreendimentos comerciais – do qual o Brasil é um resultado – quase sempre estiveram misturados aos interesses públicos, e sem dúvida, não se diferenciavam dos interesses particulares da coroa. Desde os estabelecimentos das feitorias às capitanias, não havia distinção entre os interesses envolvidos. Como destaca Faoro, “o funcionário é o outro eu do rei, um outro eu muitas vezes extraviado da fonte de seu poder” (2012, p. 197).

O patrimonialismo é um conceito originário de Max Weber (1999) que o usa como distinção para as formas de dominação na qual não existam fronteiras entre as esferas pública e privada. Um modo de dominação patrimonial é aquele no qual as estruturas de poder ainda não se modernizaram em direção às burocracias, sistema no qual há separação entre o público e o privado na condução e práticas das estruturas estatais. O cargo, num exercício de dominação patrimonial não passa de negócio a ser explorado em benefício próprio, feito para enriquecer às custas da esfera pública.

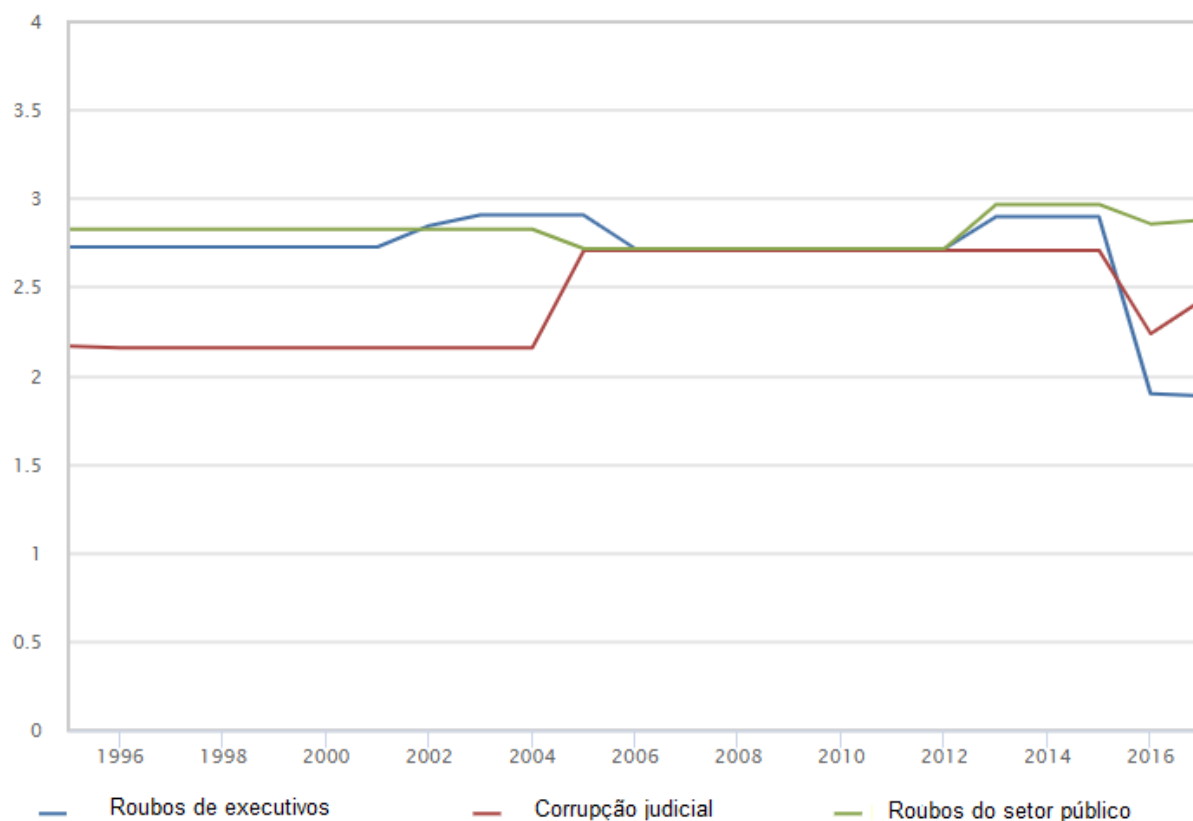
recebiam através de Carta de Doação e tinham que observar a Carta Floral como documento que determinava seus direitos e deveres. Neste território, no entanto, os donatários não eram somente “senhores, mas capitães dele, pelo que chamam, e se distinguem por capitanias” (SALVADOR, 2013, p. 62).

Como argumenta Cohn (2012), não só a natureza do Estado brasileiro, mas a capacidade de resiliência e permanência das condições de apropriação de suas estruturas de mando por interesses particulares ao longo do desenvolvimento sociopolítico brasileiro são marcantes. Um Estado que passa ao largo dos estilhaços que uma revolução burguesa poderia provocar e mantém viva estruturas tradicionais de dominação em sociedades contemporâneas. Para Schwartzman (1982), é o neopatrimonialismo que aparece como característica-chave de poder de mando na sociedade moderna, sendo não somente,

uma forma de sobrevivência de estruturas tradicionais em sociedades contemporâneas, mas uma forma bastante atual de dominação política por um 'estrato social sem propriedades e que não tem honra social por mérito próprio', ou seja, pela burocracia e a chamada 'classe política' (SCHWARTZMAN, 1982, p. 45-6).

O gráfico 7 com dados longitudinais de 1995 a 2017 do V-Dem traz três indicadores de práticas patrimonialistas: execução pecuniária e roubos de executivos; corrupção judicial; e roubo do setor público. A execução pecuniária e roubos de executivos reflete com que frequência membros do executivo ou seus agentes roubam, desviam ou apropriam-se indevidamente de recursos públicos para fins pessoais ou familiares. A corrupção judicial revela a frequência com que indivíduos ou empresas fazem pagamentos ilegais ou praticas de suborno para acelerar ou atrasar processos, ou ainda para obter uma decisão judicial favorável. E o roubo do setor público diz com que frequência os funcionários do setor público roubam, desviam ou apropriam indevidamente fundos públicos e outros recursos do Estado para uso pessoal ou familiar.

Gráfico 7
Escala dos Indicadores de patrimonialismo (1995 – 2017)



Fonte: Variedades de Democracia (1995 – 2017).

Quanto mais próximo de 4 melhor posicionado o país está na escala dos indicadores e, ao contrário, quanto mais as linhas se inclinarem em direção ao 0 pior é a situação do país. O gráfico revela que entre 1995 e 2001 nenhuma oscilação aconteceu nos indicadores. Em 2001 o indicador “roubos de executivos” teve uma leve melhora e em 2004 o indicador “corrupção judicial” apresentou uma melhora significativa, atingindo a escala de 2.8. Em 2012 os indicadores “roubos de executivos” e “roubos do setor público” apresentaram melhora, quase alcançando a escala 3. Em 2015, no entanto, todos os indicadores apresentaram declínio. A degradação mais visível, no entanto se dá no indicador “roubos de executivos”, o único que em 2017 está em pior situação quando comparado com 1995. Uma das explicações possíveis não deixa de estar relacionada à implicação de diversas

lideranças políticas em casos de corrupção na Petrobrás no decorrer da operação Lava a Jato.

O enriquecimento particular ilícito por meio da máquina pública é uma prática comum no campo da política brasileira. Como foi anteriormente descrito, desde o desembarque de portugueses para fins de exploração que essa ideia prática tem sido realizada ao máximo na nova terra, e continua sendo, mesmo com o avanço da burocratização do Estado com a vida da Corte Imperial no início do século XIX e com a República no século XX e XXI. Essa prática, não obstante, tem efeitos deletérios para o desenvolvimento da cultura política, impactando diretamente práticas sociais e formando um capital social negativo (BAQUERO, 2015a). Resultados de práticas dessa natureza levam a um baixo espírito republicano no trato da coisa pública, baixa confiança social, além de estimular comportamentos sociais de transgressão a normas tanto formais quanto informais, o “jeitinho” brasileiro (DAMATTA, 1997).

O clientelismo, assim como o patrimonialismo é um traço que permanece vivo nas estruturas estatais e pode ser mais bem compreendido uma vez conhecida as razões do fenômeno do coronelismo. O nascimento do fenômeno coronelista brasileiro está ligado ao período da República Velha e ultrapassa as condições de apropriação e mando das estruturas estatais presentes no patrimonialismo, ele constitui uma complexa conexão que une os municípios, Estados e a União. Neste esquema, os Estados se unem às oligarquias locais num jogo de interação no qual o primeiro mantém certa supremacia, por isso:

o comando do sistema caberá ao governador, isto é, ao grupo estadual por ele representado, intermediários dos favores e benefícios da União sobre as comunas. Entre o governador e o coronel a relação é de obediência, autoritariamente garantida pela milícia estadual e pelos instrumentos financeiros e econômicos que partem daquele (FAORO, 2012, p. 708).

O clientelismo é, portanto, a natureza de troca, um traço do caráter relacional do fenômeno do coronelismo que deslocou o centro decisório para os Estados, dotando os governadores de maior protagonismo frente “a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terra” (LEAL, 2012).

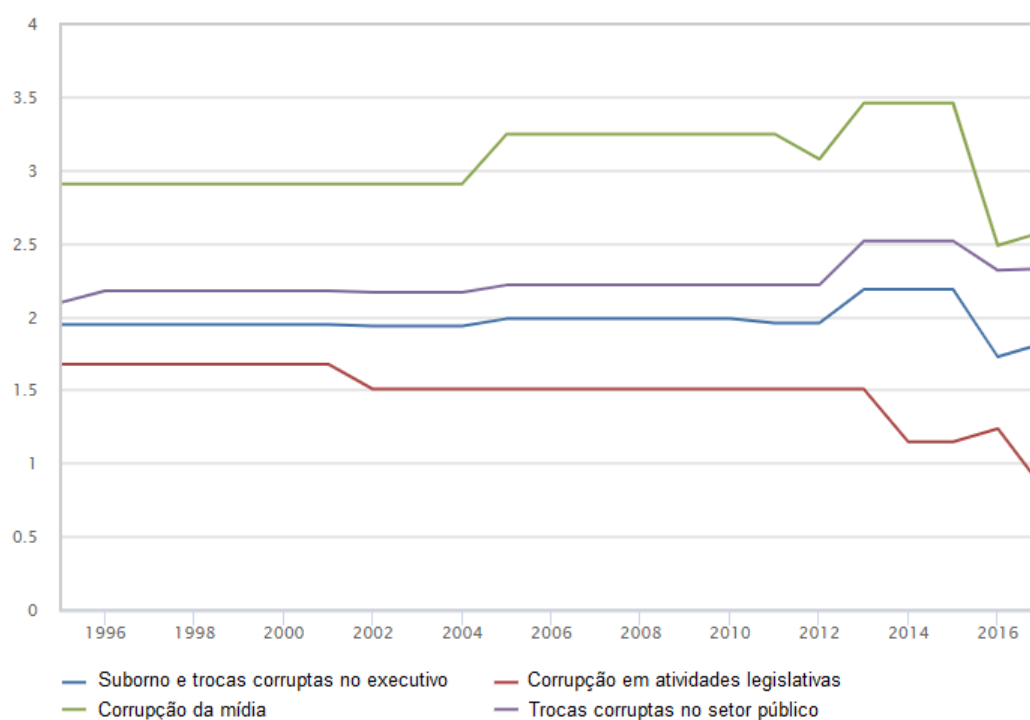
O clientelismo brasileiro, todavia, não ficou restrito ao contexto socio-histórico da chamada República Velha, ele se modernizou e ampliou espaços nas entranhas

da burocracia moderna. No gráfico 8, com dados longitudinais do V-Dem de 1995 a 2017, utiliza-se alguns indicadores de clientelismo para exemplificar como sua prática se dá na sociedade atual, são eles: corrupção em atividades legislativas; trocas corruptas no setor público; suborno envolvendo o executivo e trocas corruptas; e corrupção da mídia.

A corrupção em atividades legislativas verifica se os membros da legislatura abusam de sua posição para obter ganhos financeiros ou de poder. No indicador trocas corruptas no setor público a averiguação é se os funcionários do setor público concedem favores em troca de subornos, propinas ou outros incentivos materiais. No indicador suborno envolvendo o executivo e trocas corruptas o verificado é se os membros do executivo (o chefe de Estado, o chefe de governo e os ministros de gabinete) ou seus agentes concedem favores em troca de subornos, propinas ou outros incentivos materiais. E por fim, na corrupção da mídia, busca-se averiguar se jornalistas, editores ou empresas de radiodifusão aceitam pagamentos em troca de alterações, produções direcionadas, ou mesmo suspensão de críticas na cobertura de notícias.

Gráfico 8

Escala dos Indicadores de clientelismo (1995 – 2017)



Fonte: Variedades de Democracia (1995 – 2017).

Quanto mais próximo de 4 melhor posicionado o país está na escala dos indicadores e, ao contrário, quanto mais as linhas se inclinarem em direção ao 0 pior é a situação do país. Houve uma oscilação nos indicadores corrupção da mídia, suborno envolvendo o poder executivo, trocas corruptas no setor público e atividades corruptas em legislatura. Para os três primeiros indicadores, houve uma degradação iniciada em 2015 e para atividades corruptas em legislatura a degradação ocorreu em 2016. Todos os indicadores apresentam piora em 2017 quando comparado com o ano de 1995, exceto as trocas corruptas no setor público. Indicadores corrupção da mídia e suborno envolvendo o poder executivo apresentam leve melhora desde 2016. Os indicadores refletem o contexto de agravamento de crise política brasileira, no entanto, deve-se chamar a atenção para atividades corruptas em legislatura, desde 1995 este indicador apresenta quedas em períodos específicos seguida de estabilidades e está hoje, pior do que já esteve em 1995.

O agravamento do indicador de atividades corruptas em legislatura pode ser explicado, não totalmente é claro, pela dificuldade crescente que se tem para governar. A natureza do presidencialismo de coalizão brasileiro (ABRANCHES, 1988), envolve agrupar num só governo uma coalizão de lideranças de capitais políticos robustos, não deixando de observar a dinâmica contemplativa regional e partidária. A crescente fragmentação partidária tem tornado custoso manter o apoio político do governo no Parlamento Nacional. Em 2019, constam 30 partidos¹⁵ com representação partidária no Congresso, número que não chegava a 20 em 1995. Isso tem refletido em necessidade de maior articulação e os custos no apoio, seja via liberação de emendas, seja pela distribuição de cargos tendem a crescer.

Esta breve descrição destaca alguns aspectos de como se operou a formação do Estado brasileiro, “instituído e construído a partir de um modelo importado, configurou-se como uma entidade anterior, forte e robusta, que foi, paulatinamente, amalgamando a sociedade, e esta, por sua vez, foi dinamizando-o” (SANTOS, 2013, p.14). Traços como o patrimonialismo e clientelismo sobreviveram e mantiveram sua

¹⁵ Composição da Câmara dos Deputados legislatura 2019-2022 por partido e número de deputados: PT (54), PSL (52), PP (38), MDB (34), PSD (35), PR (33), PSB (32), PRB (30), DEM (29), PSDB (29), PDT (28), SD (13), PODE (11), PSOL (10), PTB (10), PCdoB (9), NOVO (8), PPS (8), PROS (8), PSC (8), AVANTE (7), PHS (6), PATRIOTA (5), PRP (4), PV (4), PMN (3), PTC (2), DC (1), PPL (1), REDE (1).

capacidade de resiliência e se adaptaram ao processo de modernização. As estruturas estatais de mando permanecem sendo instrumentos de cooptação e promoção particular, em uma relação que, apesar de juridicamente moderna, não deixa de manter as características clientelísticas de interação entre as unidades da federação.

Como observado, é o Estado que detém o protagonismo, sendo a fonte de recursos pela qual passam interesses não só públicos, mas também privados. Em relação ao Brasil, pode-se dizer que o Estado é anterior à sociedade, uma vez que este se estrutura desde seu início com uma burocracia muito sofisticada. Na sequência é feita uma breve descrição de algumas das características apresentadas pela sociedade brasileira.

5.2 Características da Sociedade

As primeiras tentativas de organizar, em solo brasileiro a exploração e a colonização, possuem como pano de fundo o espírito aventureiro que comandou o período das grandes navegações. Com já abordado, a inviabilidade protetiva do sistema de feitorias cedeu espaço à política das capitanias, um sistema de mando e poder que nada mais era do que uma delegação do poder do rei em nome de particulares para explorarem e colonizarem o novo mundo. Um sistema igualmente já aplicado nas Ilhas de Açores e Madeira.

No Brasil, antes de haver o povo, havia uma estrutura de poder e de mando pronta para regulá-lo, tributá-lo e aplicar-lhe a lei. O Estado forma a sociedade, se é que podemos chamá-la desta forma em seu período inicial de desenvolvimento. Como argumenta Prado Jr., “o Estado aparece como unidade inteiriça que funciona num todo único, e abrange o indivíduo, conjuntamente, em todos os seus aspectos e manifestações” (PRADO JR. 2011).

Darcy Ribeiro (2006), destaca o caráter anárquico, selvagem e socialmente irresponsável da colonização brasileira. De acordo com o autor, as razões para este descompasso devem ser buscadas em outras áreas, e reforça seu argumento:

o ruim aqui, e efetivo fator causal do atraso, é o modo de ordenação da sociedade, estruturada contra os interesses da população, desde sempre sangrada para servir a desígnios alheios e opostos aos seus. Não há, nunca houve, aqui um povo livre, regendo seu destino na busca de sua própria

prosperidade. O que houve e o que há é uma massa de trabalhadores explorada, humilhada e ofendida por uma minoria dominante, espantosamente eficaz na formulação e manutenção de seu próprio projeto de prosperidade, sempre pronta a esmagar qualquer ameaça de reforma da ordem social vigente (RIBEIRO, 2006, p. 408).

O caráter anárquico da estrutura social contrasta, todavia, com a capacidade burocrático-administrativa para controlá-la. Segundo Prado Jr. (2011), isso pode explicar a relativa estabilidade da estrutura social do Brasil colonial, que se mantinha justamente pela dispersão das forças sociais. Um contexto onde havia mais barões que trabalhadores, onde o poder pessoal de mando sobrepunha os interesses privados acima dos coletivos, fez com que o desenvolvimento de um espírito público brasileiro fosse adiado como parte da estratégia uma inércia permanente.

Mas não é só Darcy Ribeiro que aponta para o caráter anárquico de formação da sociedade brasileira. Sérgio Buarque de Holanda (1963) foi buscar nas matrizes hispânicas e portuguesas as raízes desta características:

a frouxidão da estrutura social, à falta de hierarquia organizada devem-se alguns dos episódios mais singulares da história das nações hispânicas, incluindo nelas Portugal e o Brasil. Os elementos anárquicos sempre frutificaram aqui facilmente, com a cumplicidade ou a indolência displicente das instituições e costumes. As iniciativas, mesmo quando se quiseram construtivas, foram continuamente no sentido de separar os homens, não de os unir (HOLANDA, 1963, p. 5).

As grandes extensões de terra distribuídas para fins de exploração e colonização encontrou, como já argumentado, na escravidão a resposta prática mais viável. A escravidão com a mão de obra negra já era uma prática comum das potências europeias. Nos deslocamentos realizados a cada entreposto comercial da costa africana servia para abastecer-se de escravos. De acordo com o mapa *Slave Voyages*¹⁶, a América Latina estava entre os principais destinos da maioria do tráfico em navios negreiros, entre os séculos XVI e XIX. Sua utilização em território brasileiro, assim como em muitos outros territórios latino-americanos decorreu, em boa parte, em função do desenvolvimento da monocultura do açúcar. Todavia, Prado Jr. salienta que a escravidão possuía ainda outra função:

¹⁶ O mapa é reportado de um banco de dados de escravos transatlântico e abrange quase 35.000 expedições ocorridas entre 1514 e 1966. Disponível em: <https://slavevoyages.org/>. Acesso em 10 de mar. de 2019.

realmente a escravidão, nas duas funções que exercerá na sociedade colonial, fator trabalho e fator sexual, não determinará senão relações elementares e muito simples. O trabalho escravo nunca irá além do seu ponto de partida: o esforço físico constrangido; não educará o indivíduo, não o preparará para um plano de vida humana mais elevado. Não lhe acrescentará elementos morais; e, pelo contrário, desagradá-lo-á, eliminando mesmo nele o conteúdo cultural que porventura tivesse trazido do seu estado primitivo. As relações servis são e permanecerão relações puramente materiais de trabalho e produção, e nada ou quase nada mais acrescentarão ao complexo cultural da colônia (PRADO JR., 2011, p. 364).

Houve, não obstante, interpretações mais condescendentes sobre a escravidão no Brasil. É o caso de Freyre (2003), no qual passa a compreensão de haver elementos agregadores para a empresa escravagista. Para além da miscigenação, onde esta contribuiria para o que mais tarde foi denominado de “democracia racial”, havia o fato – de acordo com o autor – da figura da “boa ama negra”, que cercaria com ternura os berços das crianças filhas dos senhores de terra. Uma análise que procura escamotear o conflito social existente e a condição subumana da escravidão. Combatendo o mito da democracia racial e diferenciando o racismo de separação do caso brasileiro, Ribeiro destaca a natureza do racismo presente no país, e resultante desta empresa:

o aspecto mais perverso do racismo assimilacionista é que ele dá de si a imagem de maior sociabilidade, quando, de fato, desarma o negro para lutar contra a pobreza que lhe é imposta, e dissimula as condições de terrível violência a que é submetido. É de se assinalar, porém que a ideologia assimilacionista da chamada democracia racial afeta principalmente os intelectuais negros. Conduzindo-os a campanhas de conscientização do negro para a conciliação social e para o combate ao ódio e ao ressentimento do negro (RIBEIRO, 2006, p. 208).

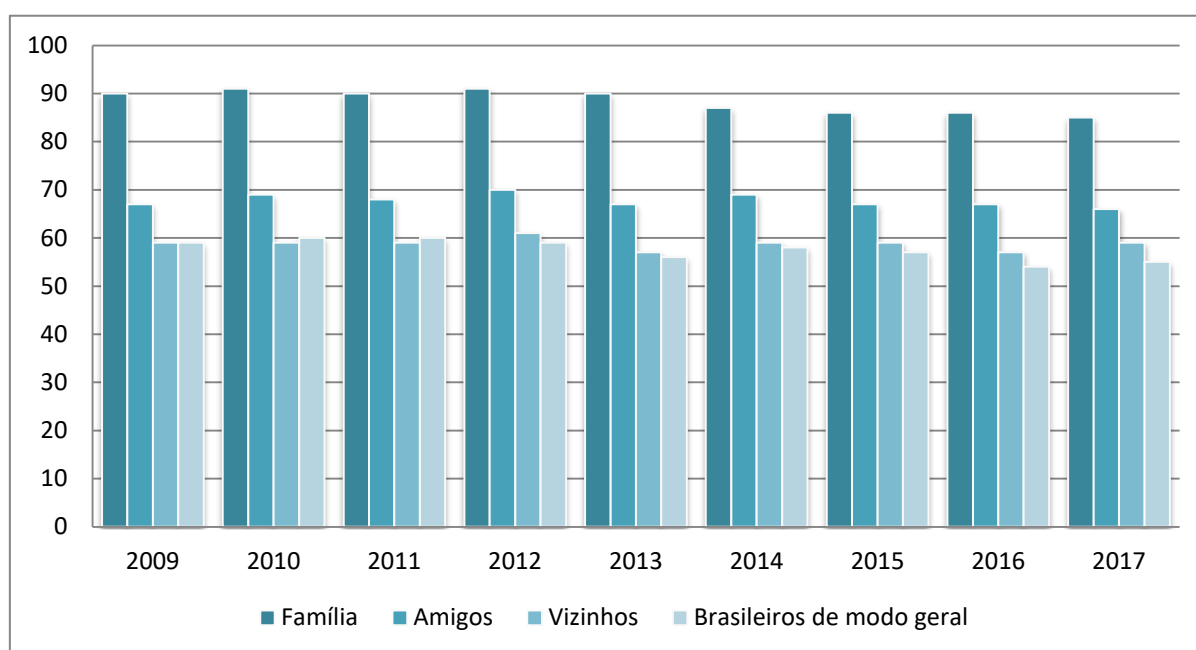
A formação da sociedade a partir do Estado e o uso da mão de obra escrava intensa deixaram marcas presentes ainda hoje nos brasileiros. O estudo de Almeida (2007) com base nos dados da Pesquisa Social Brasileira (PESB) de 2002, revela que o brasileiro tem valores bem consolidados que apoiam o jeitinho brasileiro, são racistas, familistas, hierarquistas, patrimonialistas, fatalistas, além de estatistas e autoritários. O fato é que muitos brasileiros não se julgam racistas, mas comportamentos assim são muitas vezes capturados em entrevistas de emprego e

em máximas que dizem que quando um trabalho não é bem feito, “só pode ser coisa de negro”¹⁷.

Os brasileiros podem ser encarados como familistas, uma vez que os níveis mais altos de confiança não alcançam às pessoas de fora do núcleo familiar. O gráfico 9, com dados de séries temporais de 2009 a 2017 sobre o Índice de Confiança Social (ICS) produzido pelo IBOPE revela que a confiança está em queda em todas as dimensões analisadas.

Gráfico 9

Confiança Interpessoal dos Brasileiros 2009 – 2017 (%)



Fonte: Índice de Confiança Social (IBOPE, 2009 a 2017).

Enquanto que em 2009 90% das pessoas dizia que se podia confiar em alguém da família, este índice caiu para 85% em 2017. O índice daqueles que dizem que se pode confiar nos amigos apresentou algumas oscilações, mas tanto em 2009 quanto em 2017 ele é de 67%. A confiança nos vizinhos que em 2009 era de 59%, em 2017 permanece a mesma. Já aqueles que dizem que se pode confiar nos brasileiros em geral teve uma queda de 4%, caindo de 59% em 2009 para 55% em

¹⁷ O caso mais recente de um episódio com repercussão nacional veio das falas do então apresentador do Jornal da Globo, William Wack, onde irritado com uma buzina que momentos antes da apresentação do programa disse esta frase e outras palavras de cunho racista. A veracidade das falas foi atestada pelo Instituto Brasileiro de Peritos (IBP). Disponível em: <https://bit.ly/2AOJMKh>. Acesso em: 11 de fev. 2019.

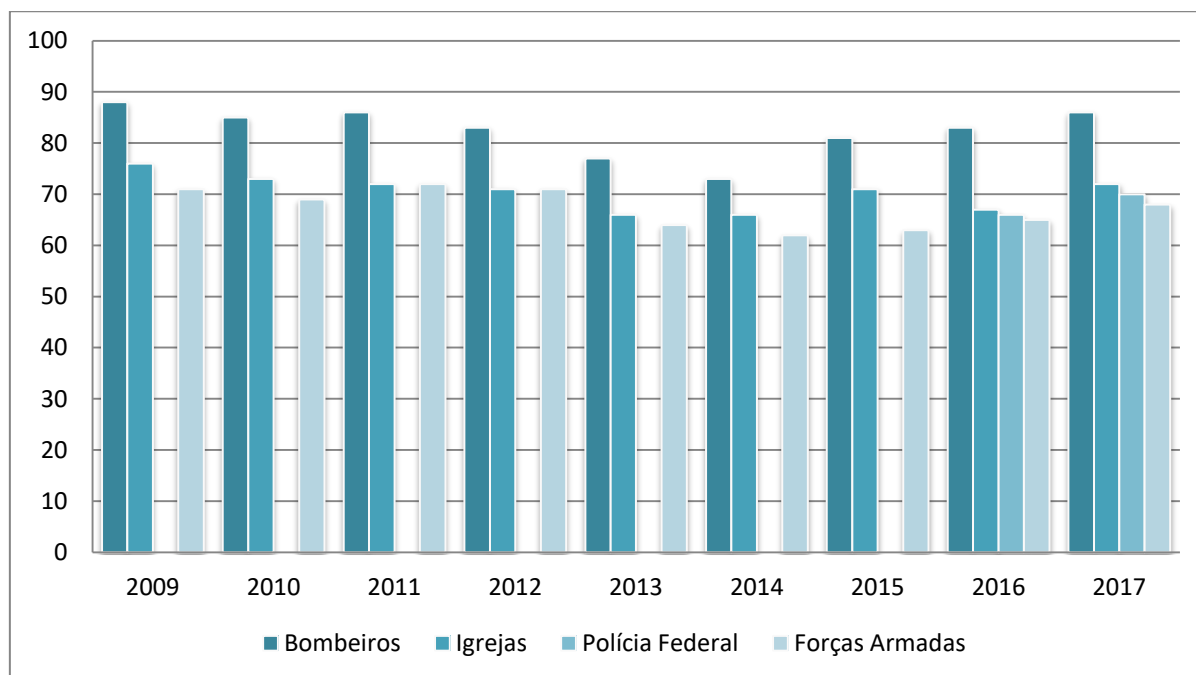
2017, o menor nível desconsiderando a série do ano anterior da dimensão, e também o menor dentre as outras dimensões analisadas. Como já observado, a confiança nos amigos e vizinhos oscila não mais que três pontos percentuais, uma estabilidade que perpassa todos os anos analisados neste gráfico.

Um Estado neopatrimonial dificilmente transfere um poder real para a sociedade e, esta, por sua vez, dificilmente consegue empoderar o indivíduo, formar-lhe uma cidadania crítica. O resultado dessa perversa lógica, é que ele acaba não sabendo diferenciar com clareza, em sua trajetória, a delimitação dos espaços existentes entre os domínios público e privado. A “coisa” pública é entendida sempre como não sendo de ninguém, sendo somente e apenas o governo quem dela deve cuidar. Como desenvolver um alto grau de confiança social diante de um cenário onde a empatia está ausente e o discernimento de sua trajetória frente ao domínio público também aparece embaraçado? Uma das possíveis respostas é que em um contexto assim se confia apenas nos mais próximos ou nas instituições com respostas mais práticas e verticais.

O gráfico 10, com dados de séries temporais de 2009 a 2018 sobre o Índice de Confiança Social (ICS) produzido pelo IBOPE verifica as quatro instituições com maiores índices de confiança entre os brasileiros. De 2009 até 2015 apenas bombeiros, igreja e forças armadas apareciam nesta pesquisa, que no ano seguinte (2016) passou a incluir também a polícia federal¹⁸.

¹⁸ A polícia federal passou a ser incluída no índice a partir de 2016, e em grande medida pelo seu protagonismo cada vez maior no cenário político e social, com destaque para as operações Lava-Jato e Zelotes.

Gráfico 10
Instituições com maior Confiança 2009 – 2017 (%)



Fonte: Índice de Confiança Social (IBOPE, 2009 a 2017).

Em 2009, 88% das pessoas confiavam nos bombeiros, índice que caiu para o seu menor patamar em 2014, 73%, e voltou a subir atingindo 86% em 2017. Cabe destacar que, apesar dos bombeiros, igrejas e forças armadas serem as instituições depositárias de maior confiança dos brasileiros, todas elas apresentaram quedas quando se observa os índices de 2017 e se os compara com 2009. A única exceção é a polícia federal, que teve sua série iniciada em 2016, onde apresentou índice de confiança de 66%, e subiu para 70% em 2017. Uma explicação plausível para que altos índices de confiança sejam encontrados nos bombeiros (86%), igreja (72%), polícia federal (70%) e forças armadas (68%) não só em 2017, mas ao longo da série, pode ser encontrada no fato de que são instituições cuja missão normativa e prática trazem consigo a ideia de que estão acima dos interesses mais mesquinhos trazidos pela política do dia a dia. Historicamente as forças armadas¹⁹ construíram

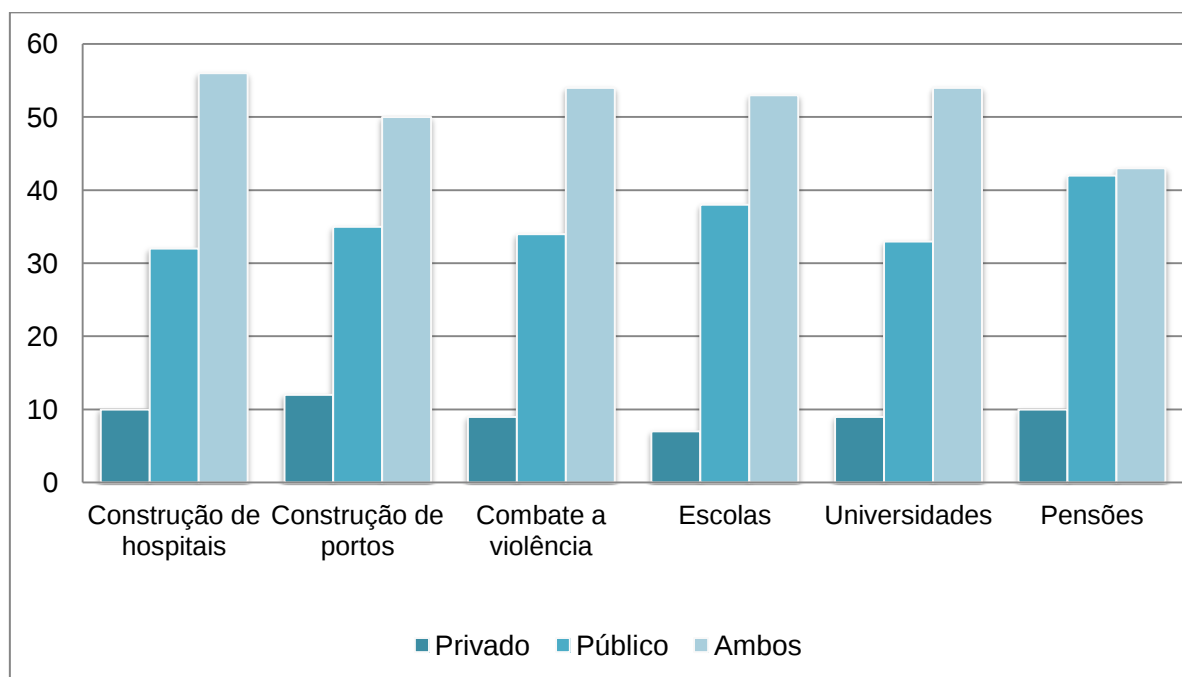
¹⁹ Segundo Everton Rodrigo Santos (2010), em sua formação, as forças armadas buscaram se colocar para a sociedade como uma instituição de concepção neutra. No entanto, após o surgimento da Escola Superior de Guerra (ESG), com uma Doutrina de Segurança Nacional (DSN), elas se puseram a buscar resoluções para os problemas de desenvolvimento do Brasil, e isso fez também com que se constituíssem “num *locus* de produção e recepção de formas simbólicas de tipo ideológico” Santos, 2010, p.129). Qualquer crise que haja com a democracia, esta instituição ainda é cogitada para a “salvação” da nação.

uma ideologia nesse sentido, a de ser a fiadora da democracia e a salvadora da pátria em tempos de crise.

E se os brasileiros são estatistas, como afirma Almeida (op. cit.), qual é o papel que o Estado deve ter no provimento de serviços? O gráfico 11 com dados do Latinobarômetro de 2017 investiga o pensamento do brasileiro sobre este papel em relação à oferta de serviços como escola, universidades, construção de hospitais e portos, administração de pensões e combate a violência. O questionamento feito foi se, na opinião do entrevistado, os serviços deveriam ser realizados exclusivamente pelo setor público, privado, ou por ambos.

Gráfico 11

Participação do Estado em alguns serviços (%)



Fonte: Latinobarômetro (2017).

A análise do gráfico revela que para construção de hospitais e de portos, combate a violência, escolas, universidades e para as pensões, os brasileiros acreditam que, tanto o setor público, quanto privado podem realizar tais tarefas (todos apresentam índices superiores a 50%, exceto no caso das pensões, 43%). Quando se analisa somente as respostas direcionadas ao setor público e setor privado, fica mais clara a predominância do primeiro sobre o segundo. Os brasileiros estão inclinados a querer a participação do Estado na prestação de serviços três

vezes mais que o setor privado. Em alguns casos como na administração de pensões, esse índice quadruplica (10% para a iniciativa privada e 42% para a pública). Para a iniciativa privada, em todos os setores e prestação de serviços, os índices não ultrapassam a linha dos 10%, exceto para a construção de portos (12%).

A tabela 1, com dados do WVS, onda 2010 – 2014, também reforça esta tese. Ela apresenta respostas a duas direções distintas: de um lado se o governo deveria assumir mais responsabilidade para garantir que todos os seus cidadãos estejam providos (1); e de outro se as pessoas é quem deveriam assumir mais responsabilidades para se sustentar (10). Respostas intermediárias se encaixam no intervalo entre 1 e 10.

Tabela 1
Responsabilidade do governo (%)

1 O governo deveria assumir mais responsabilidade para garantir que todos sejam providos	39,0
2	5,8
3	6,5
4	5,2
5	14,7
6	5,0
7	3,7
8	4,3
9	4,5
10 As pessoas devem ter mais responsabilidade para se sustentar	10,2
(N)	100

Fonte: World Values Survey (onda 2010 – 2014).

A tabela 1 revela que se somarem os índices das respostas 1 a 4 mais da metade dos brasileiros (56,5%) acreditam ou estão inclinados a pensar que o Estado deva intervir para garantir que todos estejam providos. Na direção oposta, se somarmos as respostas 6 a 10, ignorando o índice intermediário de 14,7% representando pela resposta número 5, apenas 27,7% acham que as pessoas são quem devem ter maior responsabilidade sobre o provimento para suas vidas. O gráfico 11 e a tabela 1 reforçam a tese de que o brasileiro está inclinado a querer

uma maior presença do Estado, mesmo quando supostamente avalia mal os serviços prestados por este.

A análise proposta indica a natureza do legado que a herança ibérica deixou para o desenvolvimento da sociedade brasileira. Além da genética de formação da sociedade brasileira se dar pelo Estado, ou seja, por cima, outro fator importante a ressaltar desse legado é o da tradição do catolicismo, uma marca muito presente na formação da sociedade brasileira. De acordo com Inglehart e Welzel (2009), as “histórias coloniais” de uma nação e sua “tradição religiosa” são dois fatores particularmente importantes tanto na formação, transformação e perpetuação de valores que uma determinada sociedade apresenta ou venha a apresentar.

Historicamente, as instituições religiosas protestantes ajudam a promover o que Weber (1981) denominou de “ética protestante”. Baseados na tradição do trabalho, família e religião, os protestantes além de promover o que o autor denominou de os “alicerces” do capitalismo, também contribuíram para desenvolver níveis elevados de confiança interpessoal e um alto grau de pluralismo cultural, todos esses fatores concorreram para que a industrialização tenha “ocorrido nos países protestantes mais cedo do que no restante do mundo” (INGLEHART; WELZEL, 2009, p. 99).

Já em sociedades de matriz católica como a brasileira, ao contrário, o impulso de aquisição sempre fora condenado, a busca de uma vida mais tranquila sempre fora o principal alvo das atenções do católico, como distingue Max Weber em referência ao provérbio “coma ou durma bem”, “o protestante prefere saciar-se, e o católico dormir sem ser perturbado” (WEBER, 1981, p. 23). Para Holanda, os povos ibéricos trouxeram para o Brasil uma ética baseada na antiguidade clássica, na qual “o ócio importa mais que o negócio e de que a atividade produtora é, em si, menos valiosa que a contemplação e o amor” (HOLANDA, 1963, p. 13). Para ele a moral do trabalho entre povos ibéricos representava sempre um fruto exótico.

Mas não é só o desenvolvimento econômico que a tradição religiosa católica mina, ela também impede o desenvolvimento dos laços sociais horizontais, por se apresentar sempre de forma vertical e centralizada. Dessa forma, no Brasil, o Estado e o Catolicismo se constituíram em forças importantes que moldaram a forma como a sociedade hoje se apresenta, inerte, com pouco espírito associativista, com baixos níveis de confiança social, cooperação e solidariedade. Todos esses fatores se

expressam como principais causas dos elevados níveis de autoritarismo e baixo espírito público brasileiro.

Interpretações que dão destaque para o legado ibérico e procuram dimensioná-lo e relacioná-lo aos problemas atuais apresentados pela sociedade, no entanto, cedem espaço para pesquisas com recorte e perspectiva menos normativa. Não há como negar o fato da pesada herança que um sistema de produção escravagista tem para o desenvolvimento de uma sociedade, nem como deixar de lado a questão genética de formação de um Estado, onde um sistema precoce de coerção e controle de arrecadação trouxe como barreiras para o empoderamento social. Traços como o patrimonialismo e clientelismo foram e são constantemente ressaltados como deletérios para o sistema político. Todavia, muitos estudos e pesquisas procuram relacionar essa característica genética de formação do Estado e da sociedade com os problemas de aprimoramento da democracia.

É importante estar ciente da normatividade que teorias como a que relaciona protestantismo x desenvolvimento econômico/democracia ou catolicismo x atraso/autocracias carregam consigo, e que acabaram formando um campo epistemológico dominante. Traços como personalismo político, populismo e o nacionalismo, temas antes de estudos sobre países considerados atrasados hoje estão presentes em nações desenvolvidas e protestantes. Diferentes sociedades têm passados diferentes, carregam, portanto, elementos genéticos distintos, que em contextos histórico específicos terão um maior ou menor impacto, como destacam Inglehart e Welzel,

diferentes sociedades seguem diferentes trajetórias mesmo quando sujeitas às mesmas formas de modernização, uma vez que fatores específicos de cada situação, tal como a herança cultural de uma determinada sociedade, também moldam o desenvolvimento de uma sociedade específica (INGLEHART; WELZEL, 2009, p. 42).

Dessa forma, a transformação de valores autoritários para valores democráticos, bem como sua trajetória inversa, constituem mudanças que se operam de forma lenta, tendo como combustível as experiências práticas sentidas pelos cidadãos no dia a dia com os resultados do desempenho da democracia. Os dados revelam que a sociedade brasileira continua apresentando níveis baixos de confiança social, política e participação, características que estão inversa e

intimamente ligadas ao desenvolvimento mais consistente do regime democrático em consequência de um maior apoio em suas múltiplas dimensões. A análise que segue busca dimensionar o desempenho da democracia brasileira em duas dimensões: a objetiva e a subjetiva.

5.3 O Desempenho da Democracia Brasileira

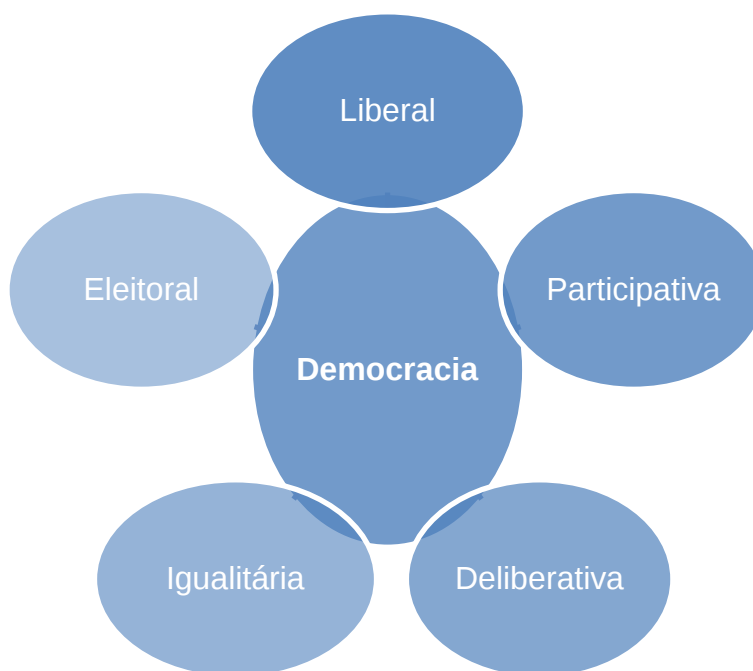
Para avaliar o desempenho de uma democracia deve-se levar em conta seu caráter bidimensional. A existência de duas dimensões vem da razão central de haver, por um lado, o desempenho que é promovido pelas instituições, que através das políticas públicas e práticas evoluem quando analisadas longitudinalmente consigo próprias e conseguem avançar em indicadores construídos para essa medição, ou ainda quando analisadas em base comparativa com instituições que lhes são similares, e de outro, a percepção social de seus resultados. Ambas são importantes, a primeira porque promove o aprimoramento da arquitetura institucional, e a segunda porque leva ao apoio e à legitimidade.

Avaliações que não levem em conta essa natureza binária incorrem em superficialidade e não respondem pela avaliação do desempenho do regime como um todo. Além do mais, a própria dimensão objetiva possui múltiplos indicadores que devem, igualmente, ser observados individualmente. Uma democracia pode ser analisada, portanto, a partir do enfoque de suas características: eleitoral; liberal; participativa; deliberativa, e; igualitária. Estas características são mais bem desenvolvidas em indicadores que reflitam os *procedimentos*, os *conteúdos* e os *resultados* envolvidos em cada uma delas (MORLINO, 2010; GUGLIANO, 2013; DIAMOND; GREEN; GALLERY, 2017).

Assim, em sua dimensão eleitoral, uma democracia deve ser analisada levando em conta elementos como o voto livre e universal, se as eleições são justas e se a competição política resguarda espaço institucional para a oposição. Em sua dimensão liberal observa-se a presença de indicadores de direitos civis e políticos. Já em sua dimensão participativa, são elementos de participação do indivíduo ou da sociedade em questões políticas, como voto em referendos ou iniciativas para projetos de lei que são levados em conta. Na deliberativa são os elementos de respeito a argumentos contrários e o justo tempo legal para o debate legislativo e social em temas relevantes, como o da reforma da previdência brasileira. E, por fim,

em sua dimensão igualitária aparecem elementos como igual acesso a recursos públicos para competição política, igualdade de gênero, educação e posição social (BIZZARRO; COPPEDGE, 2017). A figura 5 traz estas dimensões.

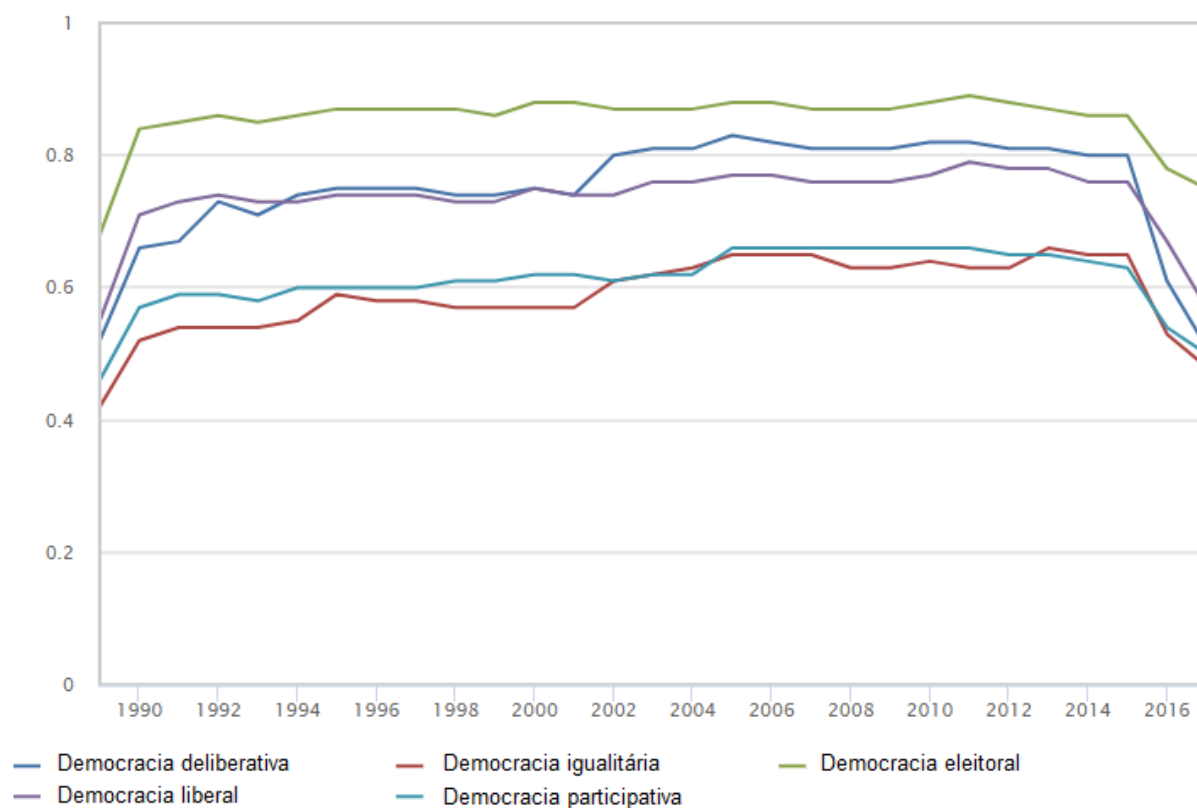
Figura 5
Dimensões da democracia



Fonte: elaborada pelo autor.

O gráfico 12, com dados do V-Dem cobrindo o período de 1989 a 2017 para o Brasil, traz a evolução das cinco dimensões da democracia: eleitoral, liberal, participativa, deliberativa e igualitária. Cabe lembrar, no entanto, que os valores “não são uma medida direta de indicadores objetivos, mas a tradução da percepção que os especialistas têm de cada um dos parâmetros da pesquisa” (BIZZARRO; COPPEDGE, 2017, p. 6). Objetivas, portanto, são as dimensões apresentadas de democracia e não a agregação feita por cada componente para a composição das dimensões.

Gráfico 12
Escala das Dimensões objetivas da democracia (1989 – 2017)



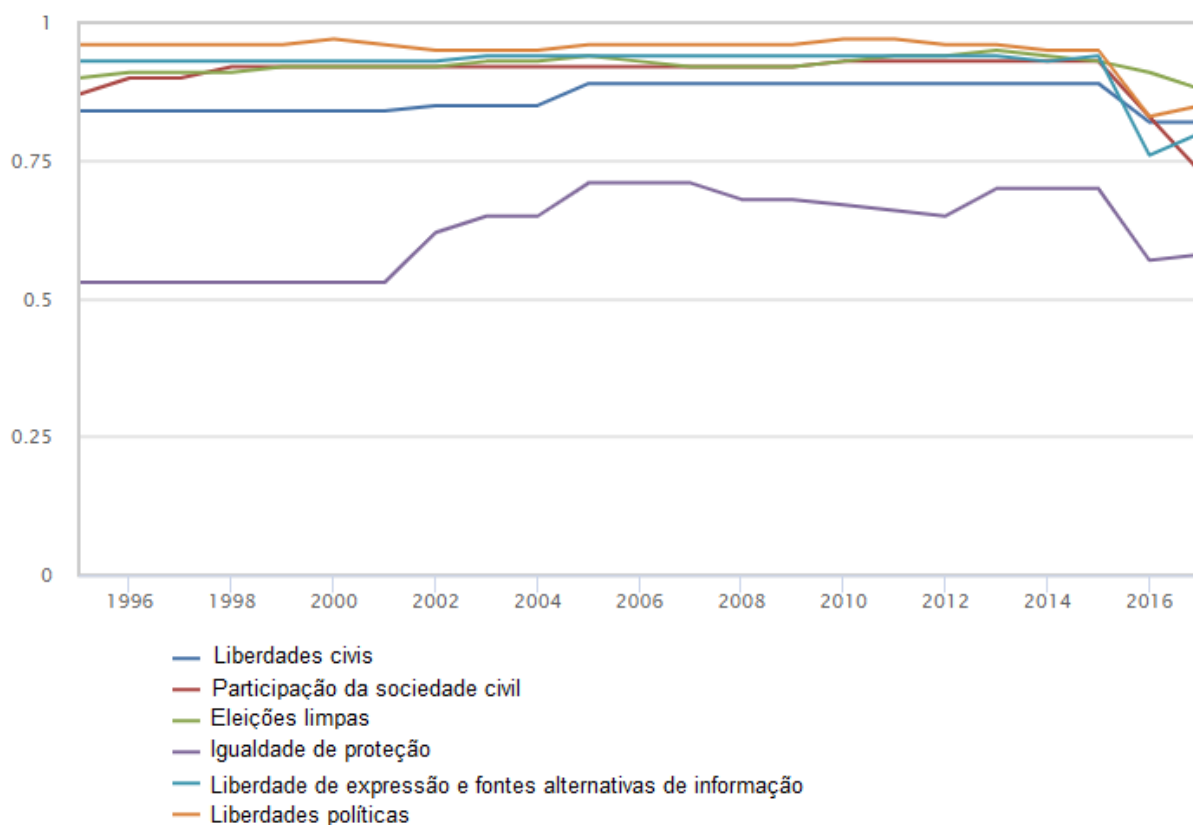
Fonte: Variedades de Democracia (1989 – 2017).

Para este gráfico quanto mais próximo de 1 melhor posicionado o país está na escala e, ao contrário, quanto mais as linhas se inclinarem em direção ao 0 pior é a situação do país. A partir de 1989 há uma melhora em todas as dimensões da democracia brasileira, principalmente na eleitoral, que se deveu justamente à volta dos instrumentos de participação direta como o voto em eleições livres e com ampla liberdade de expressão. Entre 2002 e 2015 todas as dimensões apresentam estabilidade e se encontram acima de 0.6 na escala. No entanto, a partir de 2015 há uma queda brusca em todas as dimensões. Desde 1990 tem havido oscilações positivas em todas as dimensões da democracia brasileira, com destaques para as dimensões igualitária e deliberativa que melhoraram significativamente a partir de 2001, atingindo no ano seguinte 0.6 e 0.8 na escala, respectivamente. A deterioração dos elementos internos a cada uma destas dimensões revelam práticas que vêm piorando o estado da democracia brasileira sistematicamente pelo menos desde 2014.

O gráfico 13, com dados do V-Dem cobrindo o período de 1995 a 2017 para o Brasil, traz elementos desagregados relativos às cinco dimensões da democracia. Os elementos dizem respeito até que ponto as liberdades civis são respeitadas no país, se as eleições são livres e justas, se há igual proteção por parte do Estado aos direitos e liberdades de todos os grupos sociais, se o governo respeita a liberdade de imprensa, a liberdade das pessoas para discutir assuntos políticos em casa ou na esfera pública, bem como a liberdade de expressão acadêmica e cultural, e se as liberdades civis e políticas são respeitadas.

Gráfico 13

Escala de Desempenho da democracia brasileira por componentes desagregados
(1995 – 2017)



Fonte: Variedades de Democracia (1995 – 2017).

Para este gráfico quanto mais próximo de 1 melhor posicionado o país está na escala dos indicadores e, ao contrário, quanto mais as linhas se inclinarem em direção ao 0 pior é a situação do país. De acordo com os dados do gráfico 13, 2016 está marcado como o ano onde todos os componentes desagregados analisados

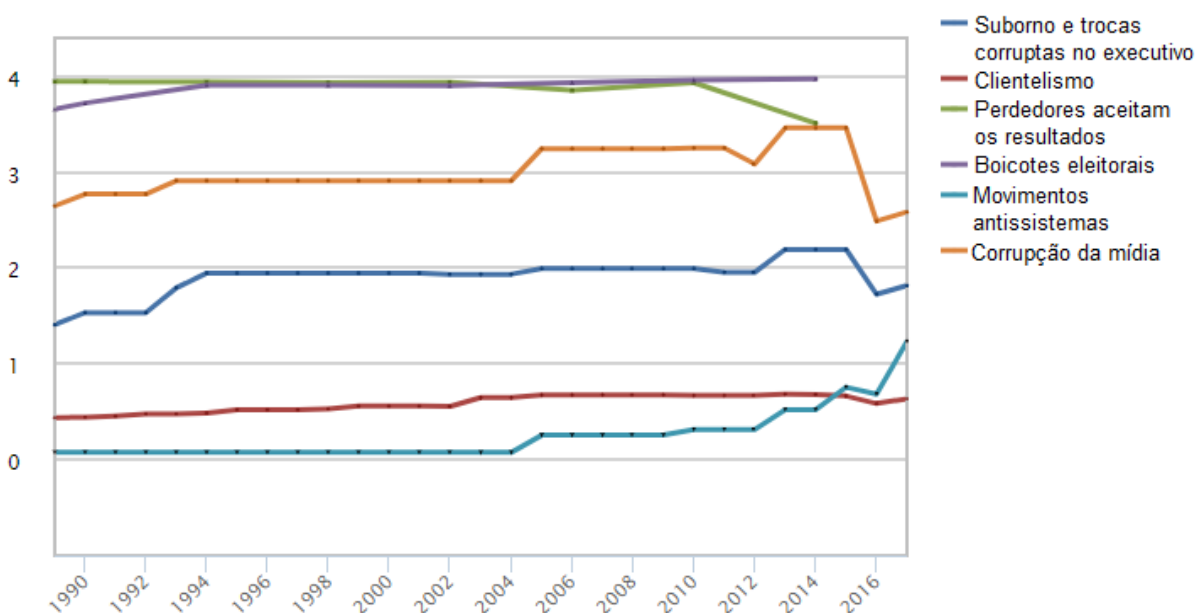
apresentaram quedas bruscas. Isso quer dizer que direitos civis e políticos estão sendo menos observados, que a busca de igual proteção aos direitos e liberdades de todos os grupos está deixando de ser seguida. Eleições limpas e liberdade de expressão também apresentaram quedas significativas. A queda destes componentes reflete o cenário recente apresentado pelo país, onde o ataque à liberdade acadêmica tem se tornado frequente, ataques aos meios de comunicação se tornaram corriqueiros e há fortes investidas institucionais de marginalizar grupos políticos, étnicos, sexuais, de gênero em prol de uma narrativa de resgate de valores da família e do nacionalismo²⁰.

O gráfico 14, com dados do V-Dem cobrindo o período de 1989 a 2017 trata da institucionalização da democracia brasileira. Os dados analisados dizem respeito a elementos como corrupção envolvendo executivos, se os perdedores de eleições aceitam os resultados, o avanço dos movimentos antissistemas, se a mídia está mais corrompida ou não, se há boicotes eleitorais e, também, apresenta um índice de clientelismo. Para este gráfico quanto mais próximo de 4 melhor posicionado o país está frente aos indicadores e, ao contrário, quanto mais as linhas se inclinarem em direção ao 0 pior é a situação do país.

²⁰ Desde o aprofundamento das investigações da Lava Jato, o país tem visto a ascensão de grupos políticos ligados à extrema direita. Projetos como Escola Sem Partido, tentativas de sabotar veículos tradicionais de comunicação, e até desassistência a minorias e grupos historicamente desfavorecidos fazem parte da agenda de conflito político praticada pelo então presidente da República, Jair Bolsonaro.

Gráfico 14

Escala dos aspectos da institucionalização da democracia brasileira (1989 – 2017)



Fonte: Projeto Variedades de Democracia (V-Dem) 1989 - 2017.

A análise dos dados revela que desde 2015 tem havido uma piora em indicadores como corrupção da mídia, aumento de movimentos antissistemas, em perdedores não aceitando o resultado das urnas. O lado positivo é que indicadores como corrupção da mídia e corrupção envolvendo executivos voltaram a apresentar melhoras desde 2016. Ainda assim, todos os indicadores quando comparados com o ano final e inicial de análise mostram melhoras, exceto o que revela que hoje cada vez menos os perdedores estão aceitando o resultado das urnas. Um bom exemplo disso pode ser encontrado nas eleições de 2014.

Em 2014 houve eleições para presidente da República, governos estaduais, deputados federais e estaduais, além da competição por um terço das vagas do Senado Federal. A disputa pelo Palácio do Planalto foi muito disputada, e vencida no em segundo turno por Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores (PT) contra Aécio Neves do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). A vitória apertada e as suspeitas de disputa desonesta levaram Aécio Neves²¹ a contestar os resultados da eleição. Na desagregação dos indicadores de democracia eleitoral, um componente que vem piorando na democracia brasileira é a aceitação aos

²¹ Matéria do Estadão e da Gazeta do Povo trouxeram que Aécio Neves e seu partido pediram auditoria das urnas alegando falta de confiabilidade. Disponível em: <https://bit.ly/2HBqmlR> e <https://bit.ly/2WZjqYD>. Acesso em: 12 de fev. de 2019.

resultados das urnas. Quatro anos mais tarde, nas eleições de 2018, Jair Bolsonaro²² do Partido Social Liberal (PSL) chegou a dizer publicamente que contestaria os resultados eleitorais caso não saísse vitorioso.

Meneguello (2010) analisou alguns aspectos da dimensão subjetiva do desempenho democrático brasileiro. Com base empírica de dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (Eseb) de 2002, verificou o apoio, buscando caracterizar entre os brasileiros aqueles que eram democráticos por meio de sua adesão ao regime, e também buscou encontrar aqueles que poderiam ser classificados como críticos ou insatisfeitos, por meio da avaliação que faziam do desempenho de instituições e do governo. O recorte metodológico permitiu encontrar resultados na direção valorativa, de desempenho governamental e de avaliação dos serviços públicos e apontaram para uma não relação entre estes componentes, pelo menos não diretamente. Em sua conclusão, a autora argumenta que “no mapa de valores dos cidadãos o bom funcionamento democrático independe do desempenho de instituições privadas e públicas – inclusive as instituições representativas” (MENEGUELLO, 2010, p. 143).

Resultados um pouco diferentes foram encontrados por Ribeiro (2007). O autor partiu da compreensão de que a satisfação dos indivíduos em relação ao desempenho do regime seria proporcional às suas percepções de ganho. Entre variáveis sócio-demográficas, componentes de medida de confiança institucional, de corrupção, satisfação, avaliações de governo, o recorte contempla ainda elementos de posicionamento ideológico e índice de pós-materialismo. A verificação apontou que dentre os múltiplos componentes e variáveis utilizadas para a construção do modelo, apenas as que dizem respeito à confiança no congresso nacional e no judiciário tiveram impacto significativo no apoio.

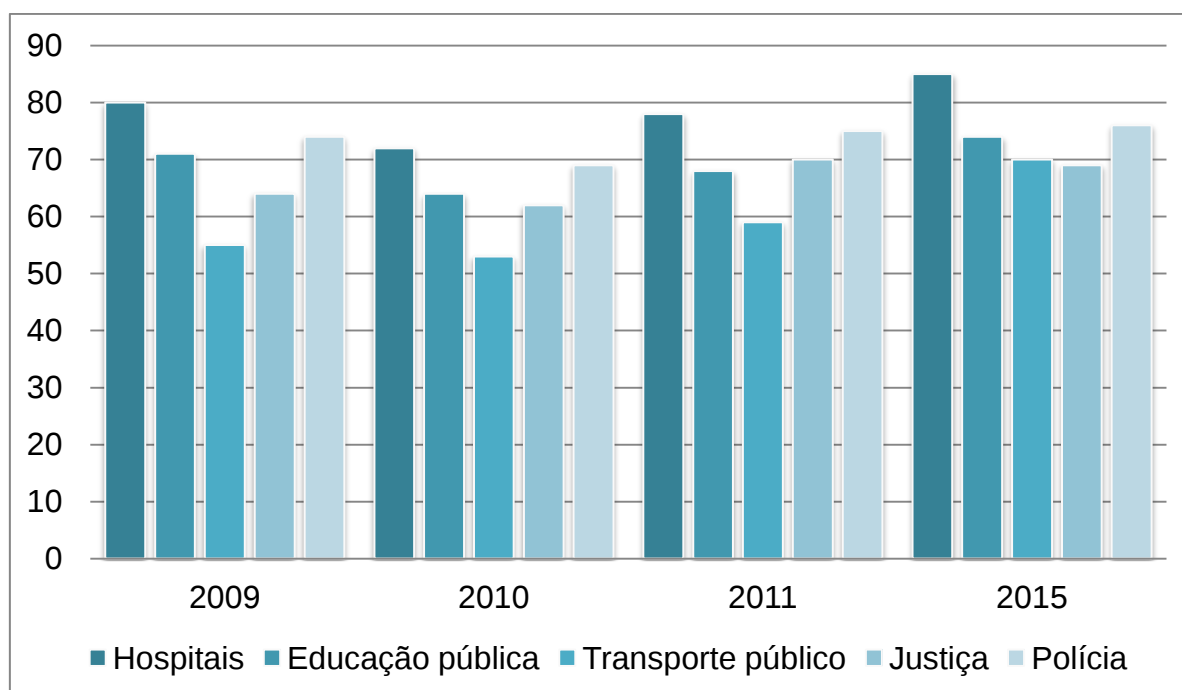
O gráfico 15 com dados temporais do Latinobarômetro 2009 - 2015 procura verificar o grau de satisfação do brasileiro com a prestação de serviços pelo Estado como hospitais, educação pública, transporte público, justiça e polícia. O gráfico reflete apenas as respostas “não muito satisfeito” somadas as respostas “nada satisfeitos”, além de ter série temporal recente. No entanto, isso não impede de

²² Em uma campanha altamente polarizada e de proliferação de *fake news*, contestando inclusive a validade das urnas, Jair Bolsonaro disse que não aceitaria resultado que não fosse a sua vitória. As matérias são do O Globo e da Folha de São Paulo. Disponível em: <https://glo.bo/2OvwtQa> e <https://bit.ly/2OhtRW1>. Acesso em 12 de fev. 2019.

verificar a evolução da satisfação ou insatisfação do brasileiro com a prestação de serviços públicos essenciais.

Gráfico 15

Insatisfação com serviços públicos 2009 – 2015 (%)



Fonte: Latinobarômetro (2009, 2010, 2011 e 2015).

Os hospitais estão entre os serviços públicos pior avaliados pelos brasileiros, 85% em 2015 se disseram insatisfeitos com este serviço, sendo que em 2009 este percentual era de 80%. O transporte público também apresenta índices crescentes de insatisfação, passando de 55% em 2009 para 70% em 2015. Polícia, educação pública e a justiça também apresentam índices altos de insatisfação do brasileiro na prestação de serviço, 76%, 74% e 69%, respectivamente em 2015. Todos os serviços analisados neste gráfico apresentam índices de avaliação negativa piores em 2015 quando comparados com índices de 2009. O paradoxo existente é que, mesmo com uma insatisfação crescente, portanto pressupondo que os brasileiros avaliam como ruins serviços essenciais como os trazidos neste gráfico, ele quer e acredita que o Estado deva ter maior participação nestas esferas, como apontou o gráfico 11 e a tabela 1 deste trabalho.

Como verificado, a avaliação de desempenho da democracia brasileira medida pela satisfação em relação aos principais serviços públicos é baixa. Apesar

de considerar que o Estado tenha um papel de maior protagonismo, o brasileiro avalia mal muitos dos serviços públicos por este oferecido. Provavelmente por considerar que mesmo sendo ruim, é melhor poder recorrer a estes serviços quando assim precisar do que conviver com incerteza de poder pagar por estes serviços casos sejam oferecidos somente pela iniciativa privada.

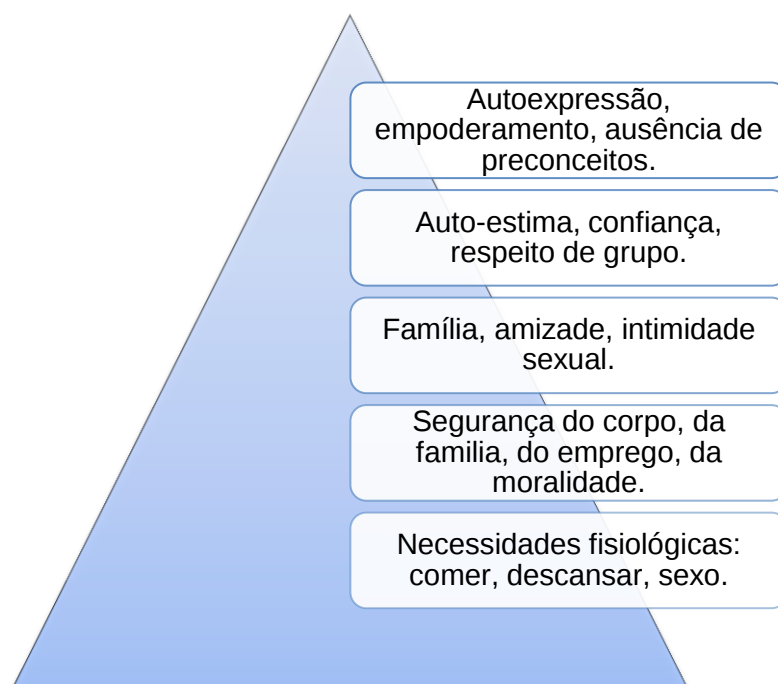
6 Mudança de Valores

Este capítulo traz uma breve descrição e um balanço crítico da tese do pós-materialismo e da teoria do *backlash*, argumentando que o enfoque seja direcionado para a força das novas mídias e redes sociais. Abordam-se os esforços dos principais estudos sobre a mudança de valores no Brasil, ressaltando a possibilidade dela estar ocorrendo no país, não no sentido tradicional subentendido com a teoria pós-materialista (originária para países europeus), mas sim em um contexto brasileiro de grandes paradoxos. As mudanças, como se argumenta, podem ser explicadas pela revolução tecnológica e informacional nos meios de comunicação, com destaque para as mídias sociais, que trazem consigo um suposto aumento da percepção crítica do brasileiro em relação à sua realidade. Procura-se trazer a realidade de desigualdade econômica e situar o Brasil e os brasileiros diante de um quadro mais geral desse contexto pelo mundo. Por fim, é feita uma reflexão sobre os desafios enfrentados pela democracia brasileira para aumentar sua legitimidade.

No início da década de setenta, Inglehart (1971) trouxe a tese pioneira de que os valores das populações de países da Europa Ocidental do pós-Segunda Guerra Mundial estavam transitando entre o que ele denominava de valores materialistas para valores pós-materialistas, ou seja, valores que buscavam em primeiro lugar uma segurança econômica e ordem social (valores “aquisitivos”) estavam cedendo espaço para valores que, por sua vez, buscavam a emancipação e a autoexpressão (valores pós-burgueses).

Inglehart baseou-se no trabalho de Abraham Maslow (1943), que estabeleceu uma hierarquia de necessidades para o ser humano. Estas necessidades transitam entre níveis mais gerais de realização pessoal para níveis elementares fisiológicos e agudos de sobrevivência como comer, respirar, descansar, etc. Somente quando necessidades fisiológicas de sobrevivência são atendidas é que se pode passar para outra hierarquia de necessidades. No topo da pirâmide de hierarquias é que se encontram elementos como autoexpressão, emancipação de moralidades primitivas, ausência de preconceitos, dentre outros como representa a figura abaixo.

Figura 6
Hierarquia de necessidades de Maslow



Fonte: Maslow (1943).

Para Inglehart, as coortes geracionais que haviam experimentado as guerras e privações tinham muito mais chances de possuírem valores de sobrevivência, ou seja, valorizavam a acumulação material e a segurança econômica, reflexos de tempos difíceis, enquanto que as gerações nascidas no pós-guerra vinham de uma experiência de estabilidade econômica advinda com o milagre de reconstrução da Europa, o que garantia certa estabilidade material. As coortes geracionais mais jovens, portanto, inclinavam-se para necessidades de pertencimento, de livre expressão e artísticas. Esta mudança nas prioridades valorativas contribuía para a quebra de hierarquias e fomentava a livre escolha. Seu resultado político seria a distensão na concentração de poder e a escolha da democracia como regime político em detrimento de regimes de concentração de poder (autoritários).

A pesquisa de Inglehart concentrou-se em seis países (Inglaterra, França, Alemanha, Itália, Bélgica e Países Baixos) e encontrou resultados que favoreciam o apelo entre os mais jovens para a liberdade de expressão, tendência entre esta faixa etária para o apoio a partidos políticos que representassem as novas clivagens sociais e valores emergentes e a necessidade de pertencimento a estes grupos. Inglehart cita o exemplo do Maio de 68, onde a coalizão gaullista recebera apenas

16% do apoio entre os grupos que sustentam valores “pós-burgueses”, enquanto que 56% do grupo com valores “aquisitivos” apoiavam a coalizão. Para o autor havia um conflito gerado originado na formação valorativa dos indivíduos.

Apesar da tese pós-materialista ter inserido um importante debate e ampliado o campo da cultura política – como fizera o estudo “the civic culture” de Almond e Verba (1966) – a agenda de pesquisas nesta área foi, em certa medida, eclipsada durante a década seguinte pela linha institucionalista. O “renascimento”, em meados da década de oitenta, da agenda da cultura política constituiu-se em um importante movimento intelectual que ampliou o campo para estudos de democratização e consolidação da democracia porque reafirmou que a cultura influenciava as instituições, as posições e percepções de mundo das pessoas (INGLEHART, 1988). De lá para cá a agenda expandiu e diversas pesquisas na área tem como base a tese do pós-materialismo (da mudança nos valores), no entanto, nem todas tem o mesmo enfoque inicial sugerido pela tese, muitas seguiram caminhos diferentes. Serão destacados dois desdobramentos oriundos do enfoque original: o dos cidadãos críticos e, mais recente, o do *backlash*, ou “retrocesso” cultural.

6.1 Revolução Tecnológica e o Aumento da Percepção Crítica

O aprimoramento tecnológico da comunicação sempre incutiu um alto grau de impacto não só na forma de representar o social e seus fatos, mas também e principalmente na percepção que se tem deles. Foi com a revolução gutenberguiana que a impressão pode avançar na direção da massificação da escrita. Ao superar a impressão em bloco para um método novo em diferentes níveis de produção que envolvia os tipos móveis, a prensa, tipo de tinta e o papel adequado, Johan Gutenberg desenvolveu não um simples “aparelho ou instrumento, ou, mesmo, uma série de melhoramentos, mas um completo processo de produção” (HART, 2002, p. 91). Processo que permitiu ampliar a penetração da escrita para as pessoas e o aparecimento dos jornais impressos em séculos subsequentes.

O rádio igualmente desempenhou papel importante na ampliação da penetração da comunicação na sociedade. Enquanto a palavra escrita estava confinada a um mundo de letrados, o rádio podia e falava muitas vezes a linguagem social corrente. Um episódio em que seu poder foi testado de forma trágica foi quando Orson Welles simulou em cadeias de rádio um ataque de alienígenas.

Embora o ataque narrado por Welles tenha sido oriundo de um livro de ficção científica²³, as pessoas que o escutavam tomaram como verdade o que acabou levando ao pânico geral. O uso da rádio para o jornalismo, no entanto, é mais antigo. No Brasil, um importante marco foi a criação da Voz do Brasil em 1935 sob o governo de Getúlio Vargas, que constituía um conjunto de noticiários, das ações do governo, levado a cadeia nacional todos os dias para a população.

Após o rádio, nenhuma outra ferramenta de comunicação – até o surgimento da internet – tinha causado tamanho impacto na sociedade como a televisão. Como argumenta Bourdieu:

os efeitos que o desenvolvimento da televisão produz no campo jornalístico e, através dele, em todos os outros campos da produção cultural, são incomparavelmente mais importantes, em sua intensidade e amplitude, que aqueles que o surgimento da literatura industrial, com a grande imprensa e o folhetim, provocara, suscitando entre os escritores as reações de indignação ou de revolta das quais saíram, segundo Raymond Williams, as definições modernas de cultura (BOURDIEU, 1997, p. 102).

Se para Bourdieu a televisão representava algo maior e mais profundo diante do impacto causado no campo jornalístico e sua mútua congruência com a produção cultural, imagina-se a avaliação que faria, hoje, do protagonismo da internet, do surgimento e da penetração das novas mídias. Jenkins (2009) analisa este impacto e afirma que se caminha para uma convergência total da comunicação. Convergência que tem sido forçada pelas novas mídias provocando uma queda de braço que faz ceder os meios tradicionais de comunicação como o jornal impresso, o rádio e a televisão. Para o autor, a cultura que está sendo formada agora é a da convergência total com a comunicação online que toma a dianteira nesse processo e faz gravitar ao seu redor diversas outras esferas da vida social.

O movimento observado, no entanto, não é apenas o da convergência da comunicação tradicional para diferentes plataformas online. Ocorre também uma alteração importante na natureza da linguagem e, principalmente na modelagem do pensamento. Redes sociais como o Facebook, Twitter e Instagram possuem sua própria linguagem que, além de fazer convergir diferentes tipos de conteúdo em suas plataformas compatíveis, fomentam uma linguagem simbólica promotora do

²³ O livro — “Guerra dos Mundos”. Posteriormente também foi feito um longa metragem tendo como enredo a mesma trama do livro. O episódio que gerou pânico foi ao ar como uma representação de halloween pela rádio Columbia Broadcasting System em 30 de outubro de 1938.

engajamento contínuo. Barack Obama do Partido Democratas foi bem sucedido no Facebook em sua campanha à presidência dos Estados Unidos em 2008, enquanto Donald Trump, dos Republicanos, conseguiu capturar o espírito da comunicação do Twitter em 2016²⁴. Nos dois casos estão leituras adequadas da forma de comunicação que devem ser feitas em tais mídias.

Carr (2008) argumenta que a internet vem fornecendo uma modelagem totalmente nova para o pensamento e acaba com isso limitando e até mesmo aposentando capacidades antes presentes no processo cognitivo de aprendizagem como a concentração e a contemplação. A eficiência e o imediatismo aparecem como características dessa nova fase da comunicação online. Para o autor, à medida que as mentes das pessoas codificam-se para a linguagem online, as mídias tradicionais são forçadas a se adaptar, “old media have little choice but to play by the new-media rules” (CARR, 2008).

Outras características despontadas dessa nova forma de comunicação, segundo Carr (2018), é a sua impulsividade, efemeridade, a falta de filtros, sua visceralidade e verborragização. Traços de uma sociedade em plena desestruturação, onde o flexível, o precário, o instável e o efêmero assumem mais espaço diante da fluidez social (BOURDIEU, 1998; BAUMAN, 2001; SENNETT, 2003; LIPOVETSKY, 2004). Se em uma observação macrosocial são estas as características anteriormente listadas que aparecem, no nível individual a mudança nos valores vem carregada com a liberdade de expressão, de identidade e de autodeterminação, que cada vez mais ganham vazão diante da ascensão das mídias digitais.

Norris (1999) procurou compreender a relação entre a mudança nos valores e a revolução tecnológica. A autora argumentou que a presença de um cenário onde ferramentas cada vez mais sofisticadas de comunicação e uma maior exposição a noticiários negativos ao lado da contínua evolução para valores de autoexpressão estavam contribuindo para a formação de cidadãos mais críticos. A presença de cidadãos mais rigorosos na avaliação do regime democrático e suas instituições, portanto, era consequência tanto da revolução tecnológica e acesso à comunicação

²⁴ O processo de assimilação de uma nova tecnologia para comunicação política é antiga. Marco Túlio Cícero tinha o dom da oratória, Franklin Delano Roosevelt e Carlos Lacerda sabiam usar o Rádio, John F. Kennedy soube que a imagem na televisão constituía um fator central.

por parte expressiva da população quanto da correlação que estabelecia com os valores pós-materialistas.

Esta perspectiva inicial foi revista quando os índices de confiança nas instituições políticas – principalmente partidos políticos e parlamentos – começaram a despencar de forma consistente, ganhando cada vez mais atenção de pesquisadores em análises comparativas (PHARR, PUTNAM; DALTON, 2000; CATTERBERG; MORENO, 2006). Logo, Norris (2011) levou em conta que padrões mais rigorosos de análise do regime democrático e de suas instituições poderiam estar, não somente ligados à mudança nos valores e à presença de uma comunicação mais intensa, mas também a uma incapacidade de resposta por parte das instituições, incongruentes com as novas aspirações e demandas sociais. Havia, portanto, um duplo déficit: um por parte do desempenho do regime e outro pela incapacidade deste de acolher as novas tendências de expressão e demandas recorrentes de um contexto de valores pós-materialistas.

Analisando o principal telejornal brasileiro, Mesquita (2013) argumentou que, apesar das avaliações mais rigorosas da classe política por parte dos cidadãos, que agem depositando menor confiança nas instituições e aumentando a insatisfação em relação ao regime, não se pode afirmar que os conteúdos assistidos tenham efeitos negativos. Na análise da audiência do Jornal Nacional da Rede Globo, foi verificado um impacto positivo, pois quem mais assiste ao jornal menos disposto está a dar um “cheque em branco” a um líder salvador da pátria, tendo ainda a escolaridade favorecendo a adesão ao regime. No entanto, um contexto como este estaria afastando os cidadãos dos partidos políticos. O impacto da mídia jornalística, conclui o autor, é “mais relevante para essas dimensões mais pragmáticas do que para as variáveis que representam aspectos de ordem mais normativa” (MESQUITA, 2013, p. 169).

Dos cidadãos críticos ao diagnóstico do déficit democrático, agora as análises se voltam para o que Inglehart e Norris (2017) denominam de backlash²⁵, ou seja, uma reação ao avanço cultural ocorrido no curso da mudança nos valores. Para os autores, os 35 anos de segurança existencial experimentados pelas democracias

²⁵ De acordo com a Cambridge Dictionary, o backlash pode ser definido como um forte sentimento entre um grupo de pessoas em reação a uma mudança ou a eventos recentes acontecidos na sociedade e na política. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/backlash>. Acesso em 20 de fev. 2019.

desenvolvidas trouxeram ganhos excepcionais promovendo a mudança nos valores, algo que agora começa a sofrer um refluxo. Verificando detalhadamente a razão do aumento no apoio às lideranças com características autoritárias e populistas, e por que isso é maior agora que no passado, Inglehart e Norris (op. cit.) observaram que os ganhos ocorridos durante os 35 anos chegaram aos do topo, ou seja, os mais ricos, enquanto que a maior parcela da população experimentou uma queda real da renda e um aumento do desemprego:

the 35 years of rapid economic growth and expanding opportunities that developed democracies experienced following WWII brought pervasive cultural changes contributing to the rise of Green parties and the spread of democracy. But during the most recent 35 years, while these countries still had significant economic growth, virtually all of the gains went to those at the top; the less-educated experienced declining real income and a sharply declining relative position that fueled support for populist authoritarian parties. (INGLEHART; NORRIS, 2017, p. 444).

No argumento dos autores, a novidade não está na reação à mudança nos valores, mas no seu crescente protagonismo nos últimos anos. Por sua vez, fatores como renda e desemprego seriam preditores fracos do apoio às lideranças autoritárias e populistas, quando comparados à ansiedade que as mudanças culturais provocaram, erodindo normas sociais e identitária existentes: “Income became a much weaker indicator of the public’s political preferences than cultural issues” (INGLEHART; NORRIS, 2017, p. 448).

Para Norris e Inglehart (2018), o populismo autoritário oriundo dessa reação à mudança nos valores age corroendo a fé nos princípios e práticas da democracia liberal através de um discurso antissistema e posicionamentos extremados nacionalistas, xenofóbicos, intolerantes e tribais. Seu crescimento e sucesso se devem a (1) um aumento na demanda da opinião pública por discursos dessa natureza, (2) estratégias partidárias que se adaptam ao contexto de demandas tendo em vista os ganhos em curto prazo, e (3) aos arranjos institucionais que permitem o sucesso de tais estratégias pelas regras do jogo. A democracia tem revelado possuir configurações que permitem a proliferação de germes que potencialmente podem vir a destruí-la.

Não se pretende aqui uma explicação mais detalhada desse fenômeno, uma vez que não é o objeto central do estudo aqui proposto, mas salientar os alcances e limites da tese dos cidadãos críticos e do *backlash* para crise atual da democracia

liberal e, por consequência, do declínio do apoio e da confiança em suas instituições. Os cidadãos supostamente mais críticos que apresentariam valores pós-materialistas e estariam presentes em democracias consolidadas estão hoje tão ou mais dispostos a apoiar alternativas autoritárias que os cidadãos de democracias da terceira onda, como o Brasil ou Índia, por exemplo. O problema não parece mais estar no grau de crítica, mas na forma como essa crítica é formada, e aqui as mídias sociais têm um papel fundamental.

Na análise da ascensão de todos os movimentos populistas uma tendência comum aparece: sua vazão e crescimento se dão pelos novos canais de mídias digitais e não pelos veículos tradicionais de comunicação. E as estratégias utilizadas seguem praticamente o mesmo repertório: comunicação direta via redes sociais; ataques antissistema usando a linguagem de conflito do “inimigo” tanto externo quanto interno; propaganda de descrédito de veículos tradicionais de comunicação; e a evocação do sentimento de nacionalismo, com o “retorno às origens”. As novas mídias passaram a ser o instrumento pelo qual estas estratégias ganham vazão e amplitude.

Para Deibert (2019), há três importantes “verdades desconfortáveis” em relação às mídias sociais e sua interação com a política: a primeira delas é a de que o formato de negócio que as envolvem é construído em torno da vigilância constante de dados pessoais; a segunda é que as pessoas consentem com esse modelo; e a terceira, é a de que os algoritmos envolvidos nesse processo impulsionam práticas autoritárias, promovendo a confusão, a precariedade, a ignorância, o preconceito, o caos, dentre outros fatores. Esse capitalismo de vigilância dos dados para o direcionamento de marketing individualizado como forma de lucratividade tem se mostrado um perigo, pois pode ajudar a promover o impulsionamento de lideranças e movimentos com caráter populista, autoritário, e xenófobo, a exemplo do que ocorreu nos casos de compra de dados por parte da Cambridge Analytica²⁶ e sua ação nas campanhas à presidência dos Estados Unidos para Donald Trump, do Partido dos Republicanos e na campanha do Brexit pela saída do Reino Unido da União Europeia.

²⁶ Em 2018 estourou o escândalo de que a empresa Cambridge Analytica havia comprado os dados de mais de 50 milhões de usuários da plataforma Facebook supostamente para fins acadêmicos. Pelo menos 87 milhões de pessoas tiveram seus dados violados em 10 países. No Brasil mais de 400 mil usuários tiveram seus dados pessoais usados sem consentimento. O presidente da companhia Mark Zuckerberg foi convocado a prestar esclarecimentos no Congresso norte-americano em 2018.

De acordo com Deibert, a suposição de que a tecnologia seria uma grande aliada da democracia e da livre expressão cai por terra quando analisamos o papel desempenhado pelas mídias sociais nas democracias contemporâneas. A diluição do consenso poliárquico e a promoção da polarização extremada aparecem como consequências do uso intenso destas novas ferramentas. Como afirma,

the world of social media is more conducive to extreme types, emotionally charged, and content-sharing than to calm, competing principles and considerations or complex narratives. The deliberate rational search for consensus and the pursuit of truth are losing. The cacophony of opinions and the flow of information in social media is degrading public discourse. Faced with the overload of information, consumers resort to cognitive shortcuts that tend to direct them toward opinions that fit what they already believe. At the same time, social media algorithms themselves guide users to the online "filter bubbles" in which they feel comfortable and ideologically aligned (DEIBERT, 2019, p. 33).

Nicholas Carr argumenta que as redes só reforçaram o efeito polarizador que os meios de comunicação tradicionais como as transmissões de rádio e TV a cabo vinham realizando. Autoridade e respeito passam a ter menos amplitude em plataformas feitas para serem motores de atividade do verbo, "The more visceral the message, the more quickly it circulates and the longer it holds the darting public eye" (CARR, 2015).

Como já exposto, se para Henry Jenkins (op. cit.) a internet e as mídias sociais digitais estão fazendo com que todas as esferas da vida convirjam para si, a análise de Lynch (2015) se concentra mais em seus impactos sobre a política, mais especificamente sobre Primavera Árabe, onde havia a possibilidade de sucesso nas transições para a democracia. Lynch argumenta que a mídia árabe desempenhou um papel destrutivo nas transições pela captura política do espaço político, pela difusão da propaganda do medo e pela extrema polarização que provocou. Para o autor, muitos esperavam que plataformas como Facebook, Twitter e outras trouxessem uma vazão para as aspirações e demandas sociais que as mídias tradicionais não foram capazes de realizar, mas o ocorrido foi exatamente o oposto, elas serviram para reforçar e não para contrabalancear os efeitos negativos transmitidos pelas mídias tradicionais nacional e internacional.

Apesar de Lynch se concentrar nas transições árabes, ele não está sozinho na análise que salienta os perigos das mídias sociais para a democracia liberal.

Castells (2018) reforça que a comunicação negativa, principalmente a da política é muito mais eficaz em sua influência do que a positiva, e isso ocorre porque, segundo o autor, a política é fundamentalmente emocional, e sendo assim, mensagens de identificação e quebra de confiança ou de normas agem retendo maior apelo. Esta é uma das razões pela qual os escândalos políticos tomam amplo espaço da mídia, pois de acordo com a teoria social do escândalo de John B. Thompson, eles “são lutas pelo poder simbólico em que a reputação e a confiança estão em jogo” (THOMPSON, 2002, p. 296).

Como tem ocorrido em todas as democracias, no Brasil, as mídias sociais assumem um protagonismo cada vez maior no cenário político. Na campanha à presidência em 2018, uma forte onda de notícias falsas foram propagadas pelas mídias sociais, principalmente por uma das mais populares delas, o WhatsApp²⁷. Esta ferramenta tem sido usada por grupos simpatizantes e partidários da narrativa populista, estando umbilicalmente ligada à eleição de Jair Bolsonaro do PSL, e à manutenção da natureza de conflito político expresso pela polarização social crescente via discurso do combate aos “inimigos”.

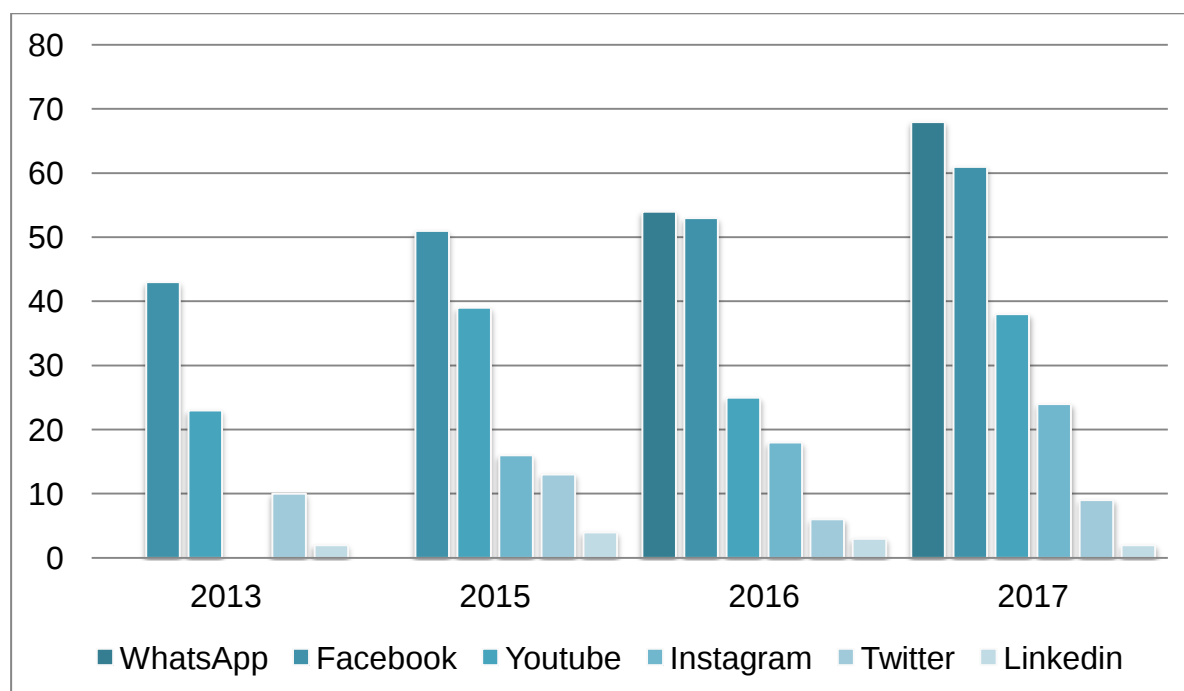
Pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)²⁸ de 2017 mostrou que 69,9% da população com idade acima de 10 anos possuem acesso à internet. O celular desponta como o aparelho pelo qual as pessoas mais navegam na internet, com 97%, seguido de computadores, com 56,6%, televisores com 16,3% e tablets, com 14,3%. O gráfico 16 com dados de séries temporais do Latinobarômetro de 2013 a 2017 mostra a evolução do acesso às redes sociais entre os brasileiros.

²⁷ Diversos foram os momentos em que esta tática foi usada nas eleições de 2018, entre as quais a informação de que as urnas estavam sendo violadas durante o dia de votação do primeiro turno. Uma crença reforçada pelo então candidato do PSL, Jair Bolsonaro, que ao longo de toda a campanha atacou e se disse desconfiado da urna eletrônica.

²⁸ Pesquisa disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101631_informativo.pdf. Acesso em: 21 de fev. 2019.

Gráfico 16

Redes sociais mais acessadas pelos brasileiros 2013 – 2017 (%)



Fonte: Latinobarômetro (2013, 2015, 2016 e 2017).

O uso do Facebook cresceu de 43% em 2013 para 51% em 2015, depois subiu novamente para 53% em 2016 e em 2017 alcançou 61%. Entre 2013 e 2015, o Facebook manteve entre os brasileiros a predominância nas redes sociais. Já o Youtube cresceu de 22% em 2013 para 39% em 2015, declinou para 25% em 2016, e em 2017 subiu novamente para 38%. O WhatsApp, que tem sua série medida a partir de 2016 onde apresentou 54%, após sua compra pelo Facebook despontou como uma das redes sociais mais usada pelos brasileiros, 68% em 2017. WhatsApp e Facebook aparecem como as redes sociais mais usadas pelos brasileiros em 2017 (68% e 61%, respectivamente), tendo na sequência o Youtube com 38%, Instagram 24%, Twitter 9% e LinkedIn com 2%. Twitter e LinkedIn são as únicas redes que quando comparadas na série entre 2013 a 2017 apresentam pequena queda (de 10% para 9% no caso do Twitter) ou mantiveram o mesmo índice de acesso entre os brasileiros (2% no caso do LinkedIn).

Norris (2000) argumenta que se deve fugir da tentação de culpar a televisão, o jornal e a internet pelo curso tomado pela democracia liberal, no entanto, o cenário de crise dos regimes tem trazido grandes desafios para pesquisadores e analistas. Acerca da falta de consenso sobre o impacto das redes sociais nas campanhas

presidenciais dos Estados Unidos em 2008 com Barack Obama e em 2016 com Donald Trump, uma variável tem se destacado: a de que as redes sociais e as plataformas de mídias online têm desempenhado um protagonismo crescente.

As redes sociais agem como a “ágora virtual”, pois não apenas canalizam as insatisfações, aspirações e demandas da sociedade em relação a múltiplos aspectos de sua vida (da formação da identidade às ansiedades diante do desemprego e do futuro incerto), mas também carregam em seus “DNAs” – os algoritmos – uma capacidade alta de potencializar comportamentos polarizadores, impulsivos, desordenados, raivosos, provocadores, que quebram a hierarquia e corroem o consenso. Comportamentos de indivíduos presos às “bolhas” de informações nada mais são do que reflexos do efeito perverso que das redes sociais promovem por meio de algoritmos sofisticados em uma busca desenfreada por dados e rastros dos usuários.

A facilidade cada vez maior da comunicação e as inúmeras possibilidades de construção identitária escamoteiam, por trás do vício da atenção, a retenção de dados para o mapeamento de perfis de consumidores e psicológicos. Como argumenta Harris (2016), por trás da imagem de suposta liberdade de escolha que as redes sociais promovem, há um *menu* de opções cada vez mais delineado por meio dos algoritmos não só para capturar seus pensamentos, mas também para poder modelá-lo. Nunca antes a ideia orwelliana de ampla e constante vigilância esteve tão presente na prática.

As redes sociais e plataformas de mídias estão contribuindo para a vulnerabilidade do poder que é construído de forma democrática, para a perda de fé nas instituições políticas e na hierarquia de funções do poder público. Aos poucos elas estão sendo capturadas por forças políticas que não veem outro caminho de acesso ao poder senão pela via da narrativa antissistema, dinamitando instituições como veículos tradicionais de comunicação e partidos ao centro do espectro político. Desta forma é que as mídias sociais têm contribuído para o agravamento da crise do modelo liberal de democracia, minando a fé na função normativa de suas instituições e promovendo a polarização e o ódio entre as pessoas presas às suas bolhas de conteúdo.

6.2 O Brasil Diante da Mudança nos Valores

A tese do pós-materialismo ou teoria do desenvolvimento humano de Inglehart (INGLEHART, 1971; INGLEHART; WELZEL, 2009) tem estimulado uma profícua produção distribuída ao redor do mundo, contribuindo para a diversificação de temas comportamentalistas, como consequentemente para a amplitude da agenda da cultura política. Como já exposto, ela surgiu como explicação para sociedades que se transformavam rapidamente no pós-guerra, mudando seus gostos, inclinações, comportamentos e atitudes. A premissa de que os valores de sobrevivência cediam espaço para valores de autoexpressão e emancipação humana encontrou respaldo empírico nos diversos *surveys* aplicados desde então.

Como observado, sua transposição para realidades diferentes como a do leste europeu e a latino-americana – e aí incluída a brasileira – sofreu incorporações, adaptações e, até mesmo, negações (MISHLER; ROSE, 1999; CATTERBERG; MORENO, 2005; MENEGUELLO, 2010). Dentre os principais aspectos observados para tal contestação ou negação são que os resultados destas pesquisas revelam maiores associações entre o desempenho institucional ou econômico e maior apoio à democracia, e menores associações entre os valores existentes com um maior apoio à democracia ou a uma maior confiança em suas instituições e lideranças. Para estas realidades, portanto, maior apoio deriva do desempenho econômico e institucional e não dos valores.

No pano de fundo destas pesquisas se encontra premissas que em sociedades materialmente muito desiguais prevalecem ainda os valores de sobrevivência, e na quais demandas e aspirações por maiores liberdades de expressão e autonomia individual ficam relegadas a um segundo plano. As pessoas seriam assim, mais dispostas a avaliar e apoiar a democracia de forma pragmática, com base em ganhos individuais e levando em consideração o desempenho institucional imediato.

Em relação ao Brasil, o estudo de Ribeiro (2008) sobre a teoria do desenvolvimento humano, com base na presença dos valores materialistas e pós-materialistas e suas relações com múltiplos aspectos da base de apoio à democracia no Brasil chegou a resultados onde a congruência entre a presença de valores pós-materialistas e maior apoio à democracia ocorre:

como identificamos ao comparar os dados das duas pesquisas da WVS, existe uma tendência de evolução, ainda que tímida, no percentual de brasileiros que compartilham uma postura pós-materialista o que nos deixa otimista quanto a possibilidade de consolidação da adesão normativa de nossa população à democracia como valor e forma de governo. É claro que tanto confirmação dessa expansão pós-materialista, quanto a sua associação com uma postura pró-democracia deve continuar a ser monitorada nos próximos anos, mas os indícios aqui verificados devem ser bem recebidos por aqueles que se preocupam com as condições subjetivas necessárias ao desenvolvimento e aprofundamento dessa forma de governo em nosso país (RIBEIRO, 2008, p. 244).

Mas a evolução apontada por Ribeiro não pode ser tomada como unilinear. O próprio Inglehart (1988) sugere que quando estamos tratando de cultura política não há caminho de “mão única”. Histórias coloniais, diferentes formas de constituição do Estado bem como a formação da sociedade importam para o tipo de cultura política apresentada por determinado país. A tabela 2, com base em dados disponíveis das três ondas para o Brasil do WVS, mostra a evolução dos valores pós-materialistas no país. Quando mais próximo de 1, maior a presença de valores pós-materialistas, e quanto mais próximo de 0, menor é a presença destes valores.

Tabela 2
Valores Pós-Materialistas no Brasil (%)

	1989-1993	2005-2009	2010-2014
0-0.1	-	0	0
0.1-0.2	13	4	2
0.2-0.3	22	13	9
0.3-0.4	25	24	21
0.4-0.5	20	25	28
0.5-0.6	11	18	22
0.6-0.7	5	11	12
0.7-0.8	2	3	4
0.8-0.9	1	1	1
0.9-1	0	0	0

Fonte: World Values Survey (ondas 1989 –1993, 2005 – 2009 e 2010 – 2014).

A tabela 2 revela que tem havido um contínuo deslocamento entre os valores no Brasil. Se na primeira onda a concentração de valores se encontravam na escala entre 2 e 5, na terceira onda ela se movimentou para a escala 3 e 6. O que pode ser

descrito como um movimento tímido constitui na verdade uma importante mudança ocorrendo nos valores dos brasileiros. Esta evolução deve ser encarada, no entanto, como não linear. Aliás, poucas evoluções de valores o são. Dessa forma, o caso do Brasil é interessante, pois mesmo que a evolução dure, elementos patrimonialistas e clientelistas parecem resistir muito bem a essa mudança.

Para Baquero (2008), a trajetória brasileira é uma amostra da dificuldade de superação do tipo de cultura política formada no país. Para o autor, elementos como a herança patrimonial, traços clientelistas e personalistas ainda permanecem presentes na prática política brasileira. Estes caracteres, por sua vez, impedem o avanço para uma sociedade menos hierárquica, uma burocratização impessoal, maior confiança social e empoderamento social e individual. A presença de crescimento econômico, mas sem equidade, e os avanços democráticos ocorridos como a extensão do voto e competição política, mas sem o desenvolvimento de uma cidadania plena, continua a promover a formação de uma cultura política híbrida.

Uma cultura política híbrida é aquela na qual caminham lado a lado avanços em determinadas dimensões enquanto que em outras permanecem traços do passado. Os valores de uma configuração desse tipo são ambíguos e ambivalentes. É o caso do brasileiro aderir à democracia como valor, mas recusar ou desconfiar de instituições centrais desse modelo, como partidos e o Congresso Nacional. Ou ainda, quando em alguns casos se inclinam a um maior apoio a um regime de exceção ou no apoio a um líder com super poder como já indicado anteriormente no gráfico 5. De acordo com Baquero,

não se trata de um determinismo histórico ou cultural, mas sim da influência de um legado que incide na forma como os valores e crenças internalizados pelas pessoas afetam a qualidade da democracia de um país. Se esses valores e normas são negativos a possibilidade de substituir uma ordem social é remota, pois os valores e crenças são o fundamento da institucionalidade democrática (BAQUERO, 2003, p. 98).

Para chegar a um conceito de cultura política que se adequasse à realidade latino-americana e, portanto, brasileira, Castro (2014) incorporou à sua análise elementos de natureza econômica e social. No estudo que envolveu a Argentina, Brasil e Chile, o autor chegou ao entendimento de que um conceito válido para a América Latina deve levar em conta as particularidades de formação histórica do

Estado e da Sociedade. Atitudes como moderação e consenso podem não estar presentes em sociedades extremamente desiguais e divididas. Portanto,

Em um ambiente de profunda e crescente desigualdade, a cultura política que se configura é fragmentada, o que significa dizer que as pessoas não entendem que os seus problemas individuais se confundem com os problemas sociais e, ao mesmo tempo, não relacionam os fenômenos macropolíticos com sua realidade cotidiana. Desta forma, se explica como pode haver tão altos índices de apoio às reformas estruturais ditas neoliberais, quando, ao mesmo tempo, as pessoas veem a sua situação de vida se degradar a cada dia (CASTRO, 2014, p. 123).

A tabela 3 traz o Índice de Gini²⁹ entre os 10 países mais desiguais do mundo. A construção do índice depende de variadas fontes de informações de agências governamentais nacionais e internacionais, portanto, nem todos os países disponibilizam dados anuais. Quanto mais próximo de 1, mais concentrada é a renda, portanto, mais desigual é o país e, ao contrário, quanto mais próximo de 0, menos desigual é o país.

Tabela 3
Índice de Gini: os dez países mais desiguais

Classificação	País	Valor	Ano
1	<u>África do Sul</u>	0,634	2011
2	<u>Namíbia</u>	0,610	2009
3	<u>Botsuana</u>	0,605	2009
4	<u>Suriname</u>	0,576	1999
5	<u>Zâmbia</u>	0,571	2015
6	<u>República Centro-Africana</u>	0,562	2008
7	<u>Lesoto</u>	0,542	2010
8	<u>Belize</u>	0,533	1999
9	<u>Suazilândia</u>	0,515	2009
10	<u>Brasil</u>	0,513	2015

Fonte: World Bank e Index Mundi.

Em 1989, quando o Brasil voltou a escolher, em eleições livres e diretas, seus representantes, tanto no executivo, quanto no legislativo, o índice era de 0,633, similar ao que hoje apresenta a África do Sul, o país com renda mais concentrada e

²⁹ O Índice de Gini mede a concentração de renda e a desigualdade de um determinado país. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.GINI?end=2015&locations=BR&start=1981>. Acesso em 23 de fev. 2019.

desigual do mundo. A estabilização monetária teve um papel central nessa trajetória, pois quem mais sofre perdas com a escalada inflacionária são as pessoas de menor renda. Mesmo assim, há um longo caminho a ser percorrido para reduzir a desigualdade brasileira e desenvolver uma cidadania plena, que promova a ampliação das liberdades denominadas por Sen (2000), de substantivas, pois traduzem escolhas feitas em contexto de amplos direitos e deveres muito bem delimitados.

Em um ambiente de extrema desigualdade e escassez material faz sentido o argumento de que a trajetória para valores pós-materialistas no Brasil seja um longo caminho³⁰. Entre as regiões brasileiras também é grande a discrepância da renda. A tabela 4 revela o grau de desigualdade presente entre os Estados brasileiros. A leitura tem a mesma interpretação da tabela anterior, ou seja, quanto mais próximo de 1, mais concentrada é a renda, portanto, mais desigual é o Estado e, ao contrário, quanto mais próximo de 0, menos desigual é o Estado.

³⁰ Relatório da Oxfam Brasil revelou que o país recuou uma posição e hoje é o 9º mais desigual. Disponível em: https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/relatorio_desigualdade_2018_pais_estagnado_digital.pdf. Acesso em: 23 de fev. 2019.

Tabela 4
Índice de Gini: Estados brasileiros (2016)

Estados brasileiros	Valor
Acre	0,575
Amazonas	0,572
Roraima	0,547
Pará	0,531
Amapá	0,560
Tocantins	0,498
Maranhão	0,528
Piauí	0,546
Ceará	0,553
Rio Grande do Norte	0,558
Paraíba	0,540
Pernambuco	0,578
Alagoas	0,526
Sergipe	0,572
Bahia	0,548
Mato Grosso do Sul	0,481
Mato Grosso	0,457
Goiás	0,474
Distrito Federal	0,583
Minas Gerais	0,504
Espírito Santo	0,513
Rio de Janeiro	0,524
São Paulo	0,541
Paraná	0,485
Santa Catarina	0,429
Rio Grande do Sul	0,486

Fonte: Nexo e IBGE (PNAD 2016).

Estados como Santa Catarina e Paraná são os que apresentam uma renda menos concentrada, portanto, desigualdade menor. Estados como Pernambuco, Acre e o Distrito Federal são os que apresentam maior concentração de renda. O Brasil não só apresenta uma das maiores concentrações de renda, como mostrou a tabela 3, mas também é um país bastante desigual quando comparada suas regiões e estados. O maior contraste se encontra entre o Estado de Santa Catarina e o Distrito Federal, o primeiro apresenta um índice de Gini similar ao da Argentina em 2014 (0,427) e dos Estados Unidos em 2013 (0,410), enquanto que o segundo apresenta um quadro pior que o da Zâmbia em 2015 (0,571).

Nem todos os estudos incorporaram ou adaptaram a teoria do pós-materialismo. Embora haja quem defenda que a presença de tais valores ocorre,

mesmo que de forma lenta (RIBEIRO, 2008) e daqueles que adaptem e apontem para a consideração da presença de elementos histórico-estruturais travando esse avanço (BAQUERO, 2003, 2008; CASTRO, 2014), há quem refute até mesmo a relação existente entre cultura política e democracia. Tais análises partem, na maioria das vezes, de visões do campo institucionalista.

Przeworski, Cheibub e Limongi (2003) partem do pressuposto de que fatores econômicos e de desempenho institucional são suficientes para explicar o apoio e a dinâmica do funcionamento democrático. No desenho do modelo os autores destacam três predições empíricas: (1) a persistência de uma democracia está relacionada a riqueza (argumento lipsetniano³¹); (2) persistência de uma democracia depende da pluralidade da competição política (argumento dahlsiano³²); (3) em países pobres a democracia será subvertida pelos ocupantes de cargos no próprio governo, enquanto que em países de renda média a democracia será subvertida por “outsiders”, e em países com renda alta a democracia terá o apoio tanto dos ganhadores quanto dos perdedores. Argumentam ainda que,

embora a intuição de que a cultura importa para a viabilidade de instituições democráticas tenha raízes na nossa experiência cotidiana, não nos deveria surpreender que as evidências em favor das concepções culturalistas sejam tão fracas. Comparações históricas de tradições culturais não conseguem especificar os mecanismos causais em que elementos culturais desempenhariam um papel na explicação. As mesmas questões são respondidas de forma diferentes de uma sociedade a outra, mas isto não é evidência suficiente para postular um papel causal para a cultura. Por sua vez evidências estatísticas em favor de explicações não culturalistas da estabilidade de instituições democráticas parecem fortes (PRZEWORSKI; CHEIBUB; LIMONGI, 2003, p. 32).

A argumentação acima da linha institucionalista é incapaz de reconhecer que o papel da cultura política é imprescindível não somente para o apoio de massas, mas também para o desempenho institucional. É impossível sustentar tal argumentação diante de casos como o da Índia, país com baixa renda e com democracia, e da Arábia Saudita, renda alta, mas sem democracia. Estes casos não

³¹ O argumento pioneiro é de Seymour Martin Lipset (1959), *Some Social Requisites of democracy: economic development na political legitimacy*, onde defende a tese da presença de uma renda per capita mínima para o estabelecimento e apoio à democracia.

³² Robert A. Dahl (2012) é quem defende que uma poliarquia seja definida pela presença da competição e participação ampla, além de outros elementos como liberdade de associação e fontes alternativas de informação. Outra definição nessa linha é a de Joseph A. Schumpeter (2017), competição livre x voto livre.

constituem exceções, bastando sim, observar o efeito que a cultura e a religião têm em cada um. Como argumentam Hoffmann e Linhares (2017), a variável cultural é central para compreender não somente a democratização, mas também o apoio ao regime em todas as suas dimensões.

A cultura política brasileira não pode ser entendida como alheia à mudança nos valores nem sendo interpretada na trajetória unilinear proposta pela tese pioneira do pós-materialismo, para os países europeus do pós-guerra. Também não é o caso de reclamar a visão do relativismo cultural (SHWEDER, 2002; EDGERTON, 2002). Como observa Geertz (1978), o homem é um animal preso a uma teia de símbolos significantes que ele próprio construiu e continua a fazê-lo. Atitudes, aspirações, percepções e os mais variados tipos de comportamentos são condicionados por essa teia. Isso, no entanto, não quer dizer que ela não se transforme ao longo do tempo e diante de diferentes contextos. É por esta razão que a confiança política deve ser entendida dentro da estrutura lógica que a considera, oriunda tanto da trajetória cultural, quanto das experiências práticas institucionais em cruzamento com as premissas normativas.

No caso brasileiro, alguns desses significados e traços podem ser buscados através dos instrumentos de pesquisas quantitativas e qualitativas. A Pesquisa Social Brasileira (PESB) de 2002 destacou alguns traços sociais estruturais como o chamado jeitinho brasileiro, autoritarismo, estatismo, religiosidade, fatalismo e racismo (ALMEIDA, 2007). Eles compõem a bagagem cultural do brasileiro e sugerem que devem ser levados em conta quando se analisa diferentes níveis de apoio. Ao contrário do que alguns estudos já listados apontam, diferentes graus de apoio também são resultados dos estoques de confiança que a matriz cultural apresenta.

Algumas considerações sobre a teoria da mudança nos valores devem ser feitas: (1) a primeira é a de que não há linearidade presente nessa trajetória; (2) e que também a consideração do que deva ser valores materialistas e valores pós-materialistas é uma escolha com bagagem suficientemente normativa; (3) e a normatividade presente na composição do bojo da caracterização materialista e pós-materialista condicionam as pesquisas do campo; (4) por fim não há como deixar de classificar os valores presentes nestas caracterizações como atrasados x modernos, protestantes x o resto, ocidente x oriente. Estas considerações não vão de encontro

à capacidade explicativa dessa teoria, mas revela que por trás de toda a epistemologia até aqui desenvolvida em um campo bem consolidado, há um eixo central normativo.

Inglehart (1988) considerou não haver uma via de “mão única” para a evolução cultural, ou seja, o próprio autor ressaltou que os caminhos muitas vezes são tortuosos, cheios de buracos e que muitas vezes pode haver uma regressão. É o que traz agora a tese do *backlash*, argumentando haver uma perda identitária, aumento do sentimento de insegurança material e a abertura para discursos de natureza populista-autoritário. A tese do *backlash* põe em xeque outra muito disseminada nos círculos acadêmicos: a dos cidadãos críticos. As pessoas podem não estar se tornando mais críticos, mas sim, mais insatisfeitos com o desempenho de suas democracias.

Cidadãos de democracias consolidadas podem estar sentindo o que os brasileiros já sentem há muito tempo: ausência ou incapacidade do Estado diante de problemas cada vez mais complexos; percepção de incapacidade institucional, com foco nas instituições representativas que não mais conseguem canalizar as aspirações e demandas de uma sociedade em plena transformação. O fato indiscutível é que estas mesmas instituições se afastam cada vez mais daquele contexto que as originaram, e o caso se agrava quando se percebe o aumento do abismo que a penetração das novas mídias sociais provoca.

Em sociedades como a brasileira, no entanto, o efeito pode ser devastador. Um país materialmente mal resolvido, ou seja, extremamente desigual, que carrega em sua bagagem traços patrimonialistas, clientelistas, e personalistas; fatores que, quando somados à revolução nos meios de comunicação com o advento das redes sociais podem vir a ter um apoio político de natureza conflituosa e com uma instabilidade permanente. O apoio difuso dado pela adesão ao regime pode se tornar mais vacilante, e em casos onde a erosão do apoio específico seja ampla, pode abrir espaços para práticas democráticas distorcidas, ou o que é mais grave, para uma ruptura de regime. A seguir serão abordados tais desafios para a democracia brasileira.

6.3 Desafios da Democracia Brasileira à Legitimidade

A análise realizada mostra que os desafios da democracia brasileira para manter e ampliar sua legitimidade são grandes. A mera adesão à democracia por parte dos brasileiros não deve ser tomada como garantia de manutenção ou mesmo estabilidade do regime. Como revela o gráfico 2, houve uma queda brusca entre aqueles que “preferem a democracia” de 54% para 43% entre 2015 e 2017. Quando somados os índices dos “ambivalentes” e dos “autoritários” chega-se aos mesmos 43%. Os números deixam claro que, assim como os assumidamente autoritários, os ambivalentes cresceram e carregam os mesmos sentimentos, ou seja, acreditam que a resposta autoritária³³ em algumas circunstâncias é o melhor a se fazer.

A “saída pela porta da frente” dos militares e o respaldo dado por estes ao governo de José Sarney, além da falta de punição às inúmeras violações e crimes cometidos pela Ditadura Militar são alguns dos elementos que contribuíram para que esta instituição hoje retenha uma das mais altas taxas de confiança por parte dos brasileiros. A volta ao cenário principal do poder político nacional vem ocorrendo com a eleição e governo de Jair Bolsonaro, do PSL, onde expressiva parcela das pastas ministeriais é comandada por militares. Há ainda uma força política em curso na tentativa de rever a historiografia³⁴ oficial sobre o papel dos militares no Golpe Civil-Militar de 64³⁵, que além de dar a esta instituição o papel central, também pretende atribuir-lhe as características de “mocinhos”.

O fracasso brasileiro em aprender e tentar superar o difícil período que marcou a Ditadura Militar (1964 – 1985) — seja por falta de punição, seja pela falta de uma educação de reconhecimento dos arbítrios desse período, ou ainda, a ausência da consciência sobre as consequências que a supressão da liberdade de expressão e direitos políticos causaram à sociedade — são visíveis hoje. Este talvez seja o maior desafio à legitimidade da democracia brasileira: o de não conseguir

³³ Ver nota 10.

³⁴ A penetração dessa força política pela revisão historiográfica chegou ao Supremo Tribunal Federal (STF), onde seu presidente Dias Toffoli chamou o Golpe de “Movimento”. Disponível em: <https://istoe.com.br/o-golpe-da-ditadura-que-dias-toffoli-chama-de-movimento/>. Acesso em: 24 de fev. 2019.

³⁵ No dia 25 de março de 2019, o Porta Voz do Planalto Otávio do Rêgo Barros disse que Jair Bolsonaro determinou para que quartéis façam as “comemorações devidas” ao Golpe de 1964. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/porta-voz/2019/declaracao-a-imprensa-do-senhor-porta-voz-general-otavio-rego-barros-brasilia-df-25-de-marco-de-2019-brasilia-df>. Acesso em 27 de mar. 2019.

deixar para trás o eterno fantasma de que respostas autoritárias são plausíveis diante de conjunturas críticas. Esta é uma peculiaridade da cultura brasileira que se fortalece a cada dia.

Outro desafio é o apresentado como objeto central desse estudo. A confiança nas instituições políticas tem declinado consistentemente na maioria das democracias e o alvo são as instituições centrais do modelo de democracia liberal: partidos políticos e parlamentos. A arquitetura institucional da democracia liberal tem se mostrado limitada em acompanhar as transformações sociais, e não têm conseguido dar respostas a demandas e aspirações cada vez mais complexas. Estas, por sua vez, vêm encontrando vazão pelos novos canais de mídias sociais que pressionam pela eficiência institucional, mas também provocam distúrbios no processo político. Conforme verificado na parte empírica deste trabalho, os cidadãos brasileiros se sentem cada vez menos representados pelos partidos políticos, parlamentos e vem tendo motivos para desconfiar da Justiça, do Estado e dos governos nacionais.

A representação tem berço aristocrático e, mesmo se considerarmos os partidos de massa, há um contínuo processo de oligarquização em seu interior que os afasta de sua base social (MICHELS, 2001; DUVERGER, 1970). A realidade atual tem mostrado que são também os menos preparados a dominar as novas ferramentas de mídias. No Brasil, os partidos estaduais durante a República Velha tinham as conotações de suas elites regionais e partidos de “classe” só aparecem com Getúlio Vargas e a extensão do voto, primeiramente no Partido Social Democrático (PSD) e, depois, com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) em um processo de perda de terreno e dispersão eleitoral ocorrido com a entrada deste segundo na arena eleitoral (SOUZA, 1983). Contemporaneamente, o Partido dos Trabalhadores (PT) é o que retém a maior identificação entre os brasileiros bem como a maior rejeição também.

Como defendido, a confiança política é um produto tanto da cultura quanto das experiências práticas com o funcionamento normativo institucional. Portanto, se instituições como os partidos políticos não são reconhecidos, como depositários de confiança entre os brasileiros, é porque, ou não são originários de clivagens sociais existentes ou não vêm desempenhando papel relativo às suas funções normativas. O primeiro caso pode acontecer por haver defasagem em relação a contextos

sociais e econômicos muito distintos dos quais surgiram. Este parece ser o caso de muitos partidos de base “trabalhista”, que estão perplexos frente a uma realidade em rápida transformação, tanto com o advento tanto da revolução tecnológica quanto do aumento da fragilidade e deslocamento da mão de obra no capitalismo avançado³⁶. O segundo reflete transgressões como envolvimento em casos de corrupção, desalinhamento ideológico, ou ainda a percepção de fraco desempenho frente à base eleitoral.

É difícil sustentar que a representação partidária — apesar da contínua erosão de confiança — irá desaparecer como sustentaram alguns teóricos (MANIN, 1995)³⁷, pois com o desenvolvimento das sociedades complexas fica mais patente ainda a necessidade dessa mediação. No entanto, e ao mesmo tempo, tecnologias como a novas mídias e redes sociais estão descortinando as barreiras da hierarquia e os bastidores existentes entre a origem do poder representado pelo voto e as decisões de poder tomadas pelos representantes. As novas ferramentas de comunicação têm exposto todo o processo de formação e tomada de decisões por parte dos representantes e levadas a um público cada vez mais amplo de cidadãos. É normal que haja um conflito normativo quando a percepção do cidadão subentenda que não esteja havendo sinergia entre partidos, lideranças, ideologias e tomadas de decisões, ou seja, a prática institucional e com o que dela se espera.

O argumento originário de Easton (op. cit.) de que o sistema — e aqui parte dele considerando sua natureza multidimensional — deva ser capaz de gerar a crença em seu funcionamento permanece válido para a análise do funcionamento atual da democracia, como também de suas instituições. Quando parte desse complexo sistema deixa de fomentar a crença e a esperança em seu funcionamento a perda da legitimidade pode levar a uma renovação institucional. Como retrata a afirmação de Inglehart (op. cit.) quando as pessoas estão insatisfeitas com a política trocam-se os partidos e os políticos, mas quando elas tornam-se insatisfeitas com suas vidas é o regime que pode vir a ser mudado.

³⁶ Aqui o esforço é pensar as dificuldades da representação diante dos constantes deslocamentos da mão de obra no capitalismo avançado. Naturalmente as perdas mais significativas recaem sobre os partidos de natureza “trabalhista”. Tony Blair procurou liderar essa mudança em seu partido na Inglaterra, em certa medida, mal sucedida. No Brasil, parece não existir essa consciência de mudança entre os partidos com esta base.

³⁷ Justiça seja feita, Manin (2013) reconsiderou sua análise sobre o desaparecimento do poder dos partidos políticos.

Para o Brasil, os maiores desafios à legitimidade democrática podem ser pensados a partir dos eixos centrais já apresentados: resiliência de traços patrimonialistas, clientelistas e personalistas que afetam o desempenho institucional e, portanto, a capacidade de Estado; e a evolução nos valores, implicada ao encontro da revolução tecnológica dos meios de comunicação e ascensão das novas mídias sociais. Estes desafios podem ser considerados como principais, uma vez que têm trazido implicações importantes para a natureza da adesão, dos altos índices de insatisfação com o desempenho da democracia, e do contínuo declínio da confiança nas instituições políticas brasileiras.

Frustrações e desilusões com o regime ocorrem por causa de um fraco desempenho institucional, e este é diretamente afetado por práticas patrimonialistas e clientelísticas. Em ambos os casos, obviamente, se está tratando da percepção de desempenho e do quanto tais práticas prejudicam os resultados democráticos. Quando estes fatores se somam à ampliação da visibilidade das arenas de processos públicos e da competição política pelas novas mídias, o resultado é maior desconfiança, mais crítica e um apoio vacilante em todas as dimensões. Quando a erosão do apoio é crítica, os choques se deslocam para a dimensão procedimental, ou seja, a arquitetura institucional.

Levitsky e Ziblatt (2018) argumentam que a democracia é um regime que necessita de boas camadas de reserva institucional para absorver os ataques daqueles que estão de fora desse sistema, caso contrário o conflito se torna intra-institucional, com boas chances de rápida erosão das normas, afetando a crença no seu funcionamento e em sua capacidade de gerar resultados satisfatórios para a resolução da vida em comunidade.

Acontece que quando o conflito se torna intra-institucional é porque ele já deixou de fomentar a crença no seu funcionamento e não o contrário. O argumento de Levitsky e Ziblatt (op. cit.), nesse caso, deve ser compreendido de forma invertida. Um regime que possua a crença compartilhada entre seus cidadãos de que seu funcionamento é bom para suas vidas provoca legitimidade suficiente para não deixar que choques institucionais aconteçam, pois constituem a própria “reserva” institucional que os autores insistem em assim chamar. No caso do regime brasileiro os choques já acontecem por causa de um apoio cada vez mais vacilante,

pelo menos nas dimensões da confiança institucional e da satisfação como exposto por este trabalho.

7 Considerações Finais

A confiança política é um fenômeno complexo. É cada vez mais difícil explicar a queda da confiança nas instituições políticas apenas por desilusão e frustração com os resultados do regime ou pela ascensão de uma cidadania mais crítica, ou ainda, simplesmente pelo desempenho econômico. Este último fator, aliás, constitui uma tentação causal central ainda muito presente no campo institucionalista. Este trabalho argumenta que ele contribui, mas não pode ser tomado como única causa.

O problema de pesquisa apresentado por este estudo foi o de investigar quais eram os elementos que contribuem para o declínio da confiança política nas instituições políticas brasileiras no período 1995 a 2017, entendendo que o processo de formação e de desagregação da confiança institucional deve ser analisado com enfoque a partir de diferentes elementos. Para este desafio a hipótese trouxe a orientação de que a queda de confiança devia ser analisada a partir de três enfoques: ilusões e frustrações com a democracia; baixa capacidade do Estado; e a mudança nos valores. O pressuposto trazido, portanto, era o de que estes três fatores coadunavam-se para justificar o declínio da confiança dos brasileiros em suas instituições políticas.

Assim como quase todos os governos apresentam consumição após algum tempo de atuação, o regime também pode vir a apresentar desgastes. Tomando como base de análise o caráter multidimensional do apoio, tais desgastes, no entanto, são direcionados para dimensões mais específicas do sistema político, como satisfação com o funcionamento do regime, confiança nas instituições representativas e em lideranças políticas. Os dados analisados relativos a estas dimensões trouxeram isso, uma satisfatória adesão ao regime, mas uma crescente insatisfação com o funcionamento da democracia e uma queda da confiança nas instituições políticas entre os brasileiros no período 1995 a 2017.

Se os brasileiros estão insatisfeitos com os resultados gerados pelo regime democrático, também estão frustrados, pois a expectativa de que as instituições respondessem de forma satisfatória com suas orientações normativas é algo que não está ocorrendo. Quer dizer, grande parcela dos brasileiros sentem que os partidos políticos não os representam e que o Congresso Nacional não aprova leis em benefício do país, mas sim que agem em causa própria. Como trazido por este trabalho, a confiança política do brasileiro é um reflexo, em grande medida, da sua

cultura e da avaliação que fazem das instituições. Se a cultura revela que níveis altos de confiança se concentram apenas em sua família e que ele faz uma avaliação negativa do funcionamento normativo das instituições, o resultado só pode ser menor confiança.

A capacidade de Estado, como apontado, também foi encarada como outro elemento contributivo. O processo de colonização do Brasil por Portugal, um dos Estados mais fortes da Europa de então e com uma política mercantilista robusta, gerou sentimentos de uma terra fácil a ser explorada. Mesmo depois de decorrido cinco séculos, a mentalidade de apropriação de riqueza fácil por meio da máquina pública ainda é muito forte. Qualquer parte do Estado é visto como um instrumento para extração da riqueza da nação para fins privados. Como verificado, os índices dos elementos analisados na escala de patrimonialismo são altos, ou seja, roubos de executivos, roubos do setor público e corrupção judicial permanecem como práticas corriqueiras. O patrimonialismo permanece um traço interveniente do sistema político brasileiro, e contribui para a disseminação da descrença em todos os níveis da engrenagem do sistema político, levando a generalizações de que “todos roubam” ou que nada acontece sem o devido suborno a autoridades.

Mas a capacidade do Estado não pode ser dissociada da análise histórico-estrutural da sociedade. Se a prática patrimonialista é sistêmica, é porque existe uma cultura do patrimonialismo. Como descrito, o processo de formação da sociedade brasileira se deu verticalmente, ou seja, a partir do Estado, e é esse motivo que vem desenvolvendo lógicas próprias de navegação e sobrevivência. Como verificado, corrupção envolvendo atividades legislativas, trocas corruptas no setor público, práticas de suborno envolvendo o executivo estão entre os elementos de clientelismo presentes na política brasileira. Práticas clientelísticas, no entanto, não acontecem somente no campo da política envolvendo apenas os políticos. Diante de uma frágil cidadania, cidadãos acreditam que tendem a ganhar negociando votos, cargos, apoio, ou mesmo vendendo lugares em filas. Uma cidadania fragilizada reflete uma sociedade desempoderada, portanto, com menos força para cobrar por instituições mais responsivas e com isso pressionar pelo aumento da capacidade de Estado.

Por outro lado, outro elemento contributivo para a queda da confiança nas instituições políticas brasileiras que não pode ser negligenciado é o da mudança nos

valores. Não num caminho unilinear como deu a entender a teoria do pós-materialismo, mas sim ocorrendo com diferentes movimentos, em diferentes países, e com níveis de evolução muito distintos. Um país longe de estar materialmente resolvido, como o Brasil, pode apresentar valores pós-materialistas dado ao constante processo de integração cultural ocorrido nos últimos anos. Muito desse processo se deve a revolução tecnológica nos meios de comunicação, com o protagonismo cada vez maior das novas mídias e redes sociais.

As redes sociais não são as únicas causas da crise de confiança nas instituições políticas, nem da crise do modelo liberal de democracia, mas têm contribuído fortemente para isso. Elas vêm quebrando pouco a pouco a autoridade de lideranças políticas constituídas em postos de governo e provocado o declínio da legitimidade de tais funções e instituições. Confia-se cada vez menos em partidos políticos e parlamentos, uma vez que a amplitude da visibilidade de suas funções normativas se chocam com a efetividade das práticas. No Brasil tal cenário tem levado a uma banalização da função política em benefício de movimentos antissistemas e lideranças outsiders. Em um cenário como este, o campo da política perde sua autonomia, sucumbe à desconfiança generalizada em suas instituições e lideranças, e acaba contribuindo para a permanência de um regime instável.

Este trabalho argumenta que estes elementos devem estar concatenados para melhor compreender o fenômeno do declínio da confiança nas instituições políticas brasileiras. É verdade que há desilusão e frustração com o regime, mas também é fato que traços patrimonialistas e clientelistas prejudicam a capacidade de Estado, bem como estes elementos não podem ser analisados dissociados de um contexto de movimentação nos valores, que é impactado fortemente pela revolução tecnológica dos meios de comunicação com a ascensão das novas mídias digitais e redes sociais. A validação da hipótese apresentada deve ser acolhida não integralmente. Como o recorte empírico se valeu de diferentes fontes para verificar as dimensões que representavam a hipótese, não foi possível análises de relações entre variáveis com predições claras de determinância. Todavia, quando cada elemento contributivo é analisado em separado sua validação se verifica.

O principal entrave enfrentado por este estudo é o reconhecido pela desconversa entre as agendas de pesquisas. Capacidade do Estado é uma variável objetiva, tomada por pesquisas do campo institucionalista, enquanto que

percepções, atitudes e comportamentos recaem sobre a agenda comportamentalista, ou seja, da cultura política. É preciso um maior diálogo para integração dos métodos que cada agenda apresenta em benefício da criação de indicadores objetivos e subjetivos mais apurados, o que sem dúvida contribuirá para pesquisas mais robustas. Há um bom tempo, Max Weber chamou a atenção para a aplicação de um enfoque pluricausal nos estudos sobre os fenômenos sociais. É dessa forma que fenômenos complexos, como o da confiança política, devem ser encarados.

Novos desafios objetivos recaem sobre o papel desempenhado pelas redes sociais na legitimidade do sistema político. Se neste trabalho a argumentação foi de que elas contribuem para a queda da hierarquia, portanto menor legitimidade de autoridades e instituições, qual será seu impacto a médio e longo prazo em dimensões mais difusas da democracia, como adesão ao regime? Este impacto será maior em coortes geracionais mais novas? E elas, de fato, contribuem para uma maior polarização da política? Em que medida as reações aos avanços culturais entre diferentes coortes geracionais podem encontrar nas novas mídias instrumentos causadores de um colapso democrático? Em todos estes questionamentos a análise do tipo de cultura política presente será imprescindível.

O grande desafio para a democracia brasileira, neste momento, é voltar a fomentar a crença em todas as dimensões do sistema. O retorno de níveis substanciais de confiança nas instituições políticas vem a contribuir para uma melhor coordenação social pelo regime. Diante de uma realidade desafiadora, com problemas cada vez mais complexos, confiar é cooperar para que respostas sejam dadas da forma mais eficaz possível pelo sistema para os dilemas sociais. Nenhum sistema perdura sem crença, nenhum regime evolui e se consolida sem níveis mínimos de apoio. Instituições perdem legitimidade quando as pessoas deixam de nelas acreditar.

A trajetória brasileira do declínio da confiança nas instituições políticas é sombria, a insatisfação é crescente, a capacidade do Estado apresenta problemas, e as novas mídias estão minando as fontes de autoridade e legitimidade. Todavia, de modo algum pode ser classificada como insuperável. Práticas institucionais mais responsivas e a promoção de uma cultura política de confiança, cooperação e solidariedade devem ser estimuladas através da defesa e implementação de uma

cidadania efetiva. Dessa forma, o primeiro passo para reverter o quadro de descrença generalizada será dado.

Referências

ABRANCHES, Sérgio Henrique Hudson de. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. *Revista de Ciências Sociais*, v. 31, n. 1, p. 5-34, 1988.

ALMEIDA, Alberto C. *A Cabeça do Brasileiro*. Rio de Janeiro: Record, 2007.

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Princeton: Princeton University Press, 1966.

BANFIELD, Edward C. *The Moral Basis of a Backward Society*. Glencoe: The Free Press, 1958.

BAQUERO, Marcello. *A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina*. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 2000.

_____. *Cultura política participativa e desconsolidação democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo*. *São Paulo em Perspectiva*, v. 15, n. 4, p. 98-104, 2001.

_____. *Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil*. *Revista de Sociologia e Política*, n. 21, p. 83-88, nov., 2003.

_____. *Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil*. *Opinião Pública*, v. 14, n. 2, p. 380-413, nov., 2008.

_____. *Qual democracia para a América Latina?: capital social e empoderamento são a resposta?*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.

_____. *Corruption, political culture and negative social capital in Brazil*. *Revista Debates*, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 139-157, 2015.

_____; LINHARES, Bianca de Freitas. *Por que os brasileiros não confiam nos partidos? Bases para compreender a cultura política (anti)partidária e possíveis saídas*. *Revista Debates*, v. 5, n. 1, p. 89-114, jan.-jun., 2011.

_____; PRÁ, Jussara, Reis. *A Democracia brasileira e a cultura política no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

BAUMAN, Zygmund. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BIZZARRO, Fernando; COPPEDGE, Michael. *Variedades de democracia no Brasil*. *Opinião Pública*, v. 23, n. 1, p. 1-42, abr., 2017.

BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BOURDIEU, Pierre. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.

_____. Sobre a televisão. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

_____. Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

_____. Sobre o Estado. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

CAROTHERS, Thomas. The end of the transition paradigm. *Journal of Democracy*, v. 13, n. 1, 2002.

CARR, Nicholas. Is google making us stuping?: what the internet is doing to our brains. 2008. The Atlantic. Disponível em: <https://www.theatlantic.com/magazine/archive/2008/07/is-google-making-us-stupid/306868/>. Acesso em: 21/02/2019.

_____. How social media is ruining politics. 2015. Politico. Disponível em: <https://www.politico.com/magazine/story/2015/09/2016-election-social-media-ruining-politics-213104?paginate=false>. Acesso em: 21/02/2019.

_____. Why Trump tweets (and why we listen). 2018. Politico. Disponível em: <https://www.politico.com/magazine/story/2018/01/26/donald-trump-twitter-addiction-216530>. Acesso em: 21/02/2019.

CASTELLS, Manuel. Ruptura: a crise da democracia liberal. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

CASTRO, Henrique carlos de Oliveira de. Cultura política comparada: Brasil, Argentina e Chile. Brasília: Verbena, 2014.

CATTERBERG, G; MORENO, A. The individual bases of political trust: trends in new and established democracies. *International Journal of Public Opinion Research*, Oxford, v. 18, n. 1, p. 31-48, 2005.

COHN, Gabriel. Persistente enigma. In: FAORO, Raymundo. Os Donos do poder: formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2012.

Consórcio Latinobarômetro. Disponível em: <http://www.latinobarometro.org/lat.jsp>. Acesso em: 06 mar. 2019.

DAHL, Robert A. Poliarquia: participação e oposição. São Paulo: Edusp, 2012.

_____. Sobre a democracia. Brasília: Universidade de Brasília, 2016.

DAMATTA, Roberto. Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DEIBERT, Ronald J. The road to digital unfreedom: three painful truths about social media. *Journal of Democracy*, v. 30, n. 1, p. 25 - 39, jan., 2019.

DIAMOND, Larry. O espírito da democracia: a luta pela construção de sociedades livres em todo o mundo. Curitiba: Instituto Atuação, 2015.

_____. Para entender a democracia. Curitiba: Instituto Atuação, 2017.

_____; GREEN, Emily C.; GALLERY, William. Como medir a democracia. In: DIAMOND, Larry. Para entender a democracia. Curitiba: Instituto Atuação, 2017.

Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. Confiar. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/confiar>. Acesso em: 24 de mar. de 2019.

DUVERGER, Maurice. Os partidos políticos. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

EASTON, David. An approach to the analysis of political systems. *World Politics*. v. 9, n. 3, p. 383-400, apr., 1957.

_____. Uma teoria de análise política. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

_____. A re-assessment of the concept of political support. *British Journal of Political Science*, v. 5, n. 4, p. 435 - 457, oct. 1975.

_____. A crença na legitimidade. In: Curso de introdução à Ciência Política. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.

EDGERTON, Robert B. Crenças e práticas tradicionais: algumas são melhores do que as outras?. In: HARRISON, Lawrence E.; HUNTINGTON, Samuel P. (Orgs.). *A Cultura importa*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

FAORO, Raymundo. Os Donos do poder: formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2012.

FREYRE, Gilberto. Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2003.

FUKS, Mario; CASALECCHI, Gabriel Avila; GONÇALVES, Guilherme Quaresma; DAVID, Flávia Felizardo. Qualificando a adesão à democracia. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 19, jan-abr, p. 199 - 2019, 2016.

FUKUYAMA, Francis. Confiança: as virtudes sociais e a criação da prosperidade. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

_____. As origens da ordem política. Rio de Janeiro: Rocco, 2013.

_____. Why democracy is performing so poorly?. *Journal of Democracy*, v. 26 n.1, p. 11-20, 2015.

GALSTON, William A. The 2016 U.S. election: the populist moment. *Journal of Democracy*, v. 28, n. 2, p. 21 - 33, apr., 2017.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GUGLIANO, Alfredo Alejandro. Apontamentos sobre o conceito de qualidade da democracia. *Revista Debates*, v. 7, n. 1, p. 229 - 293, jan.-abr., 2013.

HART, Michael, H. *As 100 maiores personalidades da história: uma classificação das pessoas que mais influenciaram a história*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002.

HOFFMANN, Fábio; SANTOS, Everton, Rodrigo. Apoio ao sistema político brasileiro e a qualidade da democracia. *Direito e Democracia*, v. 17, n. 1, p. 64-81, jan.-jun., 2016.

_____; LINHARES, Bianca de Freitas. O papel da cultura política no processo de democratização. *Diálogo*, n. 36, p. 55-65, 2017.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963.

HUBERMAN, Leo. *História da riqueza do homem*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

HUNTINGTON, Samuel P.. *A Terceira Onda: a democratização no final do século XX*. São Paulo: Ática, 1994.

IBOPE. Índice de confiança social. Disponível em: http://www.ibopeinteligencia.com/arquivos/JOB%2018_0741_ICS_Apresenta%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 10 fev. de 2019.

INGLEHART, Ronald. The silent revolution in Europe: intergenerational change in post-industrial societies. *American Political Science Review*, vol. 65, n. 4, p. 991-1017, dec., 1971.

_____. The renaissance of political culture. *American Political Science Review*, vol. 82, n. 4, p. 1203-1230, dec., 1988.

_____. Democratização em perspectiva global. *Opinião Pública*, Campinas, v. 1, n. 1, p. 09-67, jul.-ago, 1993.

_____. Cultura e democracia. In: HARRISON, Lawrence E.; HUNTINGTON, Samuel P. (Orgs.). *A Cultura importa*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

_____. *Cultural evolution: people's motivations are changing, and reshaping the world*. New York: Cambridge University Press, 2018.

_____; WELZEL, Christian. *Modernização, mudança cultural e democracia: a sequência do desenvolvimento humano*. São Paulo: Francis, 2009.

_____; NORRIS, Pippa. Trump and the populist authoritarian parties: the silent revolution in reverse. *Perspectives on Politics*, v. 15, n. 2, p. 443 - 454, jun., 2017.

JENKINS, Henry. *Cultura da convergência*. São Paulo: Aleph, 2009.

LAZARSFELD, Paul; BERELSON, Bernard; GAUDET, Hazel. *The people's choice*. New York: Columbia University Press, 1944.

LE BON, Gustave. *As opiniões e as crenças*. São Paulo: Cia Brasil, 1956.

LEFORT, Claude. *A invenção democrática: os limites da dominação totalitária*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LEVITSKI, Steven. Latin America's shifting politics: democratic survival and weakness. *Journal of Democracy*, v. 29, n. 4, p. 102-113, out., 2018.

_____; ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LIPSET, Seymour Martin. Some social requisites of democracy: economic development and political legitimacy. *The American Political Review*, vol. 53, n. 1, p. 69-105, mar., 1959.

_____. *O Homem político*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

LIPOVETSKY, Gilles. *Os tempos hipermodernos*. São Paulo: Editora Barcarolla, 2004.

LYNCH, Marc. After the arab spring; how the media trashed the transitions. *Journal of Democracy*, v. 26, n. 4, p. 90 - 99, oct., 2015.

MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. In: *Revista da Anpocs*, n. 29, out., 1995.

_____. A democracia do público reconsiderada. *Novos Estudos – CEBRAP*, n. 97, p. 115-127, nov., 2013.

MASLOW, Abraham. A theory of human motivation. *Psychological Review*, v. 50, n. 4, p. 370-396, 1943.

MAZZARINO, Giulio. *Breviário dos políticos*. Rio de Janeiro: Lacerda Ed., 1997.

MENEGUELLO, Rachel. Aspectos do desempenho democrático: estudo sobre a adesão à democracia e avaliação do regime. In: MOISÉS, José Álvaro. (Org.). *Democracia e confiança: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010.

_____. As Bases do Apoio ao Regime Democrático no Brasil. In: MOISÉS, José Álvares; MENEGUELLO Raquel (Orgs). A Desconfiança Política e Seus Impactos na Qualidade da Democracia. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013.

MESQUITA, Nuno Coimbra. Mídia e apoio político à democracia no Brasil. In: MOISÉS, José Álvares; MENEGUELLO Raquel (Orgs). A Desconfiança Política e Seus Impactos na Qualidade da Democracia. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013.

MICHELS, Robert. Para uma sociologia dos partidos políticos na democracia moderna. Lisboa: Antígona, 2001.

MISHLER, William; ROSE, Richard. Five years after the fall: trajectories of support for democracy in pos-communist Europ. In: NORRIS, Pippa (Ed.). Critical citizens. Oxford UP, 1999.

MOISÉS, José Álvaro. Os brasileiros e a democracia: bases sociopolíticas da legitimidade democrática. São Paulo: Ática, 1995.

_____. (Org.). Democracia e confiança: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010.

_____. Os significados da democracia segundo os brasileiros. In: _____; MENEGUELLO, Rachel (Orgs). A Desconfiança política e os seus impactos na qualidade da democracia. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013.

_____; CARNEIRO G. P. Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime: o caso do Brasil. Opinião Pública, v. 14, n. 1, p. 1-42, jun. 2008.

_____; MENEGUELLO, Rachel (Orgs). A Desconfiança política e os seus impactos na qualidade da democracia. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013.

MORLINO, Leonardo. Teoria da Democratização, Qualidade da Democracia e Pesquisa de Opinião: ainda em “mesas separadas”? In: MOISÉS, J.A (Org.). Democracia e Confiança: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas? São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010.

NODIA, Ghia. The end of the postnational illusion. Journal of Democracy, v. 28, n. 2, p. 5 - 19, apr., 2017.

NORRIS, Pippa. The Growth of critical citizens?. In: Norris, P. (ed.). Critical citizens: global support for democratic governance. New York: Oxford University Press, 1999.

_____. A virtuous circle: political communications in postindustrial societies. New York: Cambridge University Press, 2000.

_____. Democratic deficit: critical citizens revisited. Spring: Cambridge University, 2011.

_____. Making democratic governance work: the impact of regimes on prosperity, welfare and peace. New York: Cambridge University Press, 2012.

_____; INGLEHART, Ronald. The cultural backlash: Trump, Brexit e and the rise of authoritarianism populism. New York: Cambridge University Press, 2018.

OFFE, Claus. How can we our fellow citizens?. In: WARREN, M. (Ed.) Democracy and trust. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

PHARR, Susan J.; Putnam, Robert D.; DALTON, Russell J. A quarter-century of declining confidence. Journal of Democracy, v. 11, n. 2, p. 5-25, 2000.

PRADO JR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo: colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PRZEWORSKI, Adam; CHEIBUB, José Antônio; LIMONGI, Fernando. Democracia e cultura: uma visão não culturalistas. Lua Nova, n. 58, p. 9-35, 2003.

PUTNAM, Robert D. Bowling alone: the collapse and revival of american community. New York: Touchstone Books, 2000.

_____. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. Bases da legitimidade democrática no Brasil: adesão a valores e avaliação de desempenho. Opinião Pública, v. 13, n. 1, p. 74-96, jun., 2007.

_____. Valores pós-materialistas e cultura política no Brasil. 2008. 300f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

_____. Confiança política na América Latina: evolução recente e determinantes individuais. Revista de Sociologia Política, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 167-182, jun. 2011.

SALVADOR, Frei Vicente. História do Brasil (1500 - 1627). Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013.

SANTOS, Everton Rodrigo. Democracia e desenvolvimento: desafios da sociedade gaúcha. Ijuí: Ed. Unijuí, 2013.

SARTORI, Giovanni. O que é democracia. Curitiba: Instituto Atuação, 2017.

SASSEN, Saskia. The State and globalization. Interventions, v. 5, n. 2, p. 241-248, 2003.

SCHEDLER, Andreas. Por um conceito de *accountability*. In: DIAMOND, Larry. Para entender a democracia. Curitiba: Instituto Atuação, 2017.

SCHUMPETER, Joseph A. Capitalismo, socialismo e democracia. São Paulo: Unesp, 2017.

SCHWARTZMAN, Simon. Bases do autoritarismo brasileiro. Rio de Janeiro: Campus, 1982.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SENNETT, Richard. A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SHWEDER, Richard A. Mapas morais, presunções de “primeiro mundo” e os novos evangelistas. In: HARRISON, Lawrence E.; HUNTINGTON, Samuel P. (Orgs.). A Cultura importa. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SMITH, M. Brewster. Social psychology and human values: selected essays. Chicago: Aldine Publishing, 1969.

SOUZA, Maria do Carmo C. Campello de. Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964). São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1983.

THOMPSON, John B. O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia. Petrópolis: Vozes, 2002.

TILLY, Charles. Coerção, capital e Estados europeus. São Paulo: Edusp, 1966.

_____. Democracia. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

Variedades de Democracia. Disponível em: <https://www.v-dem.net/en/analysis/analysis/>. Acesso em: 10 fev. de 2019.

WEBER, Max. A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo. 2.ed. São Paulo: Pioneira; Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1981.

_____. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

WELZEL, Christian. Freedom Rising: human empowerment and the quest for emancipation. New York: Cambridge University Press, 2013.

World Values Survey. Disponível em: <http://www.worldvaluessurvey.org/wvs.jsp>. Acesso em: 10 fev. 2019.

ANEXOS
INDICADORES DE PATRIMONIALISMO
 Fórmulas de construção

Execução pecuniária e roubo de executivos

Pergunta: execução pecuniária e roubo de executivos (C) (v2exembez)

Com que frequência os membros do executivo (o chefe de Estado, o chefe do governo e os ministros do gabinete) ou seus agentes roubam, desviam ou apropriam-se indevidamente de fundos públicos ou de outros recursos do Estado para uso pessoal ou familiar?

Respostas:

0: Constantemente. Os membros do executivo agem como se todos os recursos públicos fossem propriedade pessoal ou familiar.

1: Frequentemente Os membros do executivo são administradores responsáveis de recursos públicos selecionados, mas tratam o resto como propriedade pessoal.

2: Cerca de metade do tempo. Os membros do executivo têm a mesma probabilidade de serem administradores responsáveis de recursos públicos selecionados, assim como de tratá-los como propriedades pessoais.

3: ocasionalmente. Os membros do executivo são responsáveis pela maioria dos recursos públicos, mas tratam outros selecionados, como propriedade pessoal.

4: Nunca ou quase nunca. Os membros do executivo são quase sempre administradores responsáveis de recursos públicos e os mantêm separados da propriedade pessoal ou familiar.

Gerente de projeto (s): Jan Teorell

Escala: Ordinal, convertido em intervalo pelo modelo de medição.

Liberção de dados: 1-9.

Agregação de codificador cruzado: Modelo de medição da teoria bayesiana de resposta a itens (ver Metodologia V-Dem).

Decisão de corrupção judicial

Pergunta: decisão de corrupção judicial (C) (v2jucorrdc)

Com que frequência indivíduos ou empresas fazem pagamentos extra indocumentados ou subornos para acelerar ou atrasar o processo ou para obter uma decisão judicial favorável?

Respostas:

0:sempre.

1:geralmente.

2:Cerca de metade do tempo.

3:normalmente não.

4: nunca.

Gerente de projeto (s): Jeffrey Staton

Escala: Ordinal, convertido em intervalo pelo modelo de medição.

Notas: Por razões de consistência, a partir de dezembro de 2014, as respostas a essa pergunta são invertidas, de modo que a resposta menos democrática é " 0 " e a mais democrática é " 4 ".

Liberção de dados: 1-9.

Agregação de codificador cruzado: Modelo de medição da teoria bayesiana de resposta a itens (ver Metodologia V-Dem).

Roubo no setor público

Pergunta: roubo do setor público (C) (v2exthttps)

Com que frequência os funcionários do setor público roubam, desviam ou apropriam indevidamente fundos públicos ou outros recursos do Estado para uso pessoal ou familiar?

Esclarecimento: Ao responder a esta pergunta, gostaríamos que você pensasse em uma pessoa típica empregada pelo setor público, excluindo os militares. Se você acha que há grandes discrepâncias entre as filiais do setor público, entre o nível nacional / federal e subnacional / estadual, ou entre a burocracia central e os funcionários que trabalham com a prestação de serviços públicos, tente calcular a média antes de declarar sua resposta.

Respostas:

0: Constantemente. Funcionários do setor público agem como se todos os recursos públicos fossem propriedade pessoal ou familiar.

1: Frequentemente Os funcionários do setor público são administradores responsáveis de recursos públicos selecionados, mas tratam o restante como propriedade pessoal.

2: Cerca de metade do tempo. Os funcionários do setor público têm a mesma probabilidade de serem administradores responsáveis de recursos públicos selecionados e de tratá-los como propriedades pessoais.

3: ocasionalmente. Os funcionários do setor público são administradores responsáveis da maioria dos recursos públicos, mas tratam outros selecionados, como propriedade pessoal.

4: Nunca ou quase nunca. Funcionários do setor público são quase sempre administradores responsáveis de recursos públicos e os mantêm separados da propriedade pessoal ou familiar.

Gerente de projeto (s): Jan Teorell

Escala: Ordinal, convertido em intervalo pelo modelo de medição.

Liberção de dados: 1-9.

Agregação de codificador cruzado: Modelo de medição da teoria bayesiana de resposta a itens (ver Metodologia V-Dem).

INDICADORES DE CLIENTELISMO

Fórmulas de construção

Compra de votos

Pergunta: compra de voto eleitoral (C) (v2elvotbuy)

Nessa eleição nacional, houve evidência de voto e / ou compra de participação?

Esclarecimento: a compra de votos e de comparecimento refere-se à distribuição de dinheiro ou presentes a indivíduos, famílias ou pequenos grupos a fim de influenciar

sua decisão de votar / não votar ou votar a favor. Não inclui legislação dirigida a constituintes específicos, ou seja, legislação antiterrorista.

Respostas:

0: sim. Houve compras sistemáticas, generalizadas e quase nacionais de votos / participação de quase todos os partidos e candidatos.

1: sim, alguns. Havia esforços não sistemáticos, mas bastante comuns, de compra de votos, mesmo que apenas em algumas partes do país ou por um ou alguns partidos.

2: restrito. Dinheiro e / ou presentes pessoais foram distribuídos por partidos ou candidatos, mas essas ofertas eram mais sobre atender a uma expectativa de 'entrada' e menos sobre a escolha de voto ou comparecimento, mesmo se um número menor de indivíduos também pudesse ser persuadido.

3: quase nenhum. Houve uso limitado de dinheiro e presentes pessoais, ou essas tentativas foram limitadas a algumas pequenas áreas do país. Ao todo, eles provavelmente afetaram menos que alguns por cento dos eleitores.

4: nenhum Não houve evidência de compra de voto / participação.

Gerente de projeto (s): Staffan I. Lindberg

Escala: ordinal, convertido em intervalo pelo modelo de medição.

Liberção de dados: 1-9.

Agregação de codificador cruzado: Modelo de medição da teoria bayesiana de resposta a itens (ver Metodologia V-Dem).

Atividades corruptas em legislatura

Pergunta: Legislatura de atividades corruptas (C) (v2lgcrrpt)

Os membros da legislatura abusam de sua posição para obter ganhos financeiros?

Esclarecimento: isso inclui qualquer um dos seguintes: (a) aceitar subornos, (b) ajudar a obter contratos governamentais para empresas que o legislador (ou seus familiares / amigos / apoiadores políticos) possuem, (c) fazer favores para firmas em troca pela oportunidade de emprego depois de deixar a legislatura, (d) roubar dinheiro do estado ou de doações de campanha para uso pessoal.

Por favor, faça sua melhor estimativa, com base no que é conhecido ou suspeito de ser verdade.

Respostas:

0: comumente. A maioria dos legisladores provavelmente se envolve nessas atividades.

1: rrequentemente Muitos legisladores provavelmente se envolvem nessas atividades.

2: às vezes. Alguns legisladores provavelmente se envolvem nessas atividades.

3: muito ocasionalmente Pode haver alguns legisladores que se envolvam nessas atividades, mas a grande maioria não.

4: nunca ou quase nunca.

Gerente de projeto (s): Steven Fish, Matthew Kroenig

Escala: ordinal, convertido em intervalo pelo modelo de medição.

Notas: por razões de consistência, a partir de dezembro de 2014, as respostas a essa pergunta são invertidas, de modo que a resposta menos democrática é " 0 " e a mais democrática é " 4 ".

Liberção de dados: 1-9.

Agregação de codificador cruzado: Modelo de medição da teoria bayesiana de resposta a itens (ver Metodologia V-Dem).

Trocas corruptas no setor público

Pergunta: Trocas corruptas do setor público (C) (v2excrtps)

Como rotineiramente os funcionários do setor público concedem favores em troca de subornos, propinas ou outros incentivos materiais?

Esclarecimento: ao responder a esta pergunta, gostaríamos de pensar em uma pessoa típica empregada pelo setor público, excluindo os militares. Se você acha que há grandes discrepâncias entre as filiais do setor público, entre o nível nacional / federal e subnacional / estadual, ou entre a burocracia central e os funcionários que trabalham com a prestação de serviços públicos, tente calcular a média antes de declarar sua resposta.

Respostas:

0: extremamente comum. A maioria dos funcionários do setor público está sistematicamente envolvida em trocas mesquinhas, mas corruptas, quase o tempo todo.

1: comum. Trocas tão mesquinhas, mas corruptas, ocorrem regularmente envolvendo a maioria dos funcionários públicos.

2: às vezes. Cerca de metade ou menos da metade dos funcionários do setor público se envolvem nessas trocas por pequenos ganhos às vezes.

3: espalhados. Uma pequena minoria de funcionários do setor público se envolve em pequenos danos de vez em quando.

4: não. Nunca, ou quase nunca.

Gerente de projeto (s): Jan Teorell

Escala: Ordinal, convertido em intervalo pelo modelo de medição.

Liberção de dados: 1-9.

Agregação de codificador cruzado: Modelo de medição da teoria bayesiana de resposta a itens (ver Metodologia V-Dem).

Suborno executivo e trocas corruptas

Pergunta: suborno executivo e trocas corruptas (C) (v2exbribe)

Como rotineiramente os membros do executivo (o chefe de Estado, o chefe de governo e os ministros de gabinete) ou seus agentes concedem favores em troca de subornos, propinas ou outros incentivos materiais?

Respostas:

0: É rotineiro e esperado.

1: Acontece mais frequentemente do que não nas negociações com o executivo.

2: Acontece, mas é imprevisível: aqueles que lidam com o executivo acham difícil prever quando um incentivo será necessário.

3: Ocorre ocasionalmente, mas não é esperado.

4: Nunca, ou quase nunca acontece.

Gerente de projeto (s): Jan Teorell

Escala: Ordinal, convertido em intervalo pelo modelo de medição.

Liberção de dados: 1-9.

Agregação de codificador cruzado: Modelo de medição da teoria bayesiana de resposta a itens (vide Metodologia V-Dem, publicado em V-Dem.net).

Mídia corrupta

Pergunta: mídia corrupta (C) (v2mecorrpt)

Os jornalistas, editores ou empresas de radiodifusão aceitam pagamentos em troca de alterações na cobertura de notícias?

Respostas:

0: A mídia é tão intimamente dirigida pelo governo que tais pagamentos seriam desnecessários para garantir uma cobertura pró-governo ou ineficazes na produção de cobertura anti-governo.

1: Jornalistas, editores e radiodifusores alteram rotineiramente a cobertura de notícias em troca de pagamentos.

2: É comum, mas não rotineiro, que jornalistas, editores e emissoras alterem a cobertura de notícias em troca de pagamentos.

3: Não é normal que jornalistas, editoras e emissoras alterem a cobertura de notícias em troca de pagamentos, mas isso acontece ocasionalmente, sem que ninguém seja punido.

4: Jornalistas, editores e empresas de radiodifusão raramente alteram a cobertura de notícias em troca de pagamentos, e se isso se tornar conhecido, alguém é punido por isso.

Gerente de projeto (s): Michael Coppedge

Escala: Ordinal, convertido em intervalo pelo modelo de medição.

Liberção de dados: 1-9.

Agregação de codificador cruzado: Modelo de medição da teoria bayesiana de resposta a itens (ver Metodologia V-Dem).

AVALIAÇÕES DE DESEMPENHO

Dimensões objetivas da democracia V-Dem

Fórmulas de construção

Índice de democracia eleitoral

Pergunta: Índice de democracia eleitoral (D) (v2x_polyarchy)

Em que medida o ideal da democracia eleitoral, em seu sentido mais amplo, é alcançado?

Esclarecimento: o princípio eleitoral da democracia procura incorporar o valor central de tornar os governantes responsivos aos cidadãos, alcançado através da competição eleitoral pela aprovação do eleitorado sob circunstâncias em que o sufrágio é extenso; as organizações políticas e da sociedade civil podem operar livremente; as eleições são limpas e não são prejudicadas por fraudes ou irregularidades sistemáticas; e as eleições afetam a composição do executivo chefe do país. Entre as eleições, há liberdade de expressão e uma mídia independente capaz de apresentar visões alternativas sobre questões de relevância política. No esquema conceitual V-Dem, a democracia eleitoral é entendida como um elemento essencial de qualquer outra concepção de democracia representativa - liberal, participativa, deliberativa, igualitária ou outra qualquer.

Gerente de projeto (s): Jan Teorell

Escala: intervalo, de baixo para alto (0-1).

Fonte (s): v2x_freexp_altinf v2x_frassoc_thick v2x_suffr v2xel_frefair v2x_elecoff

Liberação de dados: 1-9. A versão 1-5 usou uma fórmula de agregação preliminar diferente.

Agregação: o índice é formado tomando a média de, por um lado, a média ponderada dos índices medindo a liberdade de associação de espessura (v2x_frassoc_thick), eleições limpas (v2xel_frefair), liberdade de expressão (v2x_freexp_altinf), funcionários eleitos (v2x_elecoff) e sufrágio (v2x_suffr) e, por outro lado, a interação multiplicativa de cinco vias entre esses índices. Isso é meio

caminho entre uma média reta e multiplicação estrita, significando a média dos dois. É, portanto, um compromisso entre as duas fórmulas de agregação mais conhecidas na literatura, ambas permitindo "compensação" parcial em um subcomponente por falta de poliarquia em outras, mas também punindo países que não são fortes em um subcomponente de acordo com o argumento "elo mais fraco". A agregação é feita no nível de Dahl 's subcomponentes com a única exceção do componente não eleitoral. O índice é agregado usando essa fórmula:

$$\begin{aligned} \text{v2x_polyarchy} = & \{ .5 * \text{MPI} + .5 * \text{API} \} = .5 * \\ & (\text{v2x_elecoff} * \text{v2xel_frefair} * \text{v2x_frassoc_thick} * \text{v2x_suffr} * \text{v2x_freexp_altinf}) + \\ & .5 * ((1/8) * \text{v2x_elecoff} + (1/4) * \text{v2xel_frefair} + (1/4) * \text{v2x_frassoc_thick} + (1/8) * \\ & \text{v2x_suffr} + (1/4) * \text{v2x_freexp_altinf}) \end{aligned}$$

Índice de democracia liberal

Pergunta: Índice de democracia liberal (D) (v2x_libdem)

Até que ponto o ideal da democracia liberal é alcançado?

Esclarecimento: o princípio liberal da democracia enfatiza a importância de proteger os direitos individuais e das minorias contra a tirania do Estado e a tirania da maioria. O modelo liberal tem uma visão negativa do poder político na medida em que julga a qualidade da democracia pelos limites impostos ao governo. Isso é alcançado por meio de liberdades civis constitucionalmente protegidas, forte domínio da lei, um judiciário independente e verificações e balanços eficazes que, juntos, limitam o exercício do poder executivo. Para tornar isso uma medida da democracia liberal, o índice também leva em consideração o nível da democracia eleitoral.

Gerente de projeto (s): Jan Teorell

Escala: intervalo, de baixo para alto (0-1).

Fonte (s): v2x_liberal v2x_polyarchy

Liberção de dados: 1-9. Os Release 1, 2 e 3 usaram uma fórmula de agregação preliminar diferente.

Agregação: O índice é agregado usando esta fórmula:
\$ v2x_libdem =

$.25 * v2x_polyarchy ^ \{1.585 + .25 * v2x_liberal + .5 * v2x_polyarchy ^ \{1.585 * v2x_liberal \$$

Índice de democracia participativa:

Pergunta: Índice de democracia participativa (D) (v2x_partipdem)

Em que medida o ideal de democracia participativa é alcançado?

Esclarecimento: o princípio participativo da democracia enfatiza a participação ativa dos cidadãos em todos os processos políticos, eleitorais e não-eleitorais. É motivada pelo desconforto com uma prática fundamental da democracia eleitoral: delegar autoridade aos representantes. Assim, o governo direto dos cidadãos é o preferido, sempre que praticável. Esse modelo de democracia, portanto, considera o sufrágio concedido, enfatizando o engajamento em organizações da sociedade civil, democracia direta e órgãos eleitos subnacionais. Para torná-lo uma medida de democracia participativa, o índice também leva em consideração o nível de democracia eleitoral.

Gerente de projeto (s): Jan Teorell

Escala: intervalo, de baixo para alto (0-1).

Fonte (s): v2x_polyarchy v2x_partip

Liberção de dados: 1-9. A versão 1-3 usou uma fórmula de agregação preliminar diferente.

Agregação: o índice é agregado usando essa fórmula:

$$\$ \quad v2x_ \quad partipdem = .25 * v2x_polyarchy ^ \{1.585 + .25 * v2x_ partip + .5 * v2x_polyarchy ^ \{1.585 * v2x_ partip \$$$

Índice de democracia deliberativa

Pergunta: Índice de democracia deliberativa (D) (v2x_delibdem)

Até que ponto o ideal de democracia deliberativa é alcançado?

Esclarecimento: o princípio deliberativo da democracia se concentra no processo pelo qual as decisões são tomadas em uma política. Um processo deliberativo é aquele no qual o raciocínio público focado no bem comum motiva decisões políticas - em contraste com apelos emocionais, ligações solidárias, interesses paroquiais ou coerção. De acordo com este princípio, a democracia requer mais do que uma agregação das preferências existentes. Deve haver também um diálogo respeitoso em todos os níveis - desde a formação da preferência até a decisão final - entre participantes informados e competentes que estejam abertos à persuasão. Para torná-lo uma medida não apenas do princípio deliberativo, mas também da democracia, o índice também leva em consideração o nível da democracia eleitoral.

Gerente de projeto (s): Jan Teorell

Escala: intervalo, de baixo para alto (0-1).

Fonte (s): v2xdl_delib v2x_polyarchy

Liberção de dados: 1-9. A versão 1-3 usou uma fórmula de agregação preliminar diferente.

Agregação: o índice é agregado usando essa fórmula:

$$v2x_delibdem = .25 * v2x_polyarchy^{1.585} + .25 * v2x_delib + .5 * v2x_polyarchy^{1.585 * v2x_delib}$$

Índice de democracia igualitária

Pergunta: Índice de democracia igualitária (D) (v2x_egaldem)

Até que ponto o ideal de democracia igualitária é alcançado?

Esclarecimento: o princípio igualitarista da democracia sustenta que as desigualdades materiais e imateriais inibem o exercício dos direitos e liberdades formais e diminuem a capacidade de participação dos cidadãos de todos os grupos sociais. A democracia igualitária é alcançada quando os direitos e liberdades dos indivíduos são protegidos igualmente entre todos os grupos sociais; e 2 recursos são distribuídos igualmente entre todos os grupos sociais; 3 grupos e indivíduos

desfrutam de igual acesso ao poder. Para torná-lo uma medida de democracia igualitária, o índice também leva em consideração o nível da democracia eleitoral.

Gerente de projeto (s): Rachel Sigman, Staffan Lindberg

Escala: intervalo, de baixo para alto (0-1).

Fonte (s): v2x_egal v2x_polyarchy

Liberção de dados: 1-9. A release 1-4 usou uma fórmula de agregação preliminar diferente.

Agregação: o índice é agregado usando esta fórmula:

$$v2x_egal = .25 * v2x_polyarchy^{1.585} + .25 * v2x_egal + .5 * v2x_polyarchy^{1.585 * v2x_egal}$$

Dimensões objetivas da democracia V-Dem (componentes desagregados)

Fórmulas de construção

Índice de liberdades civis

Pergunta: índice de liberdades civis (D) (v2x_civlib)

Até que ponto a liberdade civil é respeitada?

Esclarecimento: a liberdade civil é entendida como liberdade liberal, onde a liberdade é uma propriedade dos indivíduos. A liberdade civil é constituída pela ausência de violência física cometida por agentes do governo e pela ausência de restrições das liberdades privadas e liberdades políticas pelo governo.

Gerente de projeto (s): Svend-Erik Skaaning

Escala: intervalo, de baixo para alto (0-1).

Fonte (s): v2x_clpriv v2x_clphy v2x_clpol

Liberção de dados: 6-9.

Agregação: o índice é formado por estimativas pontuais extraídas de um modelo de análise fatorial Bayesiana.

Índice de eleições limpas

Pergunta: índice de eleições limpas (D) (v2xel_frefair)

Até que ponto as eleições são livres e justas?

Esclarecimento: livre e justo denota ausência de registro de fraude, irregularidades sistemáticas, intimidação do governo à oposição, compra de votos e violência eleitoral.

Gerente de projeto (s): Staffan Lindberg, Jan Teorell

Escala: intervalo, de baixo para alto (0-1).

Fonte (s): v2elembaut v2elembcap v2elrgstry v2elvotbuy v2elirreg v2elintim v2ajuda v2elfrfair

Liberção de dados: 1-9.

Agregação: o índice é formado tomando-se as estimativas pontuais de um modelo Bayesiano de análise fatorial dos indicadores de autonomia EMB (v2elembaut), capacidade EMB (v2elembcap), registro de eleitor de eleição (v2elrgstry), compra de voto eleitoral (v2elvotbuy), eleição de outras irregularidades de votação (v2elirreg), intimidação de governo de eleição (v2elintim), eleição outra violência eleitoral (v2elpeace), e eleição livre e justa (v2elfrfair). Como a maior parte desses indicadores é observada apenas em anos eleitorais, as pontuações dos índices foram repetidas dentro dos períodos de regime eleitoral, conforme definido por v2x_elecreg. Para os EUA e o Reino Unido, os únicos dois países que realizaram eleições nacionais antes de 1789, mas com sua primeira eleição dentro de nosso período de amostragem ocorrendo apenas em 1790, nós preenchemos este índice para 1789 com o valor observado em 1790.

Índice de proteção igual

Pergunta: índice de proteção igual (D) (v2xeg_eqprotec)

Quão igual é a proteção dos direitos e liberdades em todos os grupos sociais pelo estado?

Esclarecimento: igualdade de proteção significa que o estado concede e protege direitos e liberdades uniformemente em todos os grupos sociais. Para alcançar a igual proteção dos direitos e liberdades, o próprio Estado não deve interferir na

capacidade dos grupos de participar e também deve agir para garantir que os direitos e liberdades de um grupo social não sejam ameaçados pelas ações de outro grupo ou indivíduo.

Gerente de projeto (s): Rachel Sigman, Staffan Lindberg

Escala: intervalo, de baixo para alto (0-1).

Fonte (s): v2clacjust v2clsocgrp v2clsnlpct

Liberção de dados: 5-9. Versão 7 modificada excluindo v2xcl_acjst.

Agregação: o índice é formado tomando as estimativas pontuais de um modelo bayesiano de análise fatorial dos indicadores de igualdade de classe social em respeito às liberdades civis (v2clacjust), igualdade de grupo social em respeito às liberdades civis (v2clsocgrp) e porcentagem de população com fraqueza mais fraca. liberdades civis (v2clsnlpct); escala invertida.

Liberdade de expressão e fontes alternativas de informação

Pergunta: liberdade de Expressão e Fontes Alternativas de Informação index (D) (v2x_freexp_altinf)

Em que medida o governo respeita a liberdade de imprensa e mídia, a liberdade das pessoas comuns para discutir assuntos políticos em casa e na esfera pública, bem como a liberdade de expressão acadêmica e cultural?

Esclarecimento: este índice inclui todas as variáveis nos dois índices v2x_freexp e v2xme_altinf.

Gerente de projeto (s): Svend-Erik Skaaning, Jan Teorell

Escala: intervalo, de baixo para alto (0-1).

Fonte (s): v2mecenefm v2meharjrn v2meslfcen v2mebias v2mecrit v2merange v2cldiscm v2cldiscw v2clacfree

Liberção de dados: 4-9.

Agregação: o índice é formado tomando as estimativas pontuais de um modelo Bayesiano de análise fatorial dos indicadores de esforço de censura de mídia (v2mecenefm), assédio de jornalistas (v2meharjrn), viés de mídia (v2mebias), autocensura de mídia (v2meslfcen), impressão / mídia de difusão crítica (v2mecrit) e perspectivas de mídia de impressão / broadcast (v2merange), liberdade de

discussão para homens / mulheres (v2cldiscm, v2cldiscw) e liberdade de expressão acadêmica e cultural (v2clacfree).

Índice de liberdade civis políticas

Pergunta: Índice de liberdades civis políticas (D) (v2x_clpol)

Até que ponto as liberdades políticas são respeitadas?

Esclarecimento: Liberdades políticas são entendidas como liberdade de associação e liberdade de expressão. Entre o conjunto das liberdades civis, esses direitos liberais são os mais relevantes para a competição e responsabilidade política. O índice é baseado em indicadores que refletem a repressão do governo e que não se referem diretamente a eleições.

Gerente de projeto (s): Svend-Erik Skaaning

Escala: Intervalo, de baixo para alto (0-1).

Fonte (s): v2mecenefm v2meharjrn v2meslfcen v2cldiscm v2cldiscw v2clacfree v2psparban v2psbars v2psoppaut v2cseeorgs v2csreprss

Liberção de dados: 6-9.

Agregação: O índice é formado por estimativas pontuais tiradas de um modelo bayesiano de análise fatorial incluindo os seguintes indicadores: esforço de censura do governo - mídia (v2mecenefm), assédio de jornalistas (v2meharjrn), autocensura da mídia (v2meslfcen), liberdade de discussão para homens e mulheres (v2cldiscm, v2cldiscw), liberdade de expressão acadêmica e cultural (v2clacfree), proibição de partidos (v2psparban), barreiras a partidos (v2psbars), autonomia dos partidos de oposição (v2psoppaut), entrada e saída de CSOs (v2cseeorgs) e repressão de OSCs (v2csreprss).

Aspectos da institucionalização da democracia brasileira 1989 - 2017 (0 a 4)

Fórmulas de construção

Suborno executivo e trocas corruptas

Pergunta: Suborno executivo e trocas corruptas (C) (v2exbribe)

Como rotineiramente os membros do executivo (o chefe de Estado, o chefe de governo e os ministros de gabinete) ou seus agentes concedem favores em troca de subornos, propinas ou outros incentivos materiais?

Respostas:

- 0: É rotineiro e esperado.
 1: Acontece mais frequentemente do que não nas negociações com o executivo.
 2: Acontece, mas é imprevisível: aqueles que lidam com o executivo acham difícil prever quando um incentivo será necessário.
 3: Ocorre ocasionalmente, mas não é esperado.
 4: Nunca, ou quase nunca acontece.

Gerente de projeto (s): Jan Teorell

Escala: Ordinal, convertido em intervalo pelo modelo de medição.

Liberção de dados: 1-9.

Agregação de codificador cruzado: Modelo de medição da teoria bayesiana de resposta a itens (vide Metodologia V-Dem, publicado em V-Dem.net).

Perdedores de eleições aceitam os resultados

Pergunta: Os perdedores de eleição aceitam os resultados (C) (v2elaccept)

Os partidos e candidatos perdedores aceitaram o resultado desta eleição nacional dentro de três meses?

Respostas:

- 0: nenhuma. Nenhum dos partidos perdedores ou candidatos aceitou os resultados da eleição, ou toda a oposição foi proibida.
 1: alguns. Alguns, mas nem todos os partidos perdedores ou candidatos aceitaram os resultados, mas aqueles que constituíram a principal força de oposição não o fizeram.
 2: alguns. Alguns, mas nem todos os partidos ou candidatos da oposição aceitaram os resultados, mas não está claro se eles constituíram uma grande força de oposição ou foram relativamente insignificantes.
 3: mais. Muitos, mas nem todos os partidos ou candidatos da oposição aceitaram os resultados e aqueles que não tiveram pouco apoio eleitoral.
 4: todos. Todas as partes e candidatos aceitaram os resultados.

Gerente de projeto (s): Staffan I. Lindberg

Escala: Ordinal, convertido em intervalo pelo modelo de medição.

Liberção de dados: 1-9.

Agregação de codificador cruzado: Modelo de medição da teoria bayesiana de resposta a itens (ver Metodologia V-Dem).

Boicotes eleitorais

Pergunta: Boicotes eleitorais (C) (v2elboycot)

Nessa eleição nacional, todos os candidatos ou partidos da oposição registrados boicotaram?

Esclarecimento: Um boicote é uma recusa deliberada e pública de participar de uma eleição por um candidato ou partido que seja elegível para participar.

Respostas:

0: Total. Todos os partidos da oposição e candidatos boicotaram a eleição.

1: significativo. Alguns, mas nem todos os partidos da oposição ou candidatos boicotaram, mas constituíram uma grande força de oposição.

2: ambíguo. Alguns, mas nem todos os partidos da oposição ou candidatos boicotaram, mas não está claro se eles teriam constituído uma grande força eleitoral.

3: menor. Alguns partidos ou candidatos da oposição boicotaram e foram relativamente insignificantes.

4: inexistente. Nenhum partido ou candidato boicotou as eleições.

Gerente de projeto (s): Staffan I. Lindberg

Escala: Ordinal, convertido em intervalo pelo modelo de medição.

Liberção de dados: 1-9.

Agregação de codificador cruzado: Modelo de medição da teoria bayesiana de resposta a itens (ver Metodologia V-Dem).

Movimentos antissistemas

Pergunta: movimentos anti-sistema da CSO (C) (v2csantimv)

Entre as organizações da sociedade civil, existem movimentos de oposição ao sistema?

Esclarecimento: Um movimento de oposição ao sistema é qualquer movimento - pacífico ou armado - baseado no país (não no exterior) e organizado em oposição ao atual sistema político. Ou seja, visa mudar a política de formas fundamentais, por exemplo, do democrático para o autocrático (ou vice-versa), do capitalista para o comunista (ou vice-versa), do secular para o fundamentalista (ou vice-versa). Esse movimento pode estar ligado a um partido político que concorre em eleições, mas também deve ter um caráter de movimento, ou seja, uma base de massa e uma existência separada da competição eleitoral normal. Se existem vários movimentos, por favor, responda de uma forma geral sobre a relação desses movimentos com o regime.

Respostas:

- 0: Não, ou muito mínimo. Movimentos anti-sistema são praticamente inexistentes.
- 1: Há apenas um baixo nível de atividade de movimento anti-sistema, mas isso não representa uma grande ameaça ao regime.
- 2: Existe um nível modesto de atividade de movimento anti-sistema, representando alguma ameaça ao regime.
- 3: Existe um alto nível de atividade de movimento anti-sistema, representando uma ameaça substancial ao regime.
- 4: Existe um nível muito alto de atividade de movimento anti-sistema, representando uma ameaça real e presente ao regime.

Gerente de projeto (s): Michael Bernhard

Ordenação: Se codificado "0", pule as seguintes questões com foco nos movimentos anti-sistema.

Escala: Ordinal, convertido em intervalo pelo modelo de medição.

Liberção de dados: 1-9.

Agregação de codificador cruzado: Modelo de medição da teoria bayesiana de resposta a itens (ver Metodologia V-Dem).

Corrupção da mídia

Pergunta: Media corrupt (C) (v2mecorrpt)

Os jornalistas, editores ou empresas de radiodifusão aceitam pagamentos em troca de alterações na cobertura de notícias?

Respostas:

0: A mídia é tão intimamente dirigida pelo governo que tais pagamentos seriam desnecessários para garantir uma cobertura pró-governo ou ineficazes na produção de cobertura anti-governo.

1: Jornalistas, editores e radiodifusores alteram rotineiramente a cobertura de notícias em troca de pagamentos.

2: É comum, mas não rotineiro, que jornalistas, editores e emissoras alterem a cobertura de notícias em troca de pagamentos.

3: Não é normal que jornalistas, editoras e emissoras alterem a cobertura de notícias em troca de pagamentos, mas isso acontece ocasionalmente, sem que ninguém seja punido.

4: Jornalistas, editores e empresas de radiodifusão raramente alteram a cobertura de notícias em troca de pagamentos, e se isso se tornar conhecido, alguém é punido por isso.

Gerente de projeto (s): Michael Coppedge

Escala: Ordinal, convertido em intervalo pelo modelo de medição.

Liberção de dados: 1-9.

Aggregação de codificador cruzado: Modelo de medição da teoria bayesiana de resposta a itens (ver Metodologia V-Dem).